

FUNDAÇÃO BISSAYA BARRETO



# **JOGOS DE FORTUNA OU AZAR – Criminalização ou descriminalização? Uma questão “simples” com uma resposta complexa**

Sílvia Ângela Oliveira dos Reis Esteves

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre  
em Criminologia

**Orientador:**

Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias

**Co-Orientador:**

Mestre Sara Moreira

Coimbra, setembro de 2015

*Uma palavra de agradecimento à minha família que sempre me apoiou, mesmo nos momentos em que estive mais ausente. Mas muito em especial aos meus pais que sempre foram um exemplo de amor e perseverança.*

*Um agradecimento especial aos meus orientadores, Professor Doutor Jorge de Figueiredo Dias e Mestre Sara Moreira, por me terem honrado com a orientação da presente dissertação.*

*Uma palavra de especial carinho pela Mestre Sara Moreira e Doutora Maria João Guia, que para além do conhecimento partilhado, abriram novos horizontes e mostraram que não existem fronteiras e limites que não possam ser ultrapassados.*

*Aos amigos que sempre estiveram presentes nos momentos difíceis, uma palavra de agradecimento pela paciência e demonstrações de apoio.*

*“Oh, a noite em que levei os meus setenta florins para a mesa de jogo também foi maravilhosa. Comecei, como sempre, com dez florins no passe, tenho essa superstição. Perdi. Fiquei, portanto com sessenta florins em prata; pensei e...preferi o zéro. Comecei a carregar no zéro cinco florins de cada vez; à terceira aposta saiu o zéro, e quase morri de alegria ao receber cento e setenta e cinco florins; nem quando ganhei cem mil florins fiquei tão contente. (...) Em momentos como este esquecem-se todos os azares anteriores! Porque adquiri tudo isso arriscando mais do que a vida, porque ousei arriscar – pertença outra vez ao género humano!”*

*“O Jogador” de Dostoiévski<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> DOSTOIÉSKI, Fiódor – **O Jogador**, p. 157

## **RESUMO**

Os jogos de fortuna ou azar os quais dependem exclusiva ou fundamentalmente da sorte, designadamente os jogos de casino, estão presentes no cotidiano português, quer seja de forma legal ou ilegal. Ao discutir-se a possibilidade de existir uma descriminalização da sua exploração sem a devida autorização, não se pode deixar de considerar as implicações que estariam subjacentes a esta.

Os reflexos da descriminalização poderiam deixar sem proteção bens jurídicos constitucionalmente protegidos, além de que a exploração ilícita de jogos de fortuna ou azar, estará associada a outros crimes como a fraude fiscal, o branqueamento ou uma associação criminosa.

A preocupação com as consequências de uma exploração ilícita de jogos de fortuna ou azar foi reforçada na recente legislação do jogo *online* em Portugal, pelo que não será de desprezar a situação dos intervenientes neste processo, em que tem um papel essencial o jogador, o qual poderá inclusivamente ser um jogador patológico, mas visa igualmente a proteção dos menores e das famílias.

## **PALAVRAS-CHAVE:**

Jogos de fortuna ou azar; crime; jogador, sorte

## **ABSTRACT**

The games of chance which depends exclusively or mainly of luck, namely the casino games are present in the Portuguese lives daily, whether legally or illegally. In discussing the possibility that there is a decriminalization of their operation without proper authorization, we cannot help consider the implications that would be behind this.

The decriminalization reflexes could leave unprotected constitutionally protected legal interests, and that the illegal exploitation of games of chance, would be associated with other crimes such as tax fraud, money laundering or a criminal association.

Concern about the consequences of illegal exploitation of chance games has been strengthened in the recent *online* gaming legislation in Portugal, so you will not despise the situation of those involved in this process, which has an essential role player, which it may even be a pathological gambler, but also aims at the protection of children and families.

## **KEY-WORDS**

Games of chance; crime; gambler; luck

## Índice

1. Introdução .....	13
2. O jogo .....	16
2.1. Perspetiva histórica.....	17
2.1.1. Do reinado de D. Dinis até ao código penal de 1852 .....	18
2.1.2. Código penal de 1852 .....	20
2.1.3. Lei do Jogo .....	21
2.2. O jogo e o direito.....	22
2.2.1. Direito civil.....	23
2.2.2. Direito fiscal .....	29
2.2.3. Direito penal .....	36
3. O jogo ilícito .....	54
3.1. Modalidades e equipamentos de jogo ilícito .....	57
3.1.1. Jogo bancado .....	59
3.1.2. Equipamentos de jogo .....	60
3.1.2.1. Roleta.....	60
3.1.2.2. Equipamentos sem ligação à internet .....	66
3.1.2.3. Equipamentos com ligação à internet.....	75
3.2. A prova .....	79
3.3. O jogo ilícito em Portugal .....	87
4. Ilícitos criminais associados ao jogo ilícito .....	93
4.1. Fraude fiscal .....	93
4.2. Branqueamento de capitais.....	99
4.3. Associação criminosa .....	104
5. O jogador .....	108
5.1. O jogo patológico .....	108
5.2. Estudos e dados estatísticos em Portugal .....	112
6. O jogo a nível internacional.....	120

6.1.	União Europeia.....	120
6.2.	Estado do Illinois (EUA) .....	125
7.	Outras Perspetivas .....	129
8.	Conclusão.....	134
9.	Bibliografia .....	137



## Índice de Fotografias

Foto n.º 1: Equipamento descrito no acórdão n.º 4/2010 do STJ .....	55
Foto n.º 2: Equipamento descrito no acórdão n.º 4/2010 do STJ .....	55
Foto n.º 3: Dispositivo de ocultação de jogos. ....	57
Foto n.º 4: Material Jogo Bancado .....	59
Foto n.º 5: Material Jogo Bancado .....	59
Foto n.º 6: Roleta Eletrónica .....	61
Foto n.º 7: Roleta Eletrónica .....	61
Foto n.º 8: Roleta Eletrónica .....	62
Foto n.º 9: Roleta Eletrónica .....	62
Foto n.º 10: Roleta Eletrónica Dissimulada .....	63
Foto n.º 11: Roleta Eletrónica Dissimulada .....	63
Foto n.º 12: Roleta Eletrónica Dissimulada .....	64
Foto n.º 13: Roleta Eletrónica Dissimulada .....	64
Foto n.º 14: Roleta Eletrónica Dissimulada .....	64
Foto n.º 15: Roleta Eletrónica Dissimulada .....	64
Foto n.º 16: Roleta Eletrónica Dissimulada .....	64
Foto n.º 17: Equipamento “Virtual Time”. ....	67
Foto n.º 18: Equipamento “Virtual Time”. ....	67
Foto n.º 19: Dissimulação de Jogos .....	67
Foto n.º 20: Dissimulação de Jogos .....	67
Foto n.º 21: Jogos em Desenvolvimento .....	68
Foto n.º 22: Jogos em Desenvolvimento .....	68
Foto n.º 23: Perspetiva do Equipamento .....	69

Foto n.º 24: Meojogos.....	69
Foto n.º 25: Acesso a Jogos Dissimulados .....	70
Foto n.º 26: Acesso a Jogos Dissimulados .....	70
Foto n.º 27: Acesso a Jogos Dissimulados .....	70
Foto n.º 28: Acesso e Ecrã com Jogos .....	71
Foto n.º 29: Acesso e Ecrã com Jogos .....	71
Foto n.º 30: Desenvolvimento do Jogo de Rolos Eletrónicos .....	72
Foto n.º 31: Desenvolvimento do Jogo de Rolos Eletrónicos .....	72
Foto n.º 32: Desenvolvimento Jogo de Póquer .....	74
Foto n.º 33: Desenvolvimento de Jogo .....	75
Foto n.º 34: Equipamento com ligação à internet. ....	76
Foto n.º 35: Equipamento com ligação à internet .....	76
Foto n.º 36: Ecrã com Acesso a Jogos .....	76
Foto n.º 37: Ecrã com Acesso a Jogos .....	76
Foto n.º 38: Quiosque de Internet .....	77
Foto n.º 39: Quiosque de Internet .....	77
Foto n.º 40: Modo de Acesso a Jogos .....	78
Foto n.º 41: Ecrã de Acesso a Jogos .....	78

## Índice de Tabelas

Tabela n.º 1: Crimes Registados .....	88
Tabela n.º 2: Elementos Específicos dos Arguidos .....	90
Tabela n.º 3: Caracterização do Jogador em Portugal .....	113
Tabela n.º 4: Elementos Específicos dos Arguidos .....	116

## Índice de Gráficos

Gráfico n.º 1: Evolução de Crimes .....	89
Gráfico n.º 2: Representação por Sexo .....	91
Gráfico n.º 3: Evolução por Sexo do Jogador .....	91
Gráfico n.º 4: Representação por Idade .....	92
Gráfico n.º 5: Representação por Sexo .....	116
Gráfico n.º 6: Evolução por Sexo do Jogador .....	117
Gráfico n.º 7: Representação das Idades .....	118
Gráfico n.º 8: Evolução por Idade do Jogador .....	119

## 1. INTRODUÇÃO:

A presente dissertação, que se insere no mestrado de criminologia, e justamente por constituir a sua parte final, não pode deixar de certa forma refletir todos os conhecimentos adquiridos ao longo do ano curricular. Principalmente pelo desenvolvimento do espírito crítico, o que conduziu a que o tema ora objeto de estudo tenha sido alvo de reflexão e aprofundamento de diversas realidades.

O nosso objeto de estudo, o jogo ilícito em Portugal, não é constituído por uma realidade unidimensional, dado que esta é complexa, tanto no que ao fenómeno propriamente dito diz respeito, como no que concerne às consequências advenientes deste. Desta forma, ao discutir-se uma possível descriminalização do jogo ilícito, passando este a configurar, por exemplo, uma infração de natureza contraordenacional, pode esta solução, numa primeira instância, considerar-se como uma resposta mais justa, face à vontade dos próprios jogadores que praticam este tipo de jogo.<sup>2</sup> No entanto, a simplicidade da presente afirmação tem o seu reflexo nas consequências desta solução, que são complexas face às diversas dimensões da realidade do jogo, como tenderemos demonstrar.

Nesta podemos contemplar, nomeadamente, a variedade de jogos de fortuna ou azar, cada qual com características muito específicas, as divergências jurisprudenciais, a forma como o jogo é perspectivado pelos vários ramos do direito, os ilícitos criminais que podem estar interligados ao crime de exploração de jogo ilícito, bem como a realidade pessoal do jogador e das suas famílias.

Assim, não obstante o jogo em Portugal e a sua regulação não ser uma realidade nova, antes pelo contrário, dado que este já era proibido desde o século XV pelas Ordenações Afonsinas, não se verifica a existência de muitos estudos sobre o tema a nível nacional, apesar das implicações que esta realidade tem, tanto no foro da sociedade através de uma desestruturação das famílias, bem como na própria economia nacional.

Como já foi referido, os jogos de fortuna ou azar já se encontram regulados desde longa data, tendo existido algumas alterações, sendo que atualmente temos o Decreto-Lei n.º 422/89 de 2 de dezembro, o qual sofreu várias alterações ao longo dos anos, sendo uma das mais relevantes o Decreto-Lei n.º

---

<sup>2</sup> CLÍMACO, Maria Isabel – *Os Jogos de Fortuna e Azar – comportamentos, regulação e tributação*, p. 214

114/2011 de 30 de novembro, que alterou e republicou o referido diploma legal. Já recentemente foi publicado o Decreto-Lei n.º 64/2015 de 29 de abril, o qual vem alterar alguns artigos deste diploma legal.

Segundo o referido Decreto-Lei n.º 422/89 de 2 de dezembro, os jogos de fortuna ou azar, apenas são permitidos nos locais autorizados, os quais no caso em apreço são os casinos. Carecem ainda de autorização administrativa a realização de jogos de bingo, dado que estes só podem ser desenvolvidos em salas de bingo devidamente autorizadas. Assim, a exploração, a prática ou a permanência em locais onde existam jogos de fortuna ou azar não autorizados, constituem ilícitos de natureza criminal.

A exploração dos jogos de fortuna ou azar encontra-se numa situação de monopólio em Portugal<sup>3</sup>, o que suscita várias críticas, tendo inclusivamente dado origem a recursos suscitando uma possível inconstitucionalidade do referido diploma legal.<sup>4</sup> No entanto, os acórdãos do Tribunal Constitucional, reafirmaram a constitucionalidade do mesmo, ressaltando que a exploração ilícita de jogos de fortuna ou azar, pode afetar princípios constitucionalmente protegidos, tais como a segurança dos cidadãos, o respeito pela legalidade democrática, a proteção da infância e da juventude, a estabilidade da vida social e económica. Os referidos acórdãos indicam ainda que a repressão desta atividade não serve apenas para proteger o jogador dos seus vícios, mas também para proteger a vida familiar dos jogadores e obstar à consequente diminuição da sua capacidade de manutenção e educação dos filhos, além de uma possível facilitação do crime organizado.

Esta última situação, leva-nos a questões que podem estar associadas a este ilícito criminal, mais concretamente a possibilidade da existência de uma associação criminosa nos termos do artigo 299º do Código Penal e de outros ilícitos criminais, tais como a fraude fiscal, artigo 103º do Regime Geral das Infrações Tributárias e o subsequente branqueamento de capitais, artigo 368º-A do Código Penal.

Se se considerar a diversidade de jogos de fortuna ou azar que existem, designadamente o jogo bancado, o jogo em máquinas ou o jogo *online*

---

<sup>3</sup> CLÍMACO, Maria Isabel – **Os Jogos de Fortuna e Azar – comportamentos, regulação e tributação**, p. 228-230

<sup>4</sup> Acórdãos do Tribunal Constitucional, de 13-03-2001, Processo n.º 318/00, com relator conselheiro TAVARES DA COSTA, e 27-02-2002, Processo n.º 482/01, com relator conselheiro LUÍS NUNES DE ALMEIDA, [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt) consultados em 06-11-2014

(igualmente designado como o jogo em linha), esta poderá potenciar a sua prática e proliferação, com as consequências que daí advém para o jogador, ou seja, para aquele que pratica jogos de fortuna ou azar. Este não pode deixar de ser uma figura preponderante no estudo em apreço, dada a repercussão dos atos do jogador na estrutura da sua família e consequentes alterações na organização da sociedade. É igualmente necessário, distinguir entre os vários tipos de jogadores, os quais em casos mais extremos podem encontrar-se numa situação de dependência do jogo, a qual é designada por ludopatia ou jogo patológico.

Pretende-se, deste modo, traçar um panorama geral da situação portuguesa, onde tem sido suscitada a questão da descriminalização da sua exploração ilícita, com as consequências que poderão advir para todos os intervenientes neste processo.

## 2. O JOGO:

Ao tratar-se de um tema tão complexo, não podemos deixar de, antes de mais, ressaltar a multiplicidade de jogos existentes e das suas variantes. Desta forma, quando falarmos de jogos podemos estar a referir-nos a jogos desportivos, jogos de perícia ou a jogos de fortuna ou azar. Nesta última categoria, a que efetivamente nos interessa, temos várias modalidades, que foram evoluindo com o tempo, desde os jogos praticados com recurso a dados, às cartas e subsequentemente à roleta.<sup>5</sup> Nos dias de hoje, nos jogos de casino existem ainda diversas modalidades de jogos, como por exemplo o jogo bancado e as máquinas. Em virtude das inovações tecnológicas, existe um largo desenvolvimento dos designados jogos *online*, os quais não conhecem fronteiras e são de difícil controlo, o que tem motivado uma maior intervenção por parte da União Europeia no sentido de harmonizar as diversas legislações do espaço europeu, assim como de promover um controlo mais apertado das empresas que operam neste ramo.

Ao considerarmos que um dos objetivos deste estudo é um conhecimento mais profundo do jogo, o qual apresenta uma evolução constante das suas formas e modalidades vigentes ao longo dos anos, revela-se profícua uma análise etimológica da palavra jogo, para que mais do que uma compreensão básica e imediata, sejamos capazes de vislumbrar a diversidade e incontáveis possibilidades que o jogo pode apresentar.

A palavra jogo provém da palavra latina *ludus*, que significa jogo, divertimento ou passatempo. Segundo António Cabral, a palavra divertimento deriva da palavra divertir, a qual segundo a sua origem latina (*divertere*) significa afastar-se ou ser diferente. Assim sendo, o jogo seria uma forma diferente de ser e de agir.<sup>6</sup>

Posto isto, se o jogo é um divertimento e uma forma diferente de ser ou agir, conforme *supra* explanado, somos conduzidos à mesma conclusão no que tange ao nosso objeto de estudo, os jogos de fortuna ou azar, independentemente de o seu resultado depender fundamentalmente da sorte e não da perícia do jogador pois esta não irá influenciar de forma decisiva o resultado final obtido.

---

<sup>5</sup> CRESPO, Jorge – *O Espírito do Jogo*, p. 56-60

<sup>6</sup> CABRAL, António – *O Mundo Fascinante do Jogo*.



Ora, o fator preponderante para os jogos de fortuna ou azar, é a sorte, caso o jogador ganhe, ou o azar, caso este perca, o que nos pode levar a uma discussão sobre o que é a sorte, e se esta é determinante ou não nos nossos resultados pessoais ou se seremos nós próprios os motores essenciais da sorte que cabe a cada um de nós. De qualquer modo, o livre arbítrio do jogador não se encontra afastado, apesar de em algumas situações que se podem considerar como extremas, o jogador já não ter o domínio da sua vontade, sendo então este considerado como um jogador patológico.<sup>7</sup>

## **2.1. PERSPETIVA HISTÓRICA:**

O jogo não é um fenómeno nem uma realidade presente apenas na atualidade, pois existem relatos da sua existência que remontam já a tempos longínquos da antiguidade, como por exemplo no Egito, mais de 3500 anos antes de Cristo. No império romano, o jogo é inclusivamente apontado como sendo um dos motivos da degradação dos usos e costumes, não podendo desta forma considerar-se como um meio de divertimento socialmente aceite, dado que à data existia regulamentação a proibi-lo<sup>8</sup>.

No âmbito do direito romano, os jogos praticados pelos seus cidadãos eram distinguidos em duas grandes categorias, lícitos e ilícitos. Os jogos *virtutis causa*, que eram os jogos desportivos, se enquadravam na primeira categoria, enquanto os jogos de azar eram considerados ilícitos. Os jogadores condenados por estas condutas ilícitas podiam incorrer no pagamento de valores pecuniários que teriam valores até quatro vezes o valor ganho por este pela prática do jogo. Existem relatos de que as penas poderiam ainda passar pelo desterro ou exílio do jogador, assim como à perda do seu estatuto civil.<sup>9</sup>

As proibições relativas aos jogos de fortuna ou azar, vieram a confirmar-se com o passar dos séculos, com a existência de sanções e penas para a sua prática e

---

<sup>7</sup> AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – DSM-V – Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais, p. 701-703

<sup>8</sup> PINHEIRO, Januário – Lei do Jogo.

<sup>9</sup> PINTO, Carlos Alberto da Mota; MONTEIRO, António Pinto e SILVA, João Calvão da – O Jogo e a Aposto - Subsídios de Fundamentação Ética e Histórico-Jurídica, p. 38-42

exploração, o que denota a forma como este era perspectivado, ou seja, como um mal para a própria sociedade e para a sua organização.<sup>10</sup>

### **2.1.1. DO REINADO DE D. DINIS ATÉ AO CÓDIGO PENAL DE 1852:**

No contexto nacional a regulamentação relacionada com o jogo remonta ao reinado de D. Dinis (século XIII-XIV), no qual existia uma lei que condenava à morte quem fizesse o denominado jogo falso, o qual podia ser realizado tanto pela utilização de dados falsos ou dados chumbados.<sup>11</sup>

Posteriormente, no reinado de D. Afonso IV (século XIV), apesar dos jogos de dados serem um dos mais populares na época, estes eram proibidos, conforme o disposto nas Ordenações Afonsinas, mais concretamente no seu Livro V, título XXXXI. Os jogos de dados podiam ser jogados tanto com dinheiros secos ou molhados. Sendo os denominados dinheiros secos, o dinheiro em moeda corrente, ou seja, as moedas, enquanto os dinheiros molhados, eram compostos essencialmente por bens como o vinho, a água, o vinagre, o sal, entre outros.<sup>12</sup>

Por forma a efetivar esta proibição, não era permitida a existência de casas de jogo, as quais eram designadas à data como casas de tavolagem. Como consequência desta proibição eram aplicadas diversas penas aos seus proprietários, assim como aos indivíduos apanhados em flagrante a jogar. Deste modo, eram estes condenados a perder os valores pecuniários investidos, tendo igualmente de proceder ao pagamento de certos valores de foro punitivo, se tivessem posses para tal, podendo ainda ser sujeitos a açoites públicos, bem como a penas de prisão em caso de incumprimento de qualquer das penas anteriormente referidas. As penas a que o jogador estava sujeito variavam consoante o estatuto social do próprio jogador.<sup>13</sup>

Estas proibições mantiveram-se nos anos seguintes, conforme se pode verificar no reinado de D. Fernando (século XIV), em que os que fossem encontrados a jogar a dinheiros secos perdiam as suas roupas a favor dos que os

---

<sup>10</sup> CLÍMACO, Maria Isabel – **Os Jogos de Fortuna e Azar – comportamentos, regulação e tributação**, p. 211-213

<sup>11</sup> DEUS, José Pereira de e LÉ, António Jorge – **O Jogo em Portugal**, p. 12

<sup>12</sup> CRESPO, Jorge – **O Espírito do Jogo**, p. 56

<sup>13</sup> Ordenações Afonsinas, disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/afonsinas/> consultado em 15 de outubro de 2014;

prendessem e ficavam detidos durante quinze dias. As pessoas que estivessem presentes nos locais de jogo, mesmo sem participar no mesmo, perdiam igualmente as suas roupas e eram detidos durante uma noite. Já durante o reinado de D. João I (século XIV-XV), estas penalidades estendem-se a quem jogasse igualmente com dinheiros molhados.<sup>14</sup>

No século XVII, assistimos a uma proliferação dos jogos de cartas, que vem em certa medida substituir os jogos de dados, os quais eram os jogos dominantes até esse momento. Os jogos de cartas eram igualmente penalizados no âmbito das Ordenações Manuelinas com penas de prisão, as quais podiam ser aplicadas tanto aos contrabandistas de cartas, como aos vendedores, aos jogadores, a quem as tivesse em seu poder ou a um mero espectador do jogo.<sup>15</sup>

No entanto, apesar do carácter repressivo relativamente ao jogo nas disposições vigentes ao longo dos séculos este continuava a subsistir. Assim em 1783, D. Maria Pia autoriza a criação e exploração de uma lotaria nacional pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a qual tinha por finalidade a angariação de fundos para a criação e funcionamento da Academia Real das Ciências.<sup>16</sup> Passa a existir uma forma de jogo devidamente autorizada, sob a prerrogativa de que os fundos advenientes do mesmo seriam para o bem público, apaziguando assim os defensores de ideias mais repressivas sobre o jogo. Contudo, continuou a subsistir a proibição de outras formas de jogo, inclusivamente de outras lotarias.

Apesar da autorização da existência de uma lotaria, mesmo que com uma vertente muito restrita, existia ainda uma perspetiva moralista que levava a que o espírito repressivo relativamente ao jogo em geral continuasse a ser proliferado. Esta posição baseava-se na convicção de que este seria um elemento desestabilizador da vida dos homens, tanto na sua vertente laboral, com as respetivas consequências para as suas famílias a nível de subsistência, assim como pela repercussão moral face à forma como estes homens eram encarados pela sua família, pois ao jogar seriam pessoas sem honra ou dignidade. Existiriam ainda reflexos a nível físico e social, isto porque a prática do jogo era levada a cabo em locais sem condições e em ambientes propícios à existência de distúrbios.<sup>17</sup>

---

<sup>14</sup> Ordenações Afonsinas, disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/> consultado em 15 de outubro de 2014;

<sup>15</sup> CRESPO, Jorge – **O Espírito do Jogo**, p. 57

<sup>16</sup> DEUS, José Pereira de e LÉ, António Jorge – **O Jogo em Portugal**, p. 14-16

<sup>17</sup> CRESPO, Jorge – **O Espírito do Jogo**, p. 62-64

### 2.1.2. CÓDIGO PENAL 1852:

Apesar de haver uma maior abertura face ao jogo, a qual é visível pela criação da lotaria, este continuava, como já foi referido a ser considerado um mal social, pelo que se considerava que a sua exploração e prática deviam ser proibidas e combatidas. Desta forma, os ilícitos criminais que se encontravam concentrados no livro V das Ordenações, são transpostos para o Código Penal de 1852 e posteriormente para o de 1886, mais concretamente para os artigos 264º a 269º. Nestes artigos estava previsto, que o indivíduo que fizesse do jogo o seu modo de vida era julgado como sendo um vadio, assim como quem fosse encontrado a jogar seria castigado com uma repreensão ou então com o pagamento de uma multa conforme a sua capacidade financeira, dependendo esta pena de este ser reincidente ou não. Existia um especial cuidado para com os jovens, pois aquele que jogasse ou incitasse a prática de jogos de fortuna ou azar por um menor de vinte e um anos seria condenado a uma pena de prisão de um a seis meses e pena de multa de um mês.<sup>18</sup> No âmbito do direito civil, o jogo e o respetivo contrato, não era igualmente considerada como um forma legal de adquirir algo, conforme o previsto no artigo 1541º do Código Civil de Seabra de 1867.<sup>19</sup>

É ainda de ressaltar, que segundo alguns autores, quem explorasse os jogos de fortuna ou azar mesmo a título gracioso, seria condenado a uma pena de prisão de dois meses a um ano e à respetiva multa. Este ilícito criminal encontrava-se consignado no artigo 267º do Código Penal (CP), sendo possível perceber, através de um jornal da época, as divergências ao nível da jurisprudência que este artigo suscitava à data. Estas surgiam face à necessidade ou não da existência da obtenção de uma vantagem patrimonial, para que o tipo objetivo do crime de exploração de jogo de fortuna ou azar fosse preenchido. Segundo o entendimento de Eduardo de Serpa Pimentel, dar tabolagem (art. 267º do CP), ou seja, dar mesa de jogo constituía por si só um crime, sendo o elemento monetário uma agravante do mesmo. Indica ainda que a comprovação da circunstância referida poderia levar a que a prova do referido crime fosse muito difícil, dado que era possível

---

<sup>18</sup> Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça (GPLP) - **O Código Penal de 1852 nos 150 Anos do Primeiro Código Penal Português**

<sup>19</sup> DEUS, José Pereira de e LÉ, António Jorge – **O Jogo em Portugal**, p. 18

provar a prática do jogo, sendo no entanto quase impossível a prova de que existia tabolagem a troco de dinheiro.<sup>20</sup>

### **2.1.3. LEI DO JOGO:**

A 3 de Dezembro de 1927, surgiu em Portugal a primeira lei do jogo, a qual revogou os artigos constantes no Código Penal, supra referidos, contudo, a grande inovação deste diploma legal foi a atribuição de carácter lícito aos jogos de fortuna ou azar em situações devidamente identificadas, através da concessão de licenças de exploração a entidades privadas em zonas de jogo devidamente autorizadas pelo Estado.<sup>21</sup>

Não obstante as alterações legislativas, levadas a cabo, o carácter ilícito da exploração dos jogos de fortuna ou azar fora dos locais legalmente autorizados manteve-se. Este crime dava origem a uma pena que podia ir até aos seis meses de prisão correcional e de demissão no caso dos funcionários do Estado.<sup>22</sup>

No entanto, a regulamentação do jogo sofreu alguns ajustamentos com o passar dos anos, como prova disso temos os Decretos-Leis n.ºs 41562 e 48912 de 18 de Março de 1952 e 18 de Março de 1969, respetivamente, os quais apesar das alterações introduzidas vieram manter a mesma linha da regulamentação já existente em Portugal.

Nos dias de hoje, a lei do jogo (LJ) encontra-se plasmada no Decreto-Lei n.º 422/89 de 2 de Dezembro, o qual sofreu várias alterações ao longo dos anos, sendo as mais recentes as introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 114/2011 de 30 de Novembro, que republicou aquele, e ainda as constantes do Decreto-Lei n.º 64/2015 de 29 de Abril.

Existe ainda diversa legislação complementar relativamente aos jogos em Portugal, da qual se destaca a Portaria n.º 217/2007 de 26 de Fevereiro, que estabelece as regras de execução dos jogos, assim como o Decreto-Lei n.º 31/2011 de 4 de Março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 65/2015 de 29 de Abril, além da Portaria n.º 128/2011 de 1 de Abril, que regulamentam a exploração e prática do jogo do bingo.

---

<sup>20</sup> Jornal de Jurisprudência, Vol. I, Primeiro Ano – Tomo I, Redator Principal José Dias Ferreira, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1865

<sup>21</sup> MORAIS, Luís Silva – **O Regime do Jogo e o Direito Económico Comunitário**

<sup>22</sup> DEUS, José Pereira de e LÉ, António Jorge – **O Jogo em Portugal**, p. 90

Desta forma, é possível verificar que em Portugal relativamente aos jogos de fortuna ou azar com base territorial, temos uma situação de monopólio, dado que estes apenas são permitidos para as concessões autorizadas, que são os casinos, enquanto as lotarias e outros jogos de carácter social como o euromilhões, totobola, totoloto e raspadinhas que são controlados pela Santa Casa da Misericórdia, dado o fim das suas receitas.

Muito recentemente, tivemos a publicação do Decreto-Lei n.º 66/2015 de 29 de Abril, vem aprovar o regime jurídico dos jogos e apostas *online* (RJO), onde estão incluídos os jogos de fortuna ou azar, as apostas desportivas à cota e as apostas hípicas, mútuas e à cota, em que são utilizados quaisquer mecanismos, equipamentos ou sistemas que permitam produzir, armazenar ou transmitir documentos, dados e informações, quando praticados à distância, através de suportes eletrónicos, informáticos, telemáticos e interativos, ou quaisquer outros meios.

Nesta breve resenha histórica, é possível verificar que a proibição dos jogos de fortuna ou azar em Portugal, atravessou diversos séculos tendo-se mantido na sua generalidade apesar da evolução dos jogos praticados, caracterizados pelo seus elementos, como os dados, as cartas ou a roleta, e mais recentemente, o jogo *online*. Este facto, leva-nos a ponderar sobre qual será o futuro do jogo e quais as novas formas sobre as quais ele poderá existir.

## **2.2. O JOGO E O DIREITO:**

Conforme é possível verificar pelo que está acima exposto, o jogo sempre apresentou uma íntima conexão com o direito, dado que este através das suas disposições visou o seu controle, limitar a sua prática e os seus efeitos perniciosos na vida em sociedade, em especial no seio das famílias.

No entanto, assim como o próprio direito não se reduz a apenas uma área, o jogo e as suas implicações são transversais e objeto de análise em vários ramos do direito, tais como o civil, o fiscal e o penal.

Desta forma, vai ser realizada uma abordagem ainda que breve por estes, por forma à obtenção de um melhor conhecimento, assim como de uma perceção da riqueza do tema em estudo.

### 2.2.1. DIREITO CIVIL:

Quando no capítulo primeiro analisámos os vários tipos de jogos, foi referido que estes podiam revestir diversas formas, entre as quais a desportiva, a fortuna ou azar, entre outras. Esta diversidade pode ser relevante quando se procede a uma abordagem ao jogo no âmbito do direito civil. Isto porque consoante o tipo de jogo, podemos estar perante um contrato de jogo, em si mesmo, ou antes um contrato de aposta.

Desta forma, os contratos de jogo e os de aposta, e respetivas diferenças fundamentais existentes, têm sido objeto de estudo, contudo ainda não existe uma posição unânime na doutrina. No entanto, pode se considerar que o contrato de jogo em sentido amplo inclui o contrato de aposta, além do contrato de jogo em sentido estrito.

No âmbito do direito civil, o jogo e as apostas efetuadas são contratos designados por contratos de risco puro. Estes distinguem-se de outros tipos de contratos com função de risco, como por exemplo os contratos de garantia, por serem certos quanto à sua verificação, mas em que persiste uma incerteza sobre quem recai a responsabilidade.<sup>23</sup>

O jogo e aposta podem gerar a existência de múltiplos contratos celebrados entre o organizador e cada um dos jogadores, como é o caso da lotaria. Neste caso o valor do prémio não varia conforme o número de jogadores, dado que o próprio organizador se assume igualmente como um jogador. A situação em que nenhum dos jogadores ganha o prémio, é análoga à da lotaria e da roleta, o qual irá reverter para o organizador. No entanto, podemos ter ainda a situação em que existe apenas um único contrato entre o organizador e uma multiplicidade de jogadores, como sucede nos jogos de apostas mútuas, por exemplo o totobola, em que o organizador não participa no jogo, mas apenas o promove e organiza. Na situação em apreço, o prémio resultante deste jogo decorre dos valores que os jogadores apostam, não tendo o organizador influência no seu valor final.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> ALMEIDA, Carlos Ferreira de - **Contratos III – Contratos de Liberalidade, de cooperação e de risco**, p. 263-266

<sup>24</sup> PINTO, Carlos Alberto da Mota; MONTEIRO, António Pinto e SILVA, João Calvão da – **O Jogo e a Aposta – Subsídios de Fundamentação Ética e Histórico-Jurídica**, p. 17-20

Em traços gerais, o jogo e aposta são contratos bilaterais, não formais, onerosos, aleatórios e geradores de obrigações. Eles são considerados contratos bilaterais nos termos acima descritos, pois podem existir uma multiplicidade de contratos ou então contratos plurilaterais, que resultam sempre de duas ou mais declarações de vontades. Relativamente ao caráter não formal ou consensual do contrato, este se deve à ausência de uma forma especial pré-estabelecida. Pois estes contratos se regulam pelo princípio da liberdade declarativa, podendo ser então utilizado qualquer meio que as partes considerem adequada.<sup>25</sup>

Os contratos de jogo e aposta são ainda contratos onerosos, dado o caráter patrimonial pelo menos da parte de um dos contraentes. Em que ambos assumem o risco de perder, mas em que apenas um deles poderá ter sucesso, tendo o prémio um valor que corresponde ao valor apostado ou a valor superior. Este assumir do risco de perder, inerente aos contratos de jogo e aposta, faz com que este tenha um caráter aleatório, em que existe um grau de incerteza quanto ao seu resultado, mas em que esta incerteza é criada pelo próprio contrato. Desta forma, este tipo de contratos tem uma particularidade face a outros contratos de risco, pois este risco é criado pelos próprios contraentes que o assumem como parte integrante do mesmo.<sup>26</sup>

No entanto, além das características acima descritas, os contratos de jogo e de aposta, são em termos gerais contratos que podem dar origem a obrigações, ou seja, é criado um vínculo jurídico em virtude do qual uma pessoa fica adstrita para com outra à realização de uma prestação (art. 397º Código Civil), o que consequentemente permite a um dos contraentes exigir o cumprimento de uma prestação por parte do outro contraente.

Para se poder aferir se estes contratos dão origem ou não a obrigações, é de sobremaneira importante esclarecer qual a génese do referido contrato de jogo. Dado que conforme a licitude ou ilicitude do próprio jogo, assim serão as consequências advenientes do mesmo para os contraentes.

Ora, se o contrato for celebrado no âmbito de uma atividade de jogo ilícito, o contrato é inválido pelo que não há obrigações entre os contraentes, conforme o

---

<sup>25</sup> LEITÃO, Luís Manuel Teles de Meneses – **Direito das obrigações: Contratos em Especial**, p. 587-589

<sup>26</sup> PINTO, Carlos Alberto da Mota; MONTEIRO, António Pinto e SILVA, João Calvão da – **O Jogo e a Aposta – Subsídios de Fundamentação Ética e Histórico-Jurídica**, 22-23



que vem igualmente descrito no acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra relativo ao processo 169/10.6TBCSC-B.C2.<sup>27</sup>

Segundo o art. 1245º do Código Civil (CC), o jogo e a aposta não são fonte de obrigações civis.<sup>28</sup> No entanto, se este tiver a sua origem no âmbito de jogo lícito ele é fonte de obrigações naturais, em que sendo este objeto de regulamentação especial, como é o caso dos jogos nos casinos, bingos e lotarias (art. 1247º do CC), vamos ter então obrigações civis não se aplicando então o referido art. 1245º do CC.<sup>29</sup>

É de notar que o art. 1246º do CC, estipula que as apostas realizadas entre os participantes numa competição desportiva, assim como os prémios pecuniários para os participantes, geram obrigações civis, as quais podem ser legalmente exigidas pelo vencedor.<sup>30</sup>

As obrigações naturais, encontram-se no art. 402º e seguintes do CC, e são aquelas que se baseiam num mero dever de ordem moral ou social, em que o seu cumprimento não pode ser judicialmente exigível, sendo antes um dever de justiça. Segundo o art. 403º CC, a repetibilidade da prestação está excluída e desta forma a *condictio indebiti*.<sup>31</sup>

No entanto, para que se aplique esta irrepetibilidade da prestação é necessário que o jogador a cumpra de forma espontânea, ou seja, que ele não seja objeto de coação moral, que não esteja em erro quanto à finalidade do mesmo e ao seu respetivo carácter oneroso ou ainda que o resultado final do jogo não seja influenciado de forma decisiva por incumprimento das regras do jogo.<sup>32</sup> Ao existir, o cumprimento espontâneo da prestação adveniente da obrigação natural, o credor pode usufruir da *soluti retentio* para reter o cumprimento das prestações que lhe eram devidas.<sup>33</sup>

Após estas considerações iniciais, tem que se proceder a uma distinção entre o contrato de jogo em sentido estrito e o contrato de aposta, em que esta pode variar consoante os critérios utilizados para a mesma. Estes podem ser de

---

<sup>27</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 01-04-2014, Processo nº 169/10.6TBCSC-B.C2, com relator SÍLVIA PIRES, disponível em <http://www.trc.pt>, consultado em 20 de Novembro de 2014

<sup>28</sup> LEITÃO, Luís Manuel Teles de Meneses – **Direito das obrigações: Contratos em Especial**, p. 587-589

<sup>29</sup> NETO, Abílio – **Código Civil Anotado**, p. 824-825

<sup>30</sup> LEITÃO, Luís Manuel Teles de Meneses – **Direito das obrigações: Contratos em Especial**, p. 587-589

<sup>31</sup> VARELA, Antunes – **Das Obrigações em Geral**.

<sup>32</sup> LEITÃO, Luís Manuel Teles de Meneses – **Direito das obrigações: Contratos em Especial**, p. 587-589

<sup>33</sup> PINTO, Carlos Alberto da Mota; MONTEIRO, António Pinto e SILVA, João Calvão da – **O Jogo e a Aposta – Subsídios de Fundamentação Ética e Histórico-Jurídica**, 27

diversa natureza, dado que podem ter em conta a existência de uma convenção entre as partes contraentes, considerando a natureza do acontecimento sobre o qual este se verifica. Desta forma, no caso do jogo existe um acordo entre os contraentes para a prática deste, enquanto na aposta haveria uma divergência de opiniões entre as partes, o que motivaria a realização da aposta. Podemos estar igualmente perante um critério que se rege pela existência ou não de um objetivo económico, ou seja, se o fim visado é o lucro ou apenas um divertimento. Mas existem ainda outros critérios que se podem considerar de carácter subjetivo, como por exemplo o grau de incerteza do facto em si ou se este se restringe apenas ao conhecimento sobre o facto, o que leva à existência das opiniões divergentes já anteriormente referidas. Outro critério que foi defendido, reporta relativamente ao grau de participação das partes, ou seja, se estas tem ou não uma participação ativa nos factos e assumem deste modo um papel decisivo no resultado final. Existe ainda um critério que considera que o jogo é uma realidade extrajurídica e que apenas a aposta poderia ser regulada pelo direito em si. Isto porque o jogo seria uma atividade que não teria relevância social, dado o seu considerado carácter de inutilidade face a esta, tendo em conta que se trata de um divertimento. Desta forma, apenas através da realização da aposta é que o jogo estaria ao abrigo do direito em si e não antes desse momento.<sup>34</sup>

Como se pode aferir das considerações anteriores, não é linear o conceito de contrato de jogo pelos diferentes autores, o que pode se dever inclusivamente à forma como o próprio direito e a sociedade em geral perspetivam o jogo como já foi referido, não atribuindo a este uma finalidade económica, social ou moral que justifique a intervenção do direito.<sup>35</sup> Assim, o conceito de contrato de jogo tem diferentes nuances conforme o autor que se debruça sobre o tema. Pelo que, enquanto alguns consideram que este contrato existe quando temos vários intervenientes que participam de forma ativa no seu desenvolvimento, outros defendem que este será apenas um entretenimento e desde que não exista um interesse económico, logo não poderá ser regulado pelo direito, o que vai de encontro ao critério económico já aqui enunciado.<sup>36</sup>

Segundo Carlos Ferreira de Almeida, o contrato de jogo será aquele em que os jogadores, no âmbito de uma competição ou de um jogo de sorte, o qual é

---

<sup>34</sup> Idem, 17-24

<sup>35</sup> ALMEIDA, Carlos Ferreira de - **Contratos III – Contratos de Liberalidade, de cooperação e de risco**, p. 264

<sup>36</sup> LEITÃO, Luís Manuel Teles de Meneses – **Direito das obrigações: Contratos em Especial**, p. 587-589

regulado por regras próprias, o perdedor está obrigado a uma prestação patrimonial, ou a perder a sua entrada, a favor dos jogadores ou da entidade promotora do jogo que venceram o mesmo.<sup>37</sup>

Nesta última definição de contrato de jogo, existem alguns elementos que merecem uma atenção mais detalhada, tais como os sujeitos, o objeto do contrato e as próprias regras do jogo que irão ser determinantes para o resultado final. Relativamente aos sujeitos do contrato de jogo, estes serão todos os jogadores, sendo que podemos ter uma entidade concessionária, a qual pode ser a Santa Casa da Misericórdia ou as entidades exploradoras dos casinos, as quais podem não ser facilmente identificadas como integrantes da classe de jogadores intervenientes no jogo. No entanto, existem situações mais simples quando temos um confronto direto entre jogadores, sendo estes consequentemente mais facilmente identificáveis. Quanto ao objeto do contrato, este terá um valor pecuniário ou então outro bem com valor patrimonial. Neste contrato, um dos sujeitos obtém um benefício patrimonial e existe um sacrifício de valor correspondente para a outra parte. Apesar disto, quando estamos no âmbito dos jogos promovidos pelas entidades concessionárias, tendo em conta o conjunto dos jogos realizados em certo período, existe uma exclusão da possibilidade de que estas possam ficar na posição de perdedoras, ou seja, estas entidades estão de certa forma salvaguardadas, ao contrário do que sucede com todos os outros jogadores que estão sujeitos a terem perdas patrimoniais. Assim, quando estamos no âmbito do jogo, a este pode estar associado um motivo lúdico para uma ou para ambas as partes, mas estará sempre presente o mesmo objetivo que é a possibilidade de obter uma vantagem patrimonial através deste. Contudo, se essa possibilidade de ganho não estiver presente, estaremos de igual forma na presença de um jogo, mas não teremos um contrato de jogo.<sup>38</sup>

Quanto ao último elemento em análise nos contratos de jogo, designadamente as regras do jogo, estas têm um papel preponderante, pois são elas que vão determinar quem é o vencedor e o perdedor, ou seja, quem vai obter uma vantagem patrimonial e quem vai perder parte do seu património. A forma como estas regras são percecionadas tem diversas interpretações. Para alguns autores, estas podem ter um carácter jurídico, à semelhança do que sucede com as

---

<sup>37</sup> ALMEIDA, Carlos Ferreira de - **Contratos III – Contratos de Liberalidade, de cooperação e de risco**, p. 264-265

<sup>38</sup> ALMEIDA, Carlos Ferreira de - **Contratos III – Contratos de Liberalidade, de cooperação e de risco**, p. 265-266

cláusulas contratuais gerais, no entanto outros não lhe atribuem essa qualificação, considerando-as apenas como pressupostos do jogo ou como regras técnicas. No entanto, se estas regras constarem do contrato elas tornam-se factos jurídicos, provocando os devidos efeitos jurídicos, não sendo no entanto cláusulas contratuais gerais, dado que elas regulam o jogo e não os contratos de jogo. Podendo então apenas se aplicar por analogia o regime legal das cláusulas contratuais gerais. Estas regras normalmente são regras constitutivas, e não preceptivas, porque determinam apenas os efeitos dessa prática em determinado contexto, não determinando um comportamento devido. Isto apenas se verifica, quando estas estabelecem efeitos sancionatórios pelo desrespeito de regras de organização ou violações de comportamento honesto. Como já foi referido, estas regras são essenciais para se conseguir aferir do vencedor e o vencido, por este motivo o jogo é um contrato de risco e de risco puro. Isto porque o risco e o próprio evento que vai determinar o resultado, são criados pelas partes no contrato e não dependem de qualquer acontecimento exterior ao jogo e ao contrato. Assim, se distingue os contratos de jogo, de outros contratos de risco como os de seguro em que o risco já existe exteriormente ao próprio contrato.<sup>39</sup>

Após esta breve análise sobre o contrato de jogo em sentido estrito, resta a questão da aposta e qual a sua relação com o jogo em si, e se é relevante ou não proceder a essa distinção. Alguns autores consideram que a aposta existe quando as partes envolvidas não são intervenientes no próprio jogo, ao passo que outros consideram que nesta existe a constituição de uma obrigação de fazer ou de prestar alguma coisa, sobre uma das partes intervenientes, mediante o resultado obtido.<sup>40</sup>

A aposta pode respeitar a um acontecimento futuro, em que as partes tem uma diferente previsão. Segundo o critério da incerteza, existe a ideia de valorizar a opinião que é usual no conceito de aposta, tendo como consequência a exclusão de apostas sobre questões de conhecimento relativas ao presente ou ao passado. Ao pensarmos num conceito do que é a aposta poderá se dizer que no contrato há uma estipulação entre as partes acerca do conhecimento sobre um resultado futuro ou sobre certo facto, em que o vencedor recebe uma prestação patrimonial pela parte de quem perde, a qual a irá perder o mesmo valor respetivamente. Em que a determinação do ganho ou perda pelas partes é um facto alheio a estes e não é

---

<sup>39</sup> Idem, p. 266-267

<sup>40</sup> LEITÃO, Luís Manuel Teles de Meneses – **Direito das obrigações: Contratos em Especial**, p. 587-589

determinado pelos mesmos. No entanto, apesar de este ser um facto futuro e incerto, não implica que não possa incidir sobre um facto passado ou presente, o qual ainda pode ser subjetivamente incerto para uma das partes. Relativamente à prova da verificação do evento, este não obedece geralmente a requisitos específicos que sejam contemplados no contrato. Quanto à licitude ou ilicitude objetiva do contrato de aposta, este será ilícito quando o resultado dependa apenas da sorte (quando os sorteios sejam organizados por entidade não autorizada) e será lícito quando as apostas dependem do conhecimento dos apostadores.<sup>41</sup>

Assim, podemos dizer que o jogo e a aposta, tem no âmbito do direito civil uma conexão que não se pode ignorar, dado que segundo alguns autores não se pode dizer que exista um contrato de jogo sem que este tenha um carácter económico, o qual é conferido pela aposta. Sendo de igual importância, quando tratamos dos vários jogos que podem ser objeto deste ramo do direito, que para que existam obrigações entre as partes contraentes, quer sejam estas obrigações naturais ou civis, que o jogo seja lícito, pois quando tratamos de jogos ilícitos, estes não dão origem a qualquer obrigação entre as partes.

### **2.2.2. DIREITO FISCAL:**

No que concerne ao direito fiscal, o jogo tem aqui uma presença bem marcada, mais concretamente quanto ao regime fiscal que incide sobre esta prática, o qual vai ser objeto de um breve análise.

Como já referido na análise histórica da evolução do jogo em Portugal, o Estado ao ter noção que não poderia proibir por completo a prática dos jogos de fortuna ou azar, dada a apetência que algumas pessoas têm por estes, optou então por regulamentar a sua exploração, dado que seria impraticável uma proibição total da prática de jogos de fortuna ou azar. Em que a restrição ao jogo acontece do lado da oferta, o que também se reflete na forte tributação que se aplica aos concessionários das zonas de jogo. Desta forma, se procura restringir o acesso ao jogo através da sua reduzida acessibilidade.<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> ALMEIDA, Carlos Ferreira de - **Contratos III – Contratos de Liberalidade, de cooperação e de risco**, p. 268-269

<sup>42</sup> CLÍMACO, Maria Isabel – **Os Jogos de Fortuna e Azar – comportamentos, regulação e tributação**, p. 211-213

Assim, temos em Portugal uma situação de autorização regulamentada<sup>43</sup>, em que apesar de ser o Estado a possuir o direito de explorar o jogo, este através de concursos públicos ou por decisão, concede a referida exploração por concessões administrativas<sup>44</sup> a empresas constituídas sob a forma de sociedades anónimas (art. 9º da LJ).

No entanto, o imposto do jogo não funciona propriamente como um desincentivo ao jogo, tratando-se antes de uma das contrapartidas ao Estado por parte das empresas às quais é atribuída a concessão de uma zona de jogo. Sendo através destas receitas que se promove e financia a realização de investimentos na área do turismo.<sup>45</sup>

Segundo o disposto na lei do jogo, mais concretamente no seu capítulo VII, está consignado no seu artigo 84º, sob o título “Imposto especial de jogo”, o regime fiscal aplicável aos jogos de fortuna ou azar, onde consta a obrigação de pagamento de um imposto especial pelo exercício da atividade de jogo às empresas às quais é concessionada a sua exploração. Maria Isabel Clímaco considera que o imposto especial do jogo (IEJ) se configura quase como um “ghetto” fiscal dado que a própria fiscalização está atribuída a uma entidade própria, que é a Inspeção Geral de Jogos (IGJ).<sup>46</sup>

A forma como o valor do IEJ é calculado tem vários parâmetros que influenciam o seu valor final, tais como o tipo de jogo sobre o qual este incide e as particularidades dos mesmos, assim como a zona de jogo concessionada (artigos 85º a 87º da LJ). Relativamente aos vários tipos de jogos, que terão influência no cálculo do IEJ, estes podem se dividir em três grandes grupos, os jogos bancados, os jogos não bancados e os jogos em máquinas automáticas.

Desta forma, antes de avançarmos com o nosso estudo, revela-se profícuo, proceder a um esclarecimento e consequente distinção entre o que é um jogo bancado e um não bancado. Em primeiro lugar, os jogos bancados não pressupõem a existência de uma banca, sendo antes essencial o conceito que neste tipo de jogos o jogador joga contra a “casa” (casino), a qual irá arriscar valores

---

<sup>43</sup> PINTO, Carlos Alberto da Mota; MONTEIRO, António Pinto e SILVA, João Calvão da – **O Jogo e a Aposta – Subsídios de Fundamentação Ética e Histórico-Jurídica**, p. 19

<sup>44</sup> PALMA, Clotilde Celorico – **A Tributação do Jogo em Sede de IVA**, p. 134-135

<sup>45</sup> SANTOS, António Carlos dos e PALMA, Clotilde Celorico – **A tributação do jogo em Portugal: o caso específico da (não) tributação do jogo online**, p. 147-149

<sup>46</sup> CLÍMACO, Maria Isabel – **Os Jogos de Fortuna e Azar – comportamentos, regulação e tributação**, p. 233-234

pecuniários, podendo inclusivamente perder o capital apostado. Nos jogos não bancados existe apenas o fornecimento por parte do casino das suas instalações e do material de jogo para que os jogadores possam jogar uns contra os outros, não existindo qualquer risco para o casino. Assim, pode concluir-se, que a grande diferença entre estes dois grupos é a existência ou não de interesses divergentes entre o casino e o jogador.<sup>47,48</sup>

Os jogos estão tipificados quanto às suas regras de execução nos termos da Portaria n.º 217/2007 de 26 de fevereiro, em que os jogos bancados podem se subdividir em jogos de roleta, entre os quais encontramos a roleta americana e a roleta francesa; em jogos de dados, que podem ser craps e o cussec; e ainda em jogos carteados, onde temos o blackjack ou 21, o póquer sem descarte, o bacará ponto e banca, assim como o bacará ponto e banca/Macau. Relativamente aos jogos não bancados, temos o bacará *chemin de fer* e o póquer não bancado (o qual tem as variantes “Omaha”, “Hold’em” e “Póquer sintético”). Na referida Portaria existe ainda a regulação das máquinas automáticas, em que estas podem ter diversos tipos de funcionamento, mas devem atribuir prémios pagos diretamente ou indiretamente em fichas, moedas ou outros meios de pagamento. No entanto, mesmo quando não atribuem os prémios já indicados, desenvolvem temas próprios dos jogos de fortuna ou azar ou apresentam como resultado pontuações dependentes exclusiva ou fundamentalmente da sorte.

No caso do jogo bancado, o imposto determina-se por duas parcelas, o capital em giro inicial e o lucro bruto das bancas. Na primeira parcela existe uma distinção entre bancas simples e bancas duplas, sendo a parcela calculada pela aplicação de uma percentagem sobre o capital inicial em giro em cada zona de jogo. O capital em giro inicial é determinado pelo capital utilizado no mês anterior e que consta nos respetivos registos. A segunda parcela calcula-se através de uma percentagem sobre o lucro bruto das bancas para qualquer que seja o modelo adotado.

Relativamente aos jogos não bancados, o imposto é calculado pela percentagem incidente sobre a receita cobrada dos pontos, a qual é fixada pela percentagem atribuída a cada zona de jogo. O apuramento desta receita é feito através de registos diários realizados em livros próprios, pela contabilização de

---

<sup>47</sup> DEUS, José Pereira de e LÉ, António Jorge – **O Jogo em Portugal**.

<sup>48</sup> CLÍMACO, Maria Isabel – **Os Jogos de Fortuna e Azar – comportamentos, regulação e tributação**, 234-235

cadernetas e bilhetes fornecidos pela IGJ, em que se constitui o somatório das importâncias apuradas em cada uma das mesas e que vai gerar o lucro que o casino obteve em termos de jogo não bancado.

Quanto às máquinas automáticas, estas estão sujeitas de uma forma geral ao regime dos jogos bancados, com algumas especificidades. Sendo que a maior diferença para estes, é que no jogo bancado o capital inicial é um montante concreto, enquanto nas máquinas automáticas este montante é fixado pela IGJ em abstrato, apenas para efeitos tributários.

Esta fixação do capital em giro inicial pela IGJ pode suscitar algumas questões quanto ao respeito pelo princípio da legalidade fiscal ou princípio da tipicidade legal dos impostos. No entanto, se se considerar que esta fixação tem por base as regras previstas para o jogo bancado em bancas simples, além de que tem que obedecer aos critérios estipulados no cálculo do IEJ, de aplicação de diferentes percentagens às várias zonas de jogo concessionadas, não se pode considerar que exista arbitrariedade na forma como este valor é fixado, dadas as regras que lhe estão subjacentes.<sup>49</sup>

Então o carácter diferenciado do imposto do jogo através da aplicação de diferentes taxas pode se justificar pela carência de desenvolvimento turístico em certas zonas específicas, além que se pode igualmente justificar pelos diferentes rendimentos que cada uma das concessões rende aos seus concessionários. A questão das taxas diferenciadas para as diferentes concessões de jogo e a respetiva determinação, tem que ser realizada com respeito ao princípio da proporcionalidade, por isso tem que existir uma correspondência entre as percentagens das receitas e o benefício adveniente da regulação, além de que a percentagem das receitas exigidas deve corresponder ao investimento no desenvolvimento turístico da zona de jogo concessionada. Desta forma, nas zonas em que exista um maior desenvolvimento turístico, a taxa a aplicar para o cálculo da tributação devida será maior.<sup>50</sup>

Do que resulta da Lei do Jogo, 80% do valor resultante do IEJ fica consignado, em que 77,5% constitui receita do Fundo de Turismo e 2,5% pertence

---

<sup>49</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes – **O imposto especial sobre o jogo no contexto jurídico-constitucional fiscal**, p. 11-16

<sup>50</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes – **O imposto especial sobre o jogo no contexto jurídico-constitucional fiscal**, p. 17



ao Fundo de Fomento Cultural. O Fundo de Turismo deve aplicar 20% da totalidade do IEJ na realização de obras de interesse para o turismo na área do município em que se situe o casino (art. 84º, n.º 3 da LJ). Assim, apenas 20% do IEJ vai reverter diretamente para os cofres do Estado, o que releva para demonstrar que este imposto tem um propósito que não passa de sobremaneira pela arrecadação de fundos.

Não é igualmente exigível qualquer outra forma de tributação quanto aos proventos advenientes do jogo, como de quaisquer outras atividades diversas mas interdependentes a que as concessionárias estejam obrigadas, segundo os contratos de concessão e durante o período de vigência destes.<sup>51</sup> Desta forma, no art. 92º da LJ, se encontra prevista a isenção de pagamento de sisa (atualmente IMT) e outras contribuições municipais relativamente aos prédios indispensáveis para o cumprimento do contrato administrativo de concessão. Bem como dos bens e serviços diretamente ligados à construção dos imóveis onde se pratica o jogo, o material de construção, a mão-de-obra, assim como as máquinas de jogo.<sup>52</sup>

É de notar, que a isenção do pagamento de outros impostos em detrimento do pagamento do imposto especial do jogo, se aplica especificamente à atividade do jogo e não às concessionárias em si, pelo que as outras atividades que estas tenham não estão isentas do pagamento de impostos segundo o regime geral da tributação.<sup>53</sup>

No entanto, pela forma como o IEJ é calculado, se torna evidente que este foi pensado para as formas tradicionais de jogo, como as zonas de jogo concessionadas, não sendo passível de aplicação no jogo *online*. Por este motivo, em Portugal tínhamos até este momento uma situação singular relativamente ao jogo *online* ou em linha, dado que não lhe era possível aplicar o IEJ, sendo igualmente de difícil aplicação o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e outros impostos previstos no regime geral da tributação. Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 66/2015 de 29 de abril, e consequente aprovação do regime jurídico dos jogos e apostas *online* (RJO), foi criado o imposto especial de jogo *online*, o qual em termos gerais incide sobre 15% da receita bruta da entidade

---

<sup>51</sup> ROQUE, Vasco António Vilarés – **A Lei do Jogo e seus Regulamentos – Anotada e Comentada**, p. 625-626

<sup>52</sup> PALMA, Clodilte Celorico – **A Tributação do Jogo em Sede de IVA**, p. 137-139

<sup>53</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes – **O imposto especial sobre o jogo no contexto jurídico-constitucional fiscal**, p. 9

exploradora, podendo este valor percentual ser alterado caso o valor desta receita bruta seja superior a € 5 000 000,00, não podendo no entanto este valor exceder a percentagem de 30% (art. 89º do RJO).

No caso do IRC, mesmo que as empresas não desenvolvam o jogo de forma legal, elas estão sujeitas ao pagamento deste imposto. No entanto, para que tal fosse viável teria que existir uma sede ou direção efetiva em Portugal, mas como os *sites* do jogo *online* na sua grande maioria, não se encontram sediados em Portugal, impossibilita a cobrança deste imposto. As atividades de jogo apesar de não serem passíveis de pagamento de imposto sobre o valor acrescentado (IVA), esta isenção não se aplica ao jogo *online* dado que este é considerado como uma prestação de serviço por via eletrónica, a qual é tributável pelo código do IVA. Este em alguns casos pode ser tributado em Portugal, o que levanta a questão da dificuldade da fiscalização da declaração devida do referido imposto.<sup>54</sup>

A palavra tributação (art. 84º, n.º 2 da LJ) compreende o sentido previsto no art. 3º, n.º 3 da lei geral tributária (LGT) em que os tributos são os impostos, incluindo os aduaneiros e especiais, além de outras contribuições financeiras, tais como taxas e contribuições para entidades públicas.<sup>55</sup>

A tributação do jogo gera receitas para o Estado, mas em que apresenta uma função extrafiscal, dado que surge não apenas como uma forma de obtenção de receitas, que como já foi referido são utilizadas para o desenvolvimento turístico, mas igualmente como uma forma de regulação, através do combate ao jogo clandestino cuja fiscalização compete ao Estado, sendo esta atividade financiada pela própria tributação.<sup>56</sup>

Então o imposto especial do jogo além da finalidade de obtenção de receitas, também assume um carácter extrafiscal através da penalização de uma atividade que pode ser viciante, sendo desta forma nociva, pelo que alguns a consideram mesmo imoral ou um “pecado”. Assim, ao assumir que a prática desta atividade pode acarretar custos externos, que são os que decorrem sobre terceiros, derivado do jogo excessivo, o Estado vem desta forma refletir nos preços praticados, todos estes outros custos, que de outra forma não estariam presentes,

---

<sup>54</sup> SANTOS, António Carlos dos e PALMA, Clotilde Celorico – **A tributação do jogo em Portugal: o caso específico da (não) tributação do jogo online**, p. 152-159

<sup>55</sup> PALMA, Clotilde Celorico – **A Tributação do Jogo em Sede de IVA**, p. 139-140

<sup>56</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes – **O imposto especial sobre o jogo no contexto jurídico-constitucional fiscal**, p. 10-11

proporcionando que os valores praticados fossem baixos o que não corresponderia aos custos económicos reais.<sup>57</sup>

As características do carácter extrafiscal da tributação do jogo em Portugal são a aplicação da receita adveniente do imposto no desenvolvimento turístico nos locais das zonas de jogo, as taxas superiores que às aplicadas no regime geral das pessoas coletivas e a variação das taxas a aplicar consoante a zona em que o jogo está concessionado. A distinção entre impostos fiscais e extrafiscais, não será relevante em termos do objetivo da tributação, dado que se considera que em Portugal o sistema fiscal estabelece-se por metas e objetivos económicos, tendo em conta que o art. 103º, n.º 1 da Constituição da República Portuguesa (CRP) indica que o sistema fiscal visa a satisfação das necessidades financeiras do Estado, assim como a repartição justa dos rendimentos e da riqueza. No entanto, esta distinção já será relevante quanto ao regime jurídico aplicável. Dado que os impostos extrafiscais, não se regulam pelos princípios constitucionais como os impostos fiscais, mas antes pelos princípios da legalidade administrativa e da proporcionalidade.<sup>58</sup>

Relativamente aos prémios de jogo, até ao ano de 2010 estariam sujeitos ao pagamento de IRS. Apesar de as opiniões se dividirem quanto à questão se os prémios resultantes do jogo *online* estariam ou não sujeitos ao pagamento de IRS, dado que alguns consideravam que este jogo não se encontrava especificamente regulamentado, enquanto outros pensavam que os jogos estando já considerados, seria irrelevante a forma como se processavam. Mas para que exista esse pagamento, ele teria na prática que surgir de forma espontânea por parte dos jogadores que receberam os prémios, tendo em conta que os responsáveis do jogo *online*, não se encontram em Portugal, pelo que nada declararam nesse sentido. Desta forma, a consequência desta situação é que nada é declarado, quer por parte dos exploradores, quer por parte dos jogadores. A partir do orçamento de Estado de 2010, os prémios provenientes do jogo deixaram de se considerar como rendimento para efeito do IRS e passaram a estar sujeitos a Imposto de Selo. Em que este imposto recai apenas sobre os prémios obtidos em Portugal, o que suscitava uma situação pouco clara relativamente ao jogo *online*, dado que as

---

<sup>57</sup> CLÍMACO, Maria Isabel – Os Jogos de Fortuna e Azar – comportamentos, regulação e tributação, 237-239

<sup>58</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes – O imposto especial sobre o jogo no contexto jurídico-constitucional fiscal, 9-14

empresas na sua grande maioria não tinham sede, direção efetiva e estabelecimento estável em Portugal, logo não teriam que pagar este imposto.<sup>59</sup>

Pelo que aqui foi descrito, podemos destacar o carácter extrafiscal do imposto especial do jogo, o que releva para descortinar a verdadeira função deste, a qual não passará pelo fim último de angariar receitas para o Estado, mas antes como uma forma de limitar o acesso ao jogo, dada a forma como este tem sido perspetivado pelo Estado, como uma prática de certa forma imoral, pecaminosa, e desestruturante da sociedade. São igualmente relevantes os novos desafios face aos desenvolvimentos tecnológicos, mais concretamente através do jogo *online*, que afasta a existência de um jogo apenas presencial (territorial), e logo de mais difícil deteção e enquadramento legal.

### **2.2.3. DIREITO PENAL:**

Após a breve análise realizada dos jogos de fortuna ou azar nos âmbitos do direito civil e fiscal, mais concretamente das obrigações que podem surgir ou não pelo jogo, assim como as singularidades atinentes ao imposto especial sobre o jogo, resta-nos analisar o jogo no âmbito do direito penal e dos crimes que podem estar adjacentes a este.

Desta forma, os crimes relacionados com o jogo encontram-se previstos no Capítulo IX, Secção I, artigos 108º a 115º da LJ. Entre estes podemos encontrar os crimes de exploração ilícita, a prática ilícita, a presença em local de jogo ilícito, a coação à prática de jogo, o jogo fraudulento, a usura para jogo e o material de jogo. Nestes ilícitos criminais o bem jurídico protegido em termos amplos, é a proteção do interesse público, nomeadamente a ordem e tranquilidade públicas e a justiça, mas em particular visa proteger o próprio jogador.<sup>60</sup>

Os crimes objeto de estudo no presente trabalho são os de exploração ilícita de jogo de fortuna ou azar, a prática ilícita de jogo, a presença em local de jogo ilícito, tendo um maior destaque a exploração ilícita, dado que os outros dependem de certa forma e na maioria das situações da existência deste.

---

<sup>59</sup> SANTOS, António Carlos dos e PALMA, Clotilde Celorico – **A tributação do jogo em Portugal: o caso específico da (não) tributação do jogo *online***, p. 154-155

<sup>60</sup> ROQUE, Vasco António Vilarés – **A Lei do Jogo e seus Regulamentos – Anotada e Comentada**, p. 705

Antes de avançar na análise dos referidos crimes, convém relembrar o que já foi aqui indicado, mais concretamente sobre o que são jogos de fortuna ou azar. Segundo o artigo 1º da LJ, estes serão aqueles cujo resultado depende exclusiva ou fundamentalmente da sorte e não da perícia ou do conhecimento do jogador. Estes jogos só podem ser explorados nas zonas de jogo, as quais constam no artigo 3º da LJ, além de autorizações temporárias que possam existir para a exploração de jogos em navios ou aeronaves (artigo 6º da LJ) ou em situações de relevante interesse turístico (artigo 7º da LJ), onde a exploração é cedida à concessionária de zona de jogo que se situe mais próxima.

Relativamente aos jogos de fortuna ou azar sobre os quais é autorizada a sua exploração nos casinos, estes constam no artigo 4º da LJ, onde podemos verificar os já mencionados jogos bancados em bancas simples ou duplas, os jogos não bancados e os jogos em máquinas nas condições anteriormente descritas, sendo que existe alguma controvérsia na jurisprudência portuguesa relativamente à questão se a relação dos jogos constantes deste artigo constituiriam uma lista exaustiva, enquanto outros não o consideram como uma enunciação fechada dos tipos de jogo, mas antes como exemplos para a variedade de jogos que pode existir.

Como exemplo desta divergência temos o acórdão do Tribunal da Relação de Évora relativo ao processo n.º 289/11.0EARVR.E1, no qual o relator parte de um conceito formal de jogo de fortuna ou azar, considerando que estes são apenas aqueles que nos termos do artigo 4º, n.ºs 1 e 3 da LJ são autorizados nos casinos. Desta forma, uma máquina que tenha um funcionamento em tudo semelhante a uma roleta, a qual faz parte dos jogos de casino, mas não seja exatamente a mesma coisa, não pode ser considerado um jogo de fortuna ou azar, pelo que não pode existir uma condenação pela exploração ilícita de jogo de fortuna ou azar. É referido ainda neste acórdão que a base do jogo de fortuna ou azar é o elemento compulsivo para continuar a jogar, o qual existe devido à natureza indefinida do prémio de jogo e a incerteza de poder perder tudo numa jogada.<sup>61</sup>

Para que exista o crime de exploração ilícita de jogo de fortuna ou azar (artigo 108º da LJ), tem que em primeiro lugar existir uma exploração ou direção de jogo que seja de fortuna ou azar, ou seja, que os seus resultados dependam

---

<sup>61</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 12-03-2013, Processo n.º 289/11.0EARVR.E1, com relator GILBERTO CUNHA, disponível em <http://www.dgsi.pt>, consultado em 28 de Janeiro de 2015

exclusiva ou fundamentalmente da sorte, sendo estes tipos de jogos delimitados, através da reserva do local da sua prática, que são os casinos, e através da sua tipologia, constituindo este o elemento objetivo do ilícito criminal. Para a determinação da exploração ilícita de jogos de fortuna ou azar, não é relevante que esta seja realizada ou não em espaço de livre acesso ao público, ou que o explorador tenha que cumprir um certo número de requisitos, entre os quais possuir um determinado grau de organização relativamente a esta exploração. A ilicitude não depende igualmente da dimensão e continuidade no tempo da exploração ilícita.<sup>62</sup>

Estamos perante um crime comum de mera atividade, pois pode ser cometido por qualquer pessoa, não sendo necessária a produção de qualquer resultado, designadamente o lucro (o que configuraria um crime de resultado), sendo suficiente a mera execução de um determinado comportamento. Relativamente ao bem jurídico, a exploração ilícita dos jogos de fortuna ou azar é um crime de perigo abstrato, em que este perigo é o motivo da proibição e não um elemento do tipo, o que pressupõe uma perigosidade que faz com que o agente seja punido quer o perigo para o bem jurídico tenha sido efetivamente criado ou não.<sup>63</sup> Então a tipificação do crime considera em primeiro lugar a perigosidade relativamente ao bem jurídico que se visa proteger, não sendo relevante que a efetiva lesão se venha ou não a concretizar.<sup>64</sup>

A caracterização deste ilícito como um crime de perigo abstrato e formal, que decorre da perigosidade já acima referida, e com um carácter formal porque para a sua tipicidade é indiferente a realização de um resultado, se revela mais evidente quando consideramos as máquinas automáticas que não pagam prémios diretamente, quer seja em fichas ou em numerário, conforme o que vem igualmente previsto na Portaria n.º 217/2007 de 26 de fevereiro, em que existe a descrição dos vários jogos de fortuna ou azar legalmente reservados para os casinos. Conde Fernandes considera que ao não existir o elemento monetário nas máquinas, não estaríamos perante um ilícito criminal devido ao facto de não existirem prémios, mas antes na presença de um ilícito de natureza contraordenacional.<sup>65</sup> No entanto, esta posição não leva em linha de conta a

---

<sup>62</sup> FERNANDES, Conde – **Comentário das Leis Penais Extravagantes**, p. 359

<sup>63</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 02-01-2006, Processo n.º 2324/05, com relator ELISA SALES, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt), consultado em 28-01-2015

<sup>64</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal – Parte Geral**, p. 303-311

<sup>65</sup> FERNANDES, Conde – **Comentário das Leis Penais Extravagantes**, p. 359-360

própria definição de jogo de fortuna ou azar constante no art. 1º da LJ, em que o resultado é contingente por assentar exclusiva ou fundamentalmente da sorte, não existindo neste normativo legal qualquer obrigação de existir um resultado que poderá trazer ou não uma vantagem monetária. A posição assumida por Conde Fernandes constitui um desvio face à própria tipificação do ilícito criminal, pois obrigaria à existência de um resultado, que seria o benefício económico.

Ao considerarmos o perigo no âmbito do direito penal, este terá sempre presente a política criminal vigente, que ao criminalizar certas condutas como ilícitas, visa a erradicação de uma certa criminalidade, podendo no entanto esta medida não produzir o resultado esperado. Esta criminalização terá que ser sempre legitimada, para esse efeito é necessária uma validação através do modo como se processa esta proteção. Não pode igualmente ser desconsiderada a questão da legitimidade dos crimes de perigo no direito penal, dada a restrição que os direitos fundamentais dos cidadãos podem sofrer. Assim, a criação de crimes de perigo não será necessariamente um sinónimo de maior prevenção criminal, mas sim de uma maior proteção ao bem jurídico que a norma visa proteger.<sup>66</sup> Esta proteção mais alargada do bem jurídico, através da política criminal adotada e respetiva legitimação, pode dever-se aos dados de criminalidade atuais que suscitam a preocupação da opinião pública, e consequentemente a uma maior complexidade do direito penal, a qual pode se traduzir na existência dos crimes de perigo e de uma maior proteção aos bens jurídicos que sejam relevantes.<sup>67</sup>

A criminalização da exploração ilícita de jogos de fortuna ou azar, resulta da política criminal existente em Portugal e visa proteger um bem jurídico com dignidade penal. Como já foi indicado, ele é um crime de perigo abstrato, em que o perigo reside na conduta adotada e não no próprio agente do crime. Então a proteção de um determinado bem jurídico vai se basear em um cuidado-de-perigo, o que pode levar a que alguns considerem que exista um défice de legitimação nesta tipificação, mas isso não pode suceder quando o legislador usa de minúcia para a descrição das condutas proibidas.<sup>68</sup>

Para além de ser um crime comum (nos termos do seu n.º 1), ele pode ser considerado um crime especial ou próprio (nos termos do seu n.º 2), dado que a ilicitude pode ainda ser alargada a outros indivíduos que desempenhem um certo

---

<sup>66</sup> COSTA, José Faria – **O Perigo em Direito Penal**, p. 567-591

<sup>67</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo – **O Problema do Direito Penal no Dealbar do Terceiro Milénio**, p. 264-271

<sup>68</sup> COSTA, José Faria – **O Perigo em Direito Penal**, p. 630-651

tipo de funções. Assim, será igualmente punida a pessoa que esteja encarregada da direção do jogo, mesmo que não o faça de forma habitual, designadamente os administradores, os diretores, gerentes, empregados e agentes da entidade que explora o jogo.<sup>69</sup>

Neste caso, para que exista uma condenação efetiva pelo crime de exploração ilícita de jogo de fortuna ou azar, tem que existir prova de quem é o titular dessa exploração ou seja, do explorador, e, concomitantemente, da identificação dos seus diretores, funcionários ou gerentes, os quais poderão ter alguma responsabilidade, sendo por esse motivo determinante a averiguação do grau de responsabilidade de cada um dos sujeitos pela prática do referido crime. Mas para que exista uma responsabilização do funcionário, deve existir um vínculo laboral entre este e o titular da exploração. É de notar, que quem procede à exploração do jogo ilícito, exerce uma atividade cujo fim é a utilização de equipamentos de jogo para a obtenção de rendimentos ou lucro.<sup>70</sup>

Relativamente ao bem jurídico protegido por esta norma, temos em sentido amplo o interesse público, nos termos já aqui indicados, bem como o próprio jogador, na sua vertente familiar e pessoal, e consequentemente a sociedade em geral.<sup>71</sup> Conde Fernandes considera que o bem jurídico protegido por este ilícito criminal, além do que já foi enunciado, é o livre desenvolvimento da personalidade, os interesses fiscais do Estado e o património. Desta forma, estaria salvaguardado o sistema de autorização regulamentada vigente em Portugal, pela proteção dos jogadores dado o carácter nocivo que este pode assumir para as famílias, pelo combate à fraude, pela defesa dos menores e dos incapazes e por questões tributárias que em última instância vão beneficiar toda a comunidade, como de resto já foi perceptível pela forma como as receitas resultantes do IEJ são aplicadas.<sup>72</sup>

A este ilícito criminal corresponde uma pena de prisão até 2 anos e multa até 200 dias. Esta pena pode ser agravada em um terço caso se no local onde ocorre a exploração ilícita for encontrada uma pessoa menor de 18 anos (art. 108º, n.º 1 e art. 109º da LJ). Este agravamento da moldura penal, considerando a presença de pessoas menores de idade, confirma a ideia de que apesar de a

---

<sup>69</sup> ROQUE, Vasco António Vilares – **A Lei do Jogo e seus Regulamentos – Anotada e Comentada**, p. 706

<sup>70</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 12-03-2013, Processo n.º 141/10.6EASTR.E1, com relator MARIA ISABEL DUARTE, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt), consultado em 28-01-2015

<sup>71</sup> ROQUE, Vasco António Vilares – **A Lei do Jogo e seus Regulamentos – Anotada e Comentada**, p. 707

<sup>72</sup> FERNANDES, Conde – **Comentário das Leis Penais Extravagantes**, p. 352-354



legislação atinente a esta matéria se ter alterado ao longo dos anos, existe uma linha condutora que se mantém, tendo em conta que conforme o que foi referido no enquadramento histórico, já nos Códigos Penais de 1852 e de 1886, existia um agravamento da pena quando existisse o aliciamento de menores de vinte e um anos à prática de jogos de fortuna ou azar.<sup>73</sup> A manutenção desta posição pelo Estado, indica de forma clara que apesar de existir uma liberalização face a algumas matérias, foi adotada uma posição de defesa dos mais jovens, os quais podem ser considerados como mais impressionáveis relativamente ao fenómeno dos jogos de fortuna ou azar. Esta situação em concreto vem confirmar o que é considerado por alguns como o carácter desviante do jogo face ao que é socialmente aceite.<sup>74</sup>

Quanto ao elemento subjetivo, este crime é doloso, pois o explorador do jogo tem conhecimento e vontade de praticar este crime,<sup>75</sup> o que tem especial relevância dada a consciência do ilícito e nas diversas formas que utiliza para iludir as autoridades policiais e dissimular a exploração ilícita dos jogos de fortuna ou azar, o que acarreta dificuldades acrescidas no combate a este ilícito.

Rui Pinto Duarte afirma que relativamente à configuração da exploração ilícita de jogo de fortuna ou azar como infração de natureza criminal, esta não tem justificação, dado que existem locais autorizados a explorar o jogo. Além de que o jogo é criminalizado, quer este envolva ou não valores pecuniários. Assim, os valores que serviriam de base à punição criminal do jogo seriam os bons costumes, a propriedade e o interesse fiscal.<sup>76</sup>

Relativamente aos crimes previstos no âmbito da LJ, além do crime de exploração ilícita de jogo de fortuna ou azar, já aqui descrito, merece ainda destaque o crime de prática ilícita de jogo (art. 110º da LJ). Incorre neste, a pessoa que for encontrada a praticar jogos de fortuna ou azar em local não autorizado, sendo punido com uma pena de prisão de até 6 meses e multa até 50 dias. Este crime pode ser praticado por qualquer pessoa, sendo por isso um crime comum, que assume a forma dolosa, assim como o crime de exploração ilícita de jogo de

---

<sup>73</sup> Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça (GPLP) - **O Código Penal de 1852 nos 150 Anos do Primeiro Código Penal Português**.

<sup>74</sup> DEUS, José Pereira de e LÉ, António Jorge – **O Jogo em Portugal**, p. 157-158

<sup>75</sup> ROQUE, Vasco António Vilarés – **A Lei do Jogo e seus Regulamentos – Anotada e Comentada**, p. 707-708

<sup>76</sup> DUARTE, Rui Pinto – **O Jogo e o Direito**, p. 87-93

fortuna ou azar. Dado que o jogador escolhe a prática deste tipo de jogos em local não autorizado, quando existem outros devidamente autorizados e controlados pelo Estado. Desta forma, além da proteção da ordem, da paz pública e da justiça social, ganha especial relevo a proteção do próprio jogador.<sup>77</sup> É de ressaltar que não existem em si jogos ilícitos, mas sim a exploração e/ou a prática ilícita dos jogos de fortuna ou azar, dado que estes jogos são lícitos nos locais autorizados.<sup>78</sup>

Rui Pinto Duarte considera que a prática ilícita de jogo, punível em sede criminal, estará ferida de inconstitucionalidade. Tal prende-se pelo facto de considerar que o conceito de jogo de fortuna ou azar tem um carácter indeterminado além de discutível, dado que não descortina quais são os direitos, liberdades e garantias que estão a ser protegidos, nomeadamente os que fundamentem o cerceamento de outros direitos através desta tipificação, sendo por isso “*uma repressão injustificada da liberdade individual*”, apesar do que já aqui foi referido devido aos acórdãos do tribunal constitucional. Defende ainda, que a manutenção deste ilícito criminal deve-se a uma visão do passado, no sentido de “proteger” o cidadão contra o “pecado” e a dissipação do património, além da clara proteção dos interesses fiscais do Estado, dado o imposto do jogo.<sup>79</sup>

Relativamente ao crime de presença em local de jogo ilícito (art. 111º da LJ), só é passível de cometer este crime quem for encontrado em local de jogo ilícito e se encontre no local por causa deste, podendo incorrer na pena de prisão até 3 meses de prisão e de multa até 25 dias. Ou seja, o elemento preponderante neste ilícito criminal é a presença em determinado local por causa do jogo ilícito. Este crime pode ser praticado por qualquer pessoa e é de mera atividade. Relativamente ao seu elemento subjetivo este é um crime doloso.<sup>80</sup> Assim, para que este crime exista, um indivíduo tem que estar presente em local onde se pratique de forma ilícita jogos de fortuna ou azar e se encontre neste por causa desses jogos.<sup>81</sup> Relativamente ao tipo de jogo em questão, para que exista uma comprovação deste ilícito em particular, a tarefa não se revela fácil, isto é, a prova nos casos de equipamentos eletrónicos é muito difícil, como teremos oportunidade de explanar infra. Desta forma, este crime será mais concretizável quando estamos

---

<sup>77</sup> ROQUE, Vasco António Vilarés – **A Lei do Jogo e seus Regulamentos – Anotada e Comentada**, p. 709-711

<sup>78</sup> FERNANDES, Conde – **Comentário das Leis Penais Extravagantes**, p. 376

<sup>79</sup> DUARTE, Rui Pinto – **O Jogo e o Direito**, p. 87-93

<sup>80</sup> ROQUE, Vasco António Vilarés – **A Lei do Jogo e seus Regulamentos – Anotada e Comentada**, p. 711-713

<sup>81</sup> FERNANDES, Conde – **Comentário das Leis Penais Extravagantes**, p. 377

perante uma situação de jogo bancado em que temos locais reservados, de acesso restrito apenas às pessoas que se encontram no local devido ao jogo ilícito.

Estas divergências tiveram o seu reflexo inclusivamente em sede constitucional, tal como se pode constatar nos acórdãos n.ºs 93/2001 e 99/2002, de 13 de março de 2001 e 27 de fevereiro de 2002, respetivamente, onde o Tribunal Constitucional, foi chamado a pronunciar-se sobre a constitucionalidade das normas contidas nos artigos 1.º, 3.º, 4.º, alínea g) do n.º 1 do 108.º do Decreto-Lei n.º 422/89 de 2 de dezembro.

No acórdão n.º 93/2001 relativo ao Processo n.º 318/00, o arguido vem alegar a inconstitucionalidade das normas acima referidas por violação do princípio da tipicidade art.º 29º da CRP, dado que o artigo 108º da LJ não especifica suficientemente os factos que constituem o tipo legal de crime. Tendo em conta que a linha divisória entre um jogo lícito e ilícito, seria depender fundamentalmente da sorte e não da perícia dos jogadores, qual seria então o grau de sorte que a determinaria, dado que o conceito de fundamentalmente não seria um critério seguro para proceder à qualificação de um jogo como de fortuna ou azar. Este grau de incerteza não está quantificado, pois não se sabe a partir de que ponto é que a sorte se sobrepõe à perícia, para que o jogo possa ser qualificado como de fortuna ou azar. Além de que, a enumeração constante do referido artigo 4º da LJ seria exemplificativa e não taxativa, o que provocaria a existência de um tipo excessivamente aberto, e consequentemente levaria à aplicação das mesmas normas por analogia ou por recurso a uma interpretação extensiva, o que não seria admissível.<sup>82</sup>

Relativamente aos tipos excessivamente abertos, que são um dos elementos que servem de fundamento para o recurso supra identificado, não se pode deixar de aqui mencionar Welzel, o qual indica que existem certos tipos a partir dos quais não se consegue de forma direta retirar todos os elementos constitutivos do ilícito criminal. Sendo então necessária a realização de uma valoração autónoma por parte de quem o poder de decisão, dado que o legislador não esgota a tipicidade da ilicitude através da aplicação da expressão por exemplo de “fundamentalmente” para a caracterização de um jogo de fortuna ou azar. Desta forma, ao considerar a relação entre a ilicitude e a própria tipicidade, existe

---

<sup>82</sup> Acórdão do Tribunal Constitucional, de 13-03-2001, Processo n.º 318/00, com relator conselheiro TAVARES DA COSTA, [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt) consultado em 06-11-2014

ainda um juízo de valor global sobre a ilicitude da conduta. Ao permitir-se a existência dos tipos abertos, o que contraria a tipicidade e a necessária descrição exaustiva de todos os elementos que constituem o ilícito, sendo que este é o elemento preponderante pois é a partir do ilícito que existe uma concretização do tipo.<sup>83</sup>

O conceito da tipicidade é basilar no âmbito do direito penal, pois é através dele que se pode com clareza e segurança determinar quais as condutas que se enquadram no domínio do direito criminal. Sendo este tipo legal o garante para que exista uma valoração jurídico-criminal, a qual é apreciada pelo juiz em sede de decisão, face à situação em concreto.<sup>84</sup>

Temos ainda a posição de Conde Fernandes<sup>85</sup>, o qual considera que devido ao facto de existirem normas dispersas no sistema jurídico português relativamente ao jogo, quer seja sobre máquinas sem atribuição de prémios, ou sobre os jogos da Santa Casa da Misericórdia e ainda dos jogos de fortuna ou azar, além da utilização de uma técnica enunciativa quanto aos tipos de jogos na descrição do ilícito criminal que se podem enquadrar no conceito de jogos de fortuna ou azar, remete o referido autor para a existência de “*conceitos-tipo*”. Neste conceito, vigoram de certa forma jogos que por ser apenas autorizada a sua exploração em certos locais (casinos), tem um denominador em comum, que é serem jogados a dinheiro ou serem jogados com pagamento em dinheiro. Assim todos os outros jogos que não se encontram claramente enquadrados nestes “*conceitos-tipo*”, carecem de uma previsão típica expressa, logo não poderá existir incriminação. Assim, considera este que a caracterização dos jogos como de fortuna ou azar, para além dos que aqui já foram mencionados, como os que tem uma atribuição diretamente em dinheiro por exemplo os jogos de cartas, o bingo ou a roleta, engloba igualmente os jogos com a atribuição direta ou indireta de um prémio as máquinas que desenvolvam temas próprios de um jogo de fortuna ou azar e ainda as que apresentem resultados dependentes fundamentalmente da sorte, sendo no entanto necessário que exista a variável “dinheiro”, dado que nas concessões de jogo não existem máquinas de diversão, ou seja, aquelas em que não há dinheiro implícito.

---

<sup>83</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal – Parte Geral**, p. 290-294

<sup>84</sup> CORREIA, Eduardo – **Direito Criminal**, p. 273-276

<sup>85</sup> FERNANDES, Conde – **Comentário das Leis Penais Extravagantes**, p. 357 -364

No entanto, a decisão do Tribunal Constitucional vai no sentido de que basta que o facto punível seja definido com suficiente certeza, sendo que por vezes a própria linguagem pode impedir esta definição na sua totalidade, pois caso esta ocorresse poderia até ser negativa dado que seria uma enumeração casuística, o que poderia dar origem ao aparecimento de lacunas, não se centrando na essência do caso em análise. Considerando que, apesar de alguma indeterminação que possa existir de alguns elementos, é do conjunto da regulamentação que advém ou não, uma área e um fim de proteção claramente determinado.<sup>86</sup>

Tendo em conta que a defesa do arguido vem alegar a violação do princípio da tipicidade, consagrado no art. 29º da CRP, será relevante analisar alguns elementos deste princípio para que seja mais perceptível a questão suscitada. Gomes Canotilho e Vital Moreira consideram que este princípio está interligado ao princípio da legalidade e tem certos requisitos tais como:

- A especificação do tipo do crime, dado que este não pode ser tipificado por definições vagas, incertas ou que não possam ser delimitadas;
- A analogia não pode ser utilizada para a definição do crime;
- Exigência de determinação de um tipo de pena para cada crime, proibindo assim as penas indefinidas.<sup>87</sup>

Mas em que os princípios consignados no referido artigo apresentam ainda duas dimensões:

- Subjetiva – Em que os cidadãos tem o direito a não serem criminalmente punidos à margem destes princípios, conferindo por si só uma defesa dos direitos dos cidadãos;
- Objetiva – Constitui uma obrigação do Estado de agir conforme os referidos princípios, tanto na sua ação legislativa como na aplicação do processo penal.<sup>88</sup>

Segundo Figueiredo Dias o princípio da legalidade tem como função e sentido, a fundamentação ou agravação da responsabilidade do indivíduo que

---

<sup>86</sup> Acórdão do Tribunal Constitucional, de 13-03-2001, Processo n.º 318/00, com relator conselheiro TAVARES DA COSTA, [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt) consultado em 06-11-2014

<sup>87</sup> CANOTILHO, J. J. Gomes e MOREIRA, Vital – **Constituição da República Portuguesa Anotada**, p. 495

<sup>88</sup> CANOTILHO, J. J. Gomes e MOREIRA, Vital – **Constituição da República Portuguesa Anotada**, p. 496

cometa um ilícito. Por esse motivo, a descrição do referido comportamento tem que ser objetivamente determinável, ou seja, tem de ser uma lei certa e determinada.<sup>89</sup>

Este princípio da legalidade tem um corolário que é o já referido princípio da tipicidade, segundo o qual o conteúdo da lei penal tem que ser determinável. Desta forma, a lei criminal tem que descrever da forma mais pormenorizada possível a conduta que é qualificada como crime, para que assim sejam prevenidas condutas lesivas dos bens jurídico-penais e como defesa dos cidadãos perante alguma arbitrariedade judicial. Assim, o legislador não pode utilizar cláusulas gerais na definição dos crimes, nem deve utilizar conceitos indeterminados.<sup>90</sup>

Já no acórdão n.º 99/2002 relativo ao Processo n.º 482/01 do Tribunal Constitucional, a defesa do arguido vem alegar a inconstitucionalidade material do artigo 108º em conjugação com os artigos 3º e 4º, n.º 1, alínea g) da LJ, por considerar que viola o princípio da proporcionalidade das penas, segundo o art. 18º, n.º 2 da CRP, visando desta forma apenas a proteção dos interesses dos titulares das concessões de jogo. Assim a criminalização da exploração ilícita dos jogos de fortuna ou azar poderia violar os princípios da proporcionalidade e da necessidade, dado que ao ser legal o jogo nos locais autorizados, através das concessões, não seria admissível a restrição de um direito fundamental que é a liberdade individual, através de uma pena de prisão, por esse motivo considera que seria mais adequada uma sanção de natureza contraordenacional.<sup>91</sup>

Relativamente ao princípio da proporcionalidade das penas, previsto no art. 18º, n.º 2 da CRP, Gomes Canotilho e Vital Moreira consideram que este artigo ao se inserir no âmbito dos direitos, liberdades e garantias, mais concretamente nos direitos de liberdade, são em regra “direitos negativos”, pois implicam uma abstenção por parte do Estado na limitação e abstenção destes direitos, o que não leva a que o Estado tenha que assumir uma atitude passiva. Estes direitos de liberdade levam ainda a que o próprio Estado tenha “obrigações positivas”, tais como assegurar a liberdade contra a ingerência de terceiros, assim como o apoio ao exercício dessa mesma liberdade. Sendo de especial relevância

---

<sup>89</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal – Parte Geral**, p. 183-186

<sup>90</sup> MIRANDA, Jorge e MEDEIROS, Rui – **Constituição Portuguesa Anotada**, p. 327-328

<sup>91</sup> Acórdão do Tribunal Constitucional, de 27-02-2002, Processo n.º 482/01, com relator conselheiro LUÍS NUNES DE ALMEIDA, [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt) consultado em 06-11-2014

que o Estado tenha um papel objetivo e não discriminatório, respeitando os em suma os princípios constitucionais.<sup>92</sup>

Este artigo 18º da CRP, dispõe ainda que todos os preceitos que digam respeito a direitos, liberdades e garantias sejam vinculativos e diretamente aplicáveis. Desta forma, eles não carecem de mediação por parte do legislador para que possam ser aplicados, pelo que não pode ser invocada a falta de norma legal para a sua aplicação.<sup>93</sup>

No entanto, apesar do direito à liberdade estar constitucionalmente consignado, ele pode sofrer restrições, mas em que estas devem cumprir um certo número de requisitos. Esta restrição deve ser cumulativamente objeto de algumas condições que são consideradas pressupostos materiais, tais como:<sup>94</sup>

- A restrição esteja expressamente prevista ou implícita na Constituição - Esta possibilidade tem que se apresentar através de uma “expressão adequada e suficiente”, mas em que a terminologia expressão, não significa que esta terá que ser direta para se poder considerar como expressa. Esta restrição pode estar prevista ou implícita de duas diferentes formas, ou diretamente pela Constituição, quer através de lei que declara a restrição prevista na Constituição, quer por lei que cria a restrição admitida na Constituição, e ainda no caso em que a restrição não está expressamente prevista pela Constituição, mas que surge através de lei que visa a resolução de conflitos entre direitos e interesses constitucionalmente protegidos;
- A restrição seja salvaguarda ou proteja outro direito ou interesse constitucionalmente protegido – O que faz com que esta restrição não possa existir de modo arbitrário ou gratuito. Esta restrição abrange apenas direitos ou bens constitucionalmente protegidos, não se aplicando a direitos ou bens protegidos apenas a nível infraconstitucional. Pode ser a própria norma constitucional que ao prever a restrição, indica o interesse constitucional que a pode reclamar ou justificar. No entanto, pode igualmente ser invocado

---

<sup>92</sup> CANOTILHO, J. J. Gomes e MOREIRA, Vital – **Constituição da República Portuguesa Anotada**, p. 377-378

<sup>93</sup> NABAIS, José Casalta – **Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa**, p. 12-13

<sup>94</sup> CANOTILHO, J. J. Gomes e MOREIRA, Vital – **Constituição da República Portuguesa Anotada**, p. 388, 391-393

um interesse constitucional que tenha ligação com o direito fundamental que se pretende restringir. Mas todas as restrições devem ter como elemento basilar a reserva constitucional de um bem, pois o alargamento das restrições de direitos e interesses não podem existir para todos os bens;

- A restrição seja necessária e eficaz para a proteção de um direito ou interesse constitucionalmente protegido e que se limite à obtenção da referida proteção, mas em que a própria restrição não vai anular o direito que se visa proteger. - Este pressuposto designa-se por princípio da proporcionalidade (em sentido lato) ou princípio da proibição de excesso. Ele pode dividir-se em três subprincípios:<sup>95</sup>
  - ✓ Princípio da adequação (ou princípio da idoneidade) – as restrições legalmente previstas devem constituir um meio adequado para a prossecução do fim que visam atingir. Mas o limite estabelecido para que exista uma restrição aos direitos fundamentais, terá que ser além dos limites já referidos, será o que a restrição se destine a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades de outros e satisfazer as exigências de ordem moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática, conforme o que se encontra consignado no artigo 29º, n.º 2 da Declaração Universal dos Direitos do Homem;
  - ✓ Princípio da exigibilidade (ou princípio da necessidade ou da indispensabilidade) – as medidas restritivas devem ser necessárias, porque a proteção dos direitos e interesses não podia ser obtida por meios menos onerosos para estes, ou seja, a medida restritiva escolhida para o fim a atingir terá que ser a mais suave ou menos restritiva do leque de opções possíveis. Desta forma, nas situações em que existam diferentes medidas restritivas que podem ser aplicadas, existe sempre um juízo de valoração dos fins e dos meios e da correspondente ponderação da medida a aplicar;

---

<sup>95</sup> NOVAIS, Jorge Reis – **Os Princípios Constitucionais Estruturantes da República Portuguesa**, p. 167-186



- ✓ Princípio da proporcionalidade em sentido restrito – Não podem ser adotadas medidas restritivas desproporcionais ao fim visado. Por isso, quando está em causa por exemplo o direito à liberdade, tem que se considerar o que se pretende atingir com a restrição e sua necessidade e importância, além da extensão do sacrifício que é imposto por esta. Segundo Jorge Reis Novais, *“Trata-se, na proporcionalidade, de apreciar o desvalor do sacrifício imposto à liberdade quando comparado com o valor do bem que se pretende atingir.”* Se se considerar que a medida restritiva, já passou por um critério de exigibilidade, coloca-se a questão se esta terá que ser o meio mais proporcional ou que não seja apenas desproporcionada. Tem sido considerado que basta que não seja um meio desproporcional, dado que este princípio no seu sentido lato tem ainda outros subprincípios a ele subjacentes, e desta forma não seria vedado aos órgãos jurisdicionais de controlo a escolha da medida restritiva que considere mais adequada. Tendo que existir, no entanto a garantia de que a restrição escolhida não fosse inadequada ou desproporcionada. Pois o controlo da proporcionalidade das restrições dos direitos fundamentais é indispensável para a prevenção do excesso na limitação da liberdade e no controlo da respetiva constitucionalidade.<sup>96</sup>

Para além destes pressupostos materiais, existem ainda requisitos quanto ao caráter da própria lei, que se passam a enumerar:<sup>97</sup>

- Ter um caráter geral e abstrato – A lei destina-se a uma generalidade de pessoas e é aplicável a um conjunto indeterminado de casos. Tendo de cumprir cumulativamente estes quesitos de forma material e não apenas de modo formal;
- Não ter efeito retroativo – Apenas se aplica a factos praticados ou verificados após a entrada em vigor da lei. Visa proteger a

---

<sup>96</sup> NOVAIS, Jorge Reis – **As Restrições aos Direitos Fundamentais não Expressamente Autorizadas pela Constituição**, p. 752-765

<sup>97</sup> CANOTILHO, J. J. Gomes e MOREIRA, Vital – **Constituição da República Portuguesa Anotada**, p. 388, 393-396

confiança e segurança dos cidadãos. Pode haver uma retroatividade autêntica ou inautêntica. Autêntica nas situações em que as leis restritivas afetam posições já existentes no passado e inautêntica quando as leis se mostrarem arbitrárias e desproporcionais e afetarem de forma grave direitos e posições fundamentais dos cidadãos;

- Deve ser uma lei da Assembleia da República ou um decreto-lei autorizado – Temos a reserva de lei, a qual pode ser material ou formal. Material quando as medidas restritivas dos direitos, liberdades e garantias só podem operar através de lei e não por mero regulamento. A reserva de lei formal consiste no facto dos direitos, liberdades e garantias só poderem ser regulados por lei da Assembleia da República ou por decreto-lei autorizado.

Assim, pode aferir-se que o direito penal e especialmente as penas privativas da liberdade são a última ratio do direito na proteção dos princípios constitucionalmente protegidos.

Desta forma, e adotando uma interpretação teleológica restritiva, Conde Fernandes considera que dado o princípio da proibição de excesso e da natureza subsidiária do direito penal, o crime de exploração ilícita de jogos de fortuna ou azar pode existir quando estes jogos tenham por objeto cartas, dados, roleta e bingo *a dinheiro* ou no caso de máquinas de jogo cujo resultado dependa fundamentalmente da sorte, mas que funcionem, direta ou indiretamente, através de um pagamento *com dinheiro*.<sup>98</sup>

Pelo que aqui foi explanado, importa descortinar o fundamento ético-social para que os jogos de fortuna ou azar sejam sancionados pelo direito penal. Segundo o acórdão exarado e já aqui referido<sup>99</sup>, a tipificação do jogo ilícito como um ilícito de natureza criminal, não se baseia apenas na proteção do jogador contra os seus vícios que lhe podem ser prejudiciais, mas antes no reprimir de uma atividade social que pode acarretar prejuízos para a própria sociedade, como o aumento da violência, facilitação do crime organizado, perturbação da vida familiar dos jogadores, e consequente diminuição na sua capacidade de manutenção e educação dos filhos, ainda com uma possível degradação das suas

<sup>98</sup> FERNANDES, Conde – **Comentário das Leis Penais Extravagantes**, p. 368

<sup>99</sup> Acórdão do Tribunal Constitucional, de 27-02-2002, Processo n.º 482/01, com relator conselheiro LUÍS NUNES DE ALMEIDA, [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt) consultado em 06-11-2014

relações laborais e económicas. Além de que, ao existir em Portugal o sistema de autorização regulamentada para os jogos de fortuna ou azar, e consequente imposto especial do jogo, este pode fundamentar a defesa dos interesses fiscais e financeiros do Estado através de aplicação de normas penais com penas privativas da liberdade.<sup>100</sup>

É de notar que ao tratar dos direitos, liberdades e garantias previstos na Constituição Portuguesa, aos quais estão sempre interligados de forma indissociável os direitos fundamentais que estão consignados a cada cidadão, não se pode esquecer que existem igualmente os deveres fundamentais, os quais podem considerar-se como limites aos referidos direitos fundamentais. Porque mesmo os direitos fundamentais, como os direitos, liberdades e garantias, não são direitos absolutos nem ilimitados. Pois eles não se encontram na esfera de decisão do titular do direito, bem como a determinação, o âmbito e o grau de satisfação do seu interesse, assim como a conflitualidade dos direitos inerentes a cada um dos cidadãos.

Quanto aos deveres fundamentais, estes tem previsão constitucional, tendo origem no próprio legislador, o que difere dos direitos fundamentais, os quais são apenas reconhecidos e não criados pelo legislador. Desta forma, os deveres fundamentais são típicos e constituem um sistema de lista fechada, dado que apenas o são os que de forma expressa ou implícita façam parte da Constituição. Sendo os deveres constantes na restante legislação considerados não como deveres fundamentais, mas antes como deveres legais. Os deveres fundamentais são posições jurídicas passivas, autónomas, subjetivas, individuais, universais e permanentes. Esta posição jurídica passiva traduz o carácter de dependência do sujeito face ao Estado ou relativamente a outros, mas que ostentam em si um carácter ativo por parte do cidadão dado que implicam um comportamento positivo ou omissivo deste.<sup>101</sup>

Os direitos e deveres fundamentais não possuem em si um carácter sinalagmático, pois a um direito fundamental inerente a um indivíduo não corresponde diretamente um dever fundamental a outro cidadão, sendo este

---

<sup>100</sup> Acórdão do Tribunal Constitucional, de 27-02-2002, Processo n.º 482/01, com relator conselheiro LUÍS NUNES DE ALMEIDA, [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt) consultado em 06-11-2014

<sup>101</sup> NABAIS, José Casalta – **Por uma Liberdade com Responsabilidade**, p. 170-175, 252-253

princípio designado como o princípio da assinalagmaticidade ou da assimetria entre direitos e deveres.<sup>102</sup>

No entanto, o exercício de um direito fundamental não pode afetar um dever fundamental, designadamente o previsto no artigo 36º, n.º 5 da CRP. Neste está expressamente previsto que os pais têm o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos, constituindo-se assim como um direito-dever ou poder-dever. Não obstante, este dever fundamental ir de certa forma limitar os direitos fundamentais, estes em regra não apresentam um carácter funcional face aos deveres, pois constituem situações excepcionais e muito limitadas, como é o caso do artigo acima referido.<sup>103</sup> Gomes Canotilho classifica este dever fundamental como deveres conexos com direitos fundamentais.<sup>104</sup> O Estado ao não poder impor aos pais um dever que lhes caberia em si mesmo por questões de ordem moral, pelo princípio da liberdade, fundamenta a referida norma nos direitos fundamentais que são reconhecidos às crianças, impondo desta forma este dever aos pais.<sup>105</sup>

No artigo 36º da CRP são reconhecidos direitos inerentes à própria família, sendo que para a situação em apreço, importa salientar o direito dos filhos. Sendo que o direito e o dever dos pais de educação e manutenção dos filhos é um dever direito de carácter subjetivo, constituindo uma obrigação de cuidado parental. O conceito de educação não se restringe apenas à questão escolar, da qual ao próprio Estado também cabe responsabilidade, mas incluindo igualmente a educação dos filhos na perspetiva da socialização e aculturação, que existe ou deve existir no seio do núcleo familiar. Relativamente à manutenção dos filhos, esta consiste no provimento de sustento aos filhos, consoante as condições económicas dos pais, até que os filhos tenham condições ou idade para se manterem.<sup>106</sup> No entanto, não se pode deixar de destacar que esta dualidade resultante desta norma constitucional constituir um direito-dever de liberdade dos pais e simultaneamente um dever dos pais face aos direitos dos filhos de serem mantidos para que possam desenvolver livremente a sua personalidade, este dever não depende apenas de uma mera relação familiar mas constitui-se igualmente como uma exigência da

---

<sup>102</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes – **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**, p. 518-519

<sup>103</sup> NABAIS, José Casalta – **Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa**, p. 27-29

<sup>104</sup> CANOTILHO, José Joaquim Gomes – **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**, p. 519

<sup>105</sup> NABAIS, José Casalta – **Por uma Liberdade com Responsabilidade**, p. 249-251

<sup>106</sup> CANOTILHO, J. J. Gomes e MOREIRA, Vital – **Constituição da República Portuguesa Anotada**, p. 561-566

própria comunidade para proteção da situação de especial fragilidade em que se encontram os titulares dos referidos direitos fundamentais que são as crianças.<sup>107</sup>

Desta forma, podem ser afetados pelo crime de exploração de jogo de fortuna ou azar, princípios constitucionalmente protegidos, tais como a segurança dos cidadãos, o respeito pela legalidade democrática, a proteção da infância e da juventude, a estabilidade da vida social e económica, pelo que a criminalização deste ilícito não se afigura como inconstitucional pela violação dos princípios da proporcionalidade ou da necessidade das penas.<sup>108</sup>

Pelos diversos elementos que aqui foram descritos com um maior detalhe, sobre os crimes relacionados com o jogo ilícito, como a exploração, a prática ou a presença, podemos perceber que estes visam proteger bens jurídicos com dignidade penal, que não podem ser menosprezados. Destaco a importância do primeiro ilícito criminal enunciado, o de exploração ilícita de jogos de fortuna ou azar, pois é geralmente desde que decorrem os outros dois crimes referidos. A legislação vigente em Portugal apenas autoriza a exploração dos jogos de fortuna ou azar nos locais legalmente autorizados, que no caso em concreto são os casinos, existindo um elenco dos jogos que podem ser explorados nesses locais. No entanto, um conceito fundamental para a compreensão destes crimes, será sempre o de jogo de fortuna ou azar, o que segundo o disposto na LJ, será o jogo cujo resultado depende exclusiva ou fundamentalmente da sorte e não da perícia ou do conhecimento do jogador. Isto porque antes de outras considerações, tem que ser sempre realizado um enquadramento do tipo de jogo que estamos a analisar, o que vai influenciar todas as decisões subsequentes, inclusivamente a nível processual,

---

<sup>107</sup> NABAIS, José Casalta – **Por uma Liberdade com Responsabilidade**, p. 297, 310-311

<sup>108</sup> Acórdão do Tribunal Constitucional, de 27-02-2002, Processo n.º 482/01, com relator conselheiro LUÍS NUNES DE ALMEIDA, [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt) consultado em 06-11-2014

### 3. O JOGO ILÍCITO:

O jogo ilícito, nas suas várias vertentes, tais como a exploração, a prática ou a presença em locais onde este seja desenvolvido, apresenta várias nuances. Estas não dependem apenas do tipo de ilícito em concreto, mas igualmente pela forma como estes sucedem, dada a variedade de tipos de jogos e da necessidade ou não de equipamentos para os desenvolver.

Estas variações vão ser relevantes para o próprio processo penal, como por exemplo em matéria de prova ou de eventual realização de exame pericial. A organização dos indivíduos que exploram o jogo ilícito e o desenvolvimento tecnológico dos diversos equipamentos de jogo, suscitam problemas que ainda não se encontram cabalmente solucionados pelos organismos que desenvolvem ações de combate ao jogo ilícito.

Além de que, a legislação em alguns aspectos deu origem a jurisprudência divergente, que ainda subsiste em alguns pontos, assim como já foi anteriormente descrito, a pedidos de inconstitucionalidade do diploma legal que regula esta atividade.

Durante vários anos, existiu divergência na apreciação da diferença da configuração entre o ilícito criminal de exploração de jogo de fortuna ou azar e o ilícito contraordenacional da exploração de modalidade afim de jogo. Esta situação deu origem ao acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) n.º 4/2010 de fixação de jurisprudência<sup>109</sup>.

Antes de mais, importa esclarecer que as modalidades afins do jogo de fortuna ou azar encontram-se tipificadas no art. 159º da LJ, em que se consideram como tal, as operações oferecidas ao público em que a esperança de ganho reside conjuntamente na sorte e perícia do jogador, ou somente na sorte, e que atribuem como prémios coisas com valor económico.

No acórdão n.º 4/2010 do STJ, é colocada a situação de haver jurisprudência em sentidos contrários uma à outra, na situação de máquinas de jogo em tudo idênticas. Os referidos equipamentos encontravam-se expostos em estabelecimento de bebidas disponíveis para utilização pelos seus clientes. Relativamente ao funcionamento destes, este traduz-se na introdução de uma moeda de 100\$00, sendo depois rodado o manípulo (foto n.º 1), que faz sair de

---

<sup>109</sup> Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 04-02-2010, Processo n.º 2485/08, [www.trc.pt](http://www.trc.pt), consultado em 06-02-2015

forma aleatória uma cápsula plástica que contém no seu interior um conjunto de três senhas, em que o jogador tem a expectativa que uma das senhas tenha um número inscrito que corresponda a um dos números constantes no cartaz de correspondência de prémios (foto n.º 2), em que caso isso aconteça existe o pagamento de um prémio aí inscrito, o qual poderá passar por um objeto, como um chocolate, ou um valor pecuniário.

**Fotos n.º 1 e 2:** Equipamento descrito no acórdão n.º 4/2010 do STJ



Máquina dispensadora de cápsulas e cartaz de correspondência de prémios. (Fonte: Autora)

Como já foi anteriormente referido, as modalidades de jogos de fortuna ou azar encontram-se presentes no art. 4º da LJ, sendo que, apesar de elas terem um carácter exemplificativo, ainda assim apresentam uma certa rigidez, pelo que as máquinas de jogo para serem consideradas como meios aptos para a prática de jogos de fortuna ou azar, tem que ter em si uma de duas características:

- Pagarem diretamente prémios em fichas ou moedas; ou,
- Não pagarem diretamente prémios em fichas ou moedas, mas desenvolverem temas próprios dos jogos de fortuna ou azar ou apresentarem como resultado pontuações dependentes exclusiva ou fundamentalmente da sorte.

Nas situações em apreço, foi entendimento do STJ, que as referidas máquinas, apesar de apresentarem resultados que dependiam fundamentalmente da sorte, não desenvolviam temas próprios dos jogos de fortuna ou azar, nem

pagavam diretamente prémios em fichas ou moedas, pelo que não podiam ser enquadradas como desenvolvendo jogos de fortuna ou azar em máquinas automáticas, tendo que ser antes subsumíveis ao conceito de modalidades afins de jogo.

No referido acórdão ainda é considerado que nestes equipamentos não existirá o carácter pernicioso existente nas máquinas que desenvolvem temas de jogos de fortuna ou azar, pois o que se aposta terá um valor diminuto, assim como a expectativa de ganho é limitada e pré-definida, tendo o impulso para jogar ter que ser renovado a cada jogada, ao contrário das máquinas de jogos de fortuna ou azar, em que existe um número quase ilimitado de jogadas que se processam de forma quase mecânica e compulsiva, pelo que pode existir um envolvimento emocional por parte do jogador.<sup>110</sup>

Desta forma, foi fixada jurisprudência no sentido em que o jogo desenvolvido em máquina automática na qual o jogador introduz uma moeda, faz rodar o manípulo sendo extraída uma cápsula contendo senhas, que dá direito a prémio pecuniário, caso a senha tenha um número inscrito que corresponda a algum dos números constantes do cartaz de correspondência de prémios exposto ao público, será uma modalidade afim de jogo, podendo configurar um ilícito de natureza contraordenacional, e não um jogo de fortuna ou azar, um ilícito de natureza criminal.

É de notar, que este acórdão de fixação de jurisprudência não foi consensual, dado que foi aprovado com seis votos vencidos, com três declarações de voto, no qual é ressaltada a dependência quase que exclusiva deste jogo da sorte, não existindo perícia por parte do jogador, e por serem atribuídos prémios em dinheiro, pelo que estas máquinas teriam que ser enquadradas como máquinas que desenvolvem jogos de fortuna ou azar, além de que este jogo poderá inclusivamente ter características muito semelhantes a uma lotaria, sendo então um jogo de fortuna ou azar. No entanto, esta não foi a posição dominante no referido acórdão.<sup>111</sup> Quanto ao acórdão em questão, concordo com a posição

---

<sup>110</sup> CLÍMACO, Maria Isabel – **Os Jogos de Fortuna e Azar – comportamentos, regulação e tributação**, p. 213-217

<sup>111</sup> Declarações de votos vencidos: - Oliveira Mendes: Discorda por as máquinas automáticas descritas nos acórdãos atribuírem prémios em dinheiro, por o principal elemento distintivo entre os jogos de fortuna ou azar das modalidades afins é o facto de nestas o prémio não poder ser um valor pecuniário; - J. Carmona de Mota, J. Santos Carvalho e J. Souto de Moura: Consideram que as máquinas descritas não podem ser



assumida nas declarações de voto vencidos, dado que as máquinas automáticas descritas nos acórdãos em oposição, teriam que ser consideradas como máquinas que desenvolvem jogos de fortuna ou azar, tanto pela dependência da fortuna ou azar para a obtenção de um prémio, bem como pela atribuição de um valor pecuniário a este, o qual não se enquadra no âmbito das modalidades afins de jogo.

### **3.1. MODALIDADES E EQUIPAMENTOS DE JOGO ILÍCITO:**

Para que exista uma situação de jogo ilícito, convém antes de mais ressaltar, que não é condição indispensável que existam equipamentos eletrónicos (máquinas) para o efeito, pois tal como no jogo lícito que é explorado e praticado nos locais autorizados (casinos), o jogo pode ocorrer através de uma situação do denominado jogo bancado ou então através das referidas máquinas.

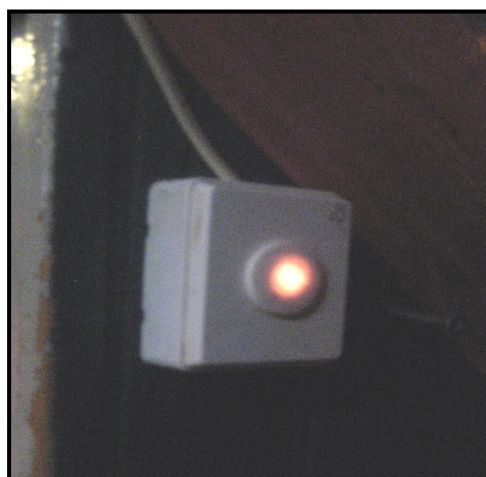
Ambas as modalidades do jogo criam diversos problemas ao seu combate pelas autoridades. No caso do jogo bancado este normalmente desenvolve-se tanto em locais que não são de livre acesso, como em domicílios, além de ocorrer este tipo de situações em associações ou em estabelecimentos fora do horário de funcionamento dos mesmos. Outro elemento que cria dificuldades adicionais à deteção deste tipo de jogo é a grande mobilidade e secretismo que o envolve, dado que o local onde vai decorrer um jogo por exemplo de póquer pode variar todos os dias, sendo os jogadores avisados dos novos locais por mensagens de telemóvel, por forma a impedir a sua deteção.

---

consideradas modalidades afins pelo motivo invocado por Oliveira Mendes, mas igualmente por tratar-se de um jogo em máquina, as quais não fazem parte do elenco previsto no art. 159º, n.º 2 da LJ. Esclarecem ainda que este jogo em específico não faz parte dos jogos cuja exploração está autorizada nos casinos, não sendo possível invocar que por não fazer parte deste elenco seja este enquadrável como modalidade afim. Isto porque o art. 4º da LJ destina-se a enumerar os jogos de fortuna ou azar que já se encontram autorizados para exploração nos casinos, não obstando à aprovação de outros que venham a ser propostos. A máquina constante dos acórdãos distingue-se ainda das lotarias, por nestas o apostador ter a possibilidade de escolher o número do bilhete, enquanto na máquina os números são atribuídos aleatoriamente; - António Pires Henriques da Graça: Considera que constitui jogo de fortuna ou azar o jogo desenvolvido em máquina automática, em que o resultado depende exclusivamente da sorte, e em que o resultado obtido, constante da senha, era pago em dinheiro, se fosse premiado de acordo com o cartaz correspondente.

Relativamente aos jogos de fortuna ou azar que se desenvolvem em equipamentos eletrónicos, estes além de proporcionarem o acesso a uma panóplia de jogos, tem outras particularidades que não se aplicam ao jogo bancado. Estes equipamentos tanto podem ser de pequenas ou grandes dimensões, com ligação ou não à internet, podendo ser mais ou menos desenvolvidos tecnologicamente. A sua localização no interior dos estabelecimentos de restauração e bebidas, é em locais recatados do mesmo, distantes da porta de entrada dos estabelecimentos, com o monitor não visível do público em geral, dado que os equipamentos estão posicionados por forma a estarem virados para a parede. Além de muitas vezes existirem dispositivos (foto n.º 3) que permitem desligar o equipamento à distância ou proceder ao corte de toda a energia elétrica do estabelecimento.

**Foto n.º 3:** Dispositivo de ocultação de jogos.



Botão de corte de energia. (Fonte: Autora)

Outra forma de ocultar os referidos equipamentos é colocá-los em zonas de acesso reservado dos estabelecimentos, tais como cozinhas, despensas, arrecadações ou caves. Para além disto, os equipamentos na sua maioria tem os jogos de fortuna ou azar dissimulados, sendo necessário proceder a uma sequência de toques no ecrã ou em botões, além da introdução de códigos, por exemplo alfanuméricos, que são individualizados para cada máquina e que mudam periodicamente.

É de notar ainda que ao apurar as responsabilidades relativamente à propriedade dos equipamentos que desenvolvem jogos de fortuna ou azar, surge

outro tipo de problemas, uma vez que os exploradores dos estabelecimentos comerciais afirmam que não são eles os proprietários dos mesmos. Indicando que recebem uma percentagem (que varia entre 10 a 40%) sobre o lucro que o equipamento gera, ou seja, descontados aos valores apostados pelos jogadores os que foram pagos em prémios. No entanto, não existem documentos contabilísticos, nem por regra qualquer identificação nos equipamentos.

### 3.1.1. JOGO BANCADO:

No jogo que usualmente é designado por bancado (foto n.º 4), não no sentido literal dos jogos praticados em casinos, mas na forma como este é enquadrado no âmbito dos jogos ilícitos, o jogador tem fisicamente as cartas e fichas para proceder às apostas que pretenda efetuar. Existem diversos jogos que configuram esta modalidade de jogos, sendo que os mais comuns são os de póquer (foto n.º 5), o blackjack (ou 21), algumas situações de jogo de roleta, além de bingos a funcionar de forma ilícita.

Fotos n.ºs 4 e 5: Material Jogo Bancado



Mesa para a prática do jogo e mala contendo cartas, dados e fichas com vários valores para a realização de apostas. (Fonte: Autora)

Existem por vezes algumas dúvidas quanto ao posicionamento da legislação face a alguns destes jogos e pela forma como estes são praticados. O modo mais simples para proceder a uma distinção entre o que é um jogo de fortuna ou azar ou não, é apurar se o jogador tem algum conhecimento ou não, se

as cartas foram ou não todas distribuídas à partida. Se consideramos o caso de um jogo de cartas muito popular em Portugal, como é o do jogo da sueca, este não pode configurar-se como um jogo de fortuna ou azar, dado que as quarenta cartas são distribuídas aos jogadores logo no início deste, ou seja, não existe o elemento sorte como fundamental no jogo, dependendo antes o resultado da perícia do próprio jogador, a qual se reflete na forma como estrutura o seu jogo face às cartas que lhe couberam logo no início.

Relativamente ao jogo de póquer, não se pode concluir no mesmo sentido, dado que para além de este fazer parte do rol de jogos enunciados no art. 4º da LJ, importa ainda esclarecer que neste jogo devido às suas regras, as cartas não são todas distribuídas aos jogadores logo desde o início, sendo estas distribuídas no decorrer do mesmo, pelo que o fator sorte terá um carácter determinante e fundamental. Existem ainda outros jogos de cartas que apesar de não fazerem parte expressa dos jogos constantes do referido art. 4º da LJ, pelas suas características podem incluir-se no âmbito dos jogos de fortuna ou azar, como é o sobe e desce, a lerpa ou o rummy.

### **3.1.2. EQUIPAMENTOS DE JOGO:**

No entanto, temos ainda outros jogos de fortuna ou azar que não se desenvolvem de uma forma tão clara, dado que estes são praticados e explorados através da utilização de uma diversidade de equipamentos, os quais podem ser equipamentos dos mais simples ou outros que já denotam um grande desenvolvimento tecnológico, por forma a ocultar a presença dos referidos jogos.

Estes equipamentos podem ser encontrados em locais abertos ao público, tais como estabelecimentos de bebidas e restauração, assim como em estabelecimentos de venda a retalho de produtos alimentares, os quais não estão autorizados a explorar jogos de fortuna ou azar.

#### **3.1.2.1. ROLETA:**

A roleta é um jogo de fortuna ou azar muito característico dos casinos e tem uma grande tradição na história dos jogos de fortuna ou azar, como já aqui foi indicado. Ela sempre foi um elemento que despertou as paixões dos jogadores, em

que se pode dar por exemplo a obra literária de Dostoievski “O Jogador”, na qual os personagens perdem toda a perspetiva no jogo da roleta, na ânsia de obter grandes prémios, mas principalmente pela emoção do jogo.

Os equipamentos que usualmente se designam por roletas eletrónicas, são de pequenas dimensões, o que facilita a sua mobilidade e consequentemente a sua ocultação das autoridades. Eles já apresentaram diversas designações ao longo dos anos, tais como “Distribuidora de Pastilhas”, “Distribuidora de Berlindes”, “Distribuidora de Chocolates”, “Colorama”, entre outras.

Nestes equipamentos, um jogador após introdução de moedas de € 0,50, € 1,00 ou € 2,00 (foto n.º 6) - correspondendo € 0,50 a uma jogada – desencadeia o funcionamento automático da máquina, dado que é disparado um ponto luminoso que percorre num movimento circular os vários orifícios existentes no mostrador, iluminando-os à sua passagem (foto n.º 7).

**Fotos n.ºs 6 e 7: Roleta Eletrónica**



Introdução de valor pecuniário e início do desenvolvimento do jogo. (Fonte: Autora)

De seguida e sem que o jogador tenha qualquer interferência, o ponto luminoso vai desacelerando gradualmente até parar ao fim de cinco ou seis voltas (foto n.º 8), fixando-se aleatoriamente num dos orifícios já mencionados. Neste ponto duas situações podem acontecer:

- O orifício em que parou o ponto luminoso corresponde a um dos sete identificados pelos números 1, 2, 5, 10, 20, 50, 100 e 200, neste caso, o jogador terá direito aos pontos correspondentes, que oscilam entre 1

(equivalente, por convenção a € 1,00) e 200 (equivalente, por convenção a € 200,00);

- O ponto luminoso pára num dos restantes orifícios, sem qualquer referência a pontos, pelo que o jogador não terá direito a qualquer prémio, restando-lhe a hipótese de tentar novamente a sua sorte, introduzindo novas moedas.

Fotos n.ºs 8 e 9: Roleta Eletrónica



Jogo em desenvolvimento e prémio de € 1,00. (Fonte: Autora)

O jogador pode receber o prémio correspondente aos pontos ganhos (foto n.º 8), assim como pode também optar por realizar novas jogadas com esses pontos. Para o efeito utiliza o botão, situado na parte lateral direita, que permite efetuar duas jogadas por cada ponto anteriormente ganho. A velocidade do jogo é significativamente rápida, permitindo a realização de várias jogadas por minuto.

Existem ainda outros tipos de equipamentos que tentam simular outra finalidade para a sua existência, por forma a ocultar a atividade ilícita. Por exemplo, um equipamento compacto, de pequena dimensão, de cor preta, com a aparência de um relógio, que é acionado por um comando, que ao ser utilizado desencadeia o funcionamento da máquina em questão, surgindo no display da mesma uma sequência aleatória de algarismos, uniformemente desacelerando até se fixar numa sequência de números de quatro dígitos. Caso esta sequência seja



uma a que corresponda um prémio, este surgirá indicado no display da própria máquina de jogo, correspondendo o valor no display ao valor monetário em euros.

O jogo inicia-se pela pressão do primeiro botão do comando, transformando-se a hora constante no ecrã digital, por exemplo “17:45” (foto n.º 10), no número de créditos em jogo “.01” (foto n.º 11).

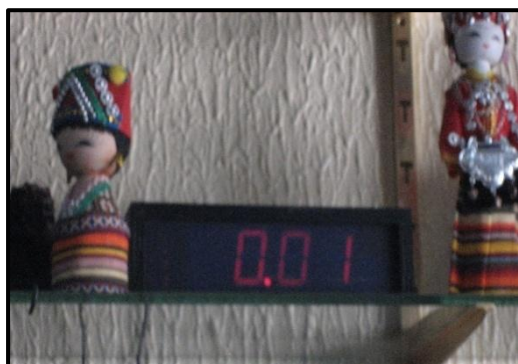
**Fotos n.º 10 e 11: Roleta Eletrónica Dissimulada**



Relógio com indicação da hora e o número de créditos em jogo. (Fonte: Autora)

Após o que o display vai aleatoriamente passando por diversos números até desacelerar progressivamente e se fixar num número de quatro dígitos, por exemplo “75.24” (foto n.º 12), “**01.38**” (número premiado – foto n.º 13), “49.81” (foto n.º 14) e “20.16” (foto n.º 15), emitindo um besouro sonoro no caso de não haver prémio, operação que se repete por mais três vezes a cada crédito que é jogado. Feitas as quatro jogadas, a máquina automaticamente volta a exibir a hora. Caso seja obtido uma combinação premiada, surgirá no ecrã a indicação do prémio ganho, por exemplo “**0.01**” (foto n.º 16) que equivale a € 1,00. Os prémios atribuídos por esta máquina de jogo variam entre € 1,00 e € 50,00.

Fotos n.º 12 a 16: Roleta Eletrónica Dissimulada



Desenvolvimento do jogo e crédito final. (Fonte: Autora)

Relativamente às designadas roletas eletrónicas, tem existido alguns acórdãos divergentes, como já tem sido usual na matéria do jogo, dado que em algumas decisões não se considera que as máquinas acima descritas sejam máquinas que desenvolvem jogos de fortuna ou azar, pelo que estas se enquadrariam no âmbito do acórdão n.º 4/2010 de fixação de jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça, e desta forma a sua exploração não configuraria um ilícito de natureza criminal, mas antes um ilícito de natureza contraordenacional,



por exploração ilícita de modalidade afim de jogo. A título exemplificativo, ressalto os acórdãos exarados no âmbito dos seguintes processos do Tribunal da Relação do Porto, 626/11.7GDGDM.P1<sup>112</sup> de 11-12-2013, 514/13.2EAPRT.P1 de 09-07-2014.<sup>113</sup>

No entanto, esta posição não é partilhada por muitas outras decisões judiciais, tais como os acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça de 27-10-2010 relativo ao processo 2/07-6FHALM.L1-A.S1<sup>114</sup> e de 25-11-2010 relativo ao processo 137/08.8ECLSB.S1<sup>115</sup>, os acórdãos do Tribunal da Relação do Porto, de 19-10-2011 relativo ao processo 324/10.9GEGDM.P1<sup>116</sup>, de 07-05-2014 relativo ao processo 970/10.0GALSD.P1<sup>117</sup> e de 08-10-2014 relativo ao processo 1301/12.0PBMTS.P1<sup>118</sup> ou o acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 08-01-2013 relativo ao processo 56/11.0PAAMD.L1-5<sup>119</sup>, em que se considera que os efeitos do uso da máquina desta máquina podem ser substancialmente equiparados aos do jogo da roleta dos casinos, independentemente das diferenças de características entre ambos. Determina ainda que a criminalização da sua exploração ilícita está justificada, dado que o uso desta máquina poderia induzir comportamentos compulsivos com reflexos sociais danosos.

O parecer da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, emitido em 15-09-2010, rumo no mesmo sentido, o qual considera que a máquina de jogo do tipo roleta eletrónica, desenvolve um jogo que pelas suas características e desenvolvimento, em nada se assemelha às máquinas de extração de cápsulas, que são objeto do acórdão de fixação de jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça.<sup>120</sup>

---

<sup>112</sup> Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 11-12-2013, Processo n.º 626/11.7GDGDM.P1, com relator EDUARDA LOBO, [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) consultado em 10-04-2015

<sup>113</sup> Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 09-07-2014, Processo n.º 514/13.2EAPRT.P1 com relator ALVES DUARTE, [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) consultado em 10-04-2015

<sup>114</sup> Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 27-10-2010, Processo n.º 2/07-6FHALM.L1-A.S1, com relator PIRES DA GRAÇA, [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) consultado em 10-04-2015

<sup>115</sup> Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, 25-11-2010, Processo n.º 137/08.8ECLSB.S1, com relator MANUEL BRAZ, [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) consultado em 28-03-2015

<sup>116</sup> Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, 19-10-2011, Processo n.º 324/10.9GEGDM.P1, com relator PEDRO VAZ PATO, [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) consultado em 28-03-2015

<sup>117</sup> Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, 07-05-2014, Processo n.º 970/10.0GALSD.P1, com relator PEDRO VAZ PATO, [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) consultado em 28-03-2015

<sup>118</sup> Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, 08-10-2014, Processo n.º 1301/12.0PBMTS.P1, com relator AUGUSTO LOURENÇO, [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) consultado em 09-04-2015

<sup>119</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, 08-01-2013, Processo n.º 56/11.0PAAMD.L1-5, com relator NETO MOURA, [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) consultado em 28-03-2015

<sup>120</sup> [http://www.pgdlisboa.pt/interv/pec\\_print\\_ficha.php?nid\\_peca=1535](http://www.pgdlisboa.pt/interv/pec_print_ficha.php?nid_peca=1535) consultado em 17-11-2014

### 3.1.2.2. EQUIPAMENTOS SEM LIGAÇÃO À INTERNET:

Estes equipamentos usualmente não são de pequenas dimensões como os anteriores. Desenvolvem vários tipos de jogos de fortuna ou azar, tais como jogos de rolos conhecidas por slot-machines que apresentam várias designações<sup>121</sup>, em que a diferença entre cada um deles existe quase exclusivamente a nível gráfico, pois as regras de funcionamento são idênticas. O mesmo se passa relativamente aos jogos de póquer os quais podem várias denominações, como Jolly Card, PokerStars, Extra Poker, Poker Classic, Poker Mania, mas no seu essencial são todos semelhantes, ostentando apenas algumas diferenças a nível gráfico e nas combinações premiadas. Estes equipamentos desenvolvem ainda o jogo do blackjack, a roleta<sup>122</sup>, bem como o jogo do bingo.

Os equipamentos por vezes podem ser de maiores dimensões, com uma aparência que não levanta suspeitas por serem máquinas com jogos de diversão (videojogos) já antigas e que usualmente já não se utilizam. A título exemplificativo, um destes equipamentos com a designação “*Virtual Time*”, é composto por uma unidade central de processamento, a qual se encontra habitualmente dentro de um móvel apropriado, monitor, cofre, noteiro e moedeiro. Ele é constituído, na sua parte superior, por um monitor no interior da área do ecrã, tendo dois manípulos cor de laranja no painel frontal superior, e junto a cada um deles existem, conjuntos de cinco botões, alinhados em dois níveis, um branco e um amarelo, no nível superior e três azuis no nível inferior. Na parte frontal inferior, existe ainda um outro botão amarelo e o moedeiro, enquanto na lateral inferior direita existem dois botões vermelhos, além do noteiro (foto n.º 17).

No painel traseiro, existem dois botões, um laranja do lado direito, por cima da tomada de ligação do cabo de alimentação e do interruptor de corte da alimentação elétrica, e um azul do lado esquerdo (foto n.º 18).

---

<sup>121</sup> Pantanal, Halloween, Duende de La Suerte, Era do Gelo, Super Frutas, Magic Forest, entre outros.

<sup>122</sup> Já estudada supra.

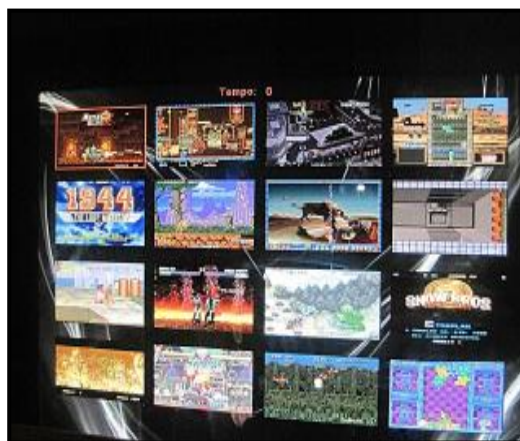
**Fotos n.º 17 e 18:** Equipamento “Virtual Time”



Aspecto exterior do equipamento de jogo. (Fonte: Autora)

O equipamento é iniciado ao ligar o interruptor de corte existente no painel traseiro do equipamento, instalado por cima da tomada onde o fio de corrente é ligado à máquina, após este procedimento é necessário carregar no botão laranja por cima deste. O equipamento inicia-se, pelo sistema operativo (Windows XP) (foto n.º 19), até se fixar no conjunto de 16 atalhos para jogos de vídeo, organizados em quatro linhas por quatro colunas (foto n.º 20).

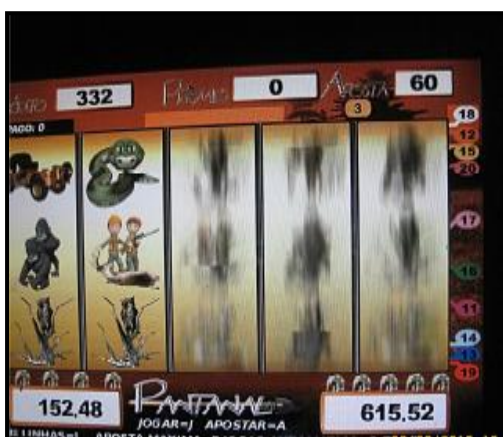
**Fotos n.ºs 19 e 20:** Dissimulação de Jogos



Arranque do sistema operativo do equipamento e atalhos para jogos de vídeo. (Fonte: Autora)

Através da utilização do manípulo laranja do 1.º jogador, mais à direita e através de uma combinação de toques sequenciais e céleres nos dois níveis de botões, alternadamente e por uma determinada ordem, surge o menu de acesso aos jogos de fortuna e azar, um de rolos eletrónicos (foto n.º 21) e outro de póquer (foto n.º 22).

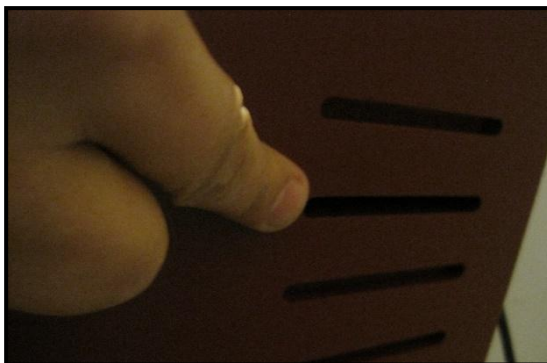
Fotos n.º 21 e 22: Jogos em Desenvolvimento



Jogo de fortuna ou azar eletrónico, de rolos e de póquer. (Fonte: Autora)

Existem ainda outros equipamentos de média dimensão, que desenvolvem igualmente jogos de fortuna ou azar. O equipamento ora descrito a título exemplificativo é composto por CPU (dentro de um móvel apropriado), monitor, cofre e noteiro. Sendo constituído por um monitor no interior da área do ecrã e uma gaveta retráctil, por baixo do painel onde está o monitor, onde está localizado um teclado. No lado direito do equipamento, na zona central existem diversos frisos em que num deles está localizado o noteiro e na zona inferior existe um botão (foto n.º 23).

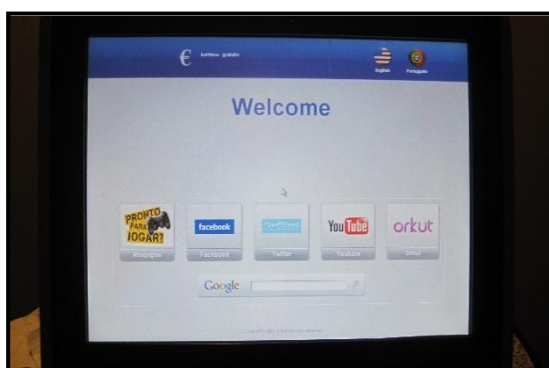
**Foto n.º 23:** Perspetiva do Equipamento



Local onde se encontra dissimulado o noteiro do equipamento de jogo. (Fonte: Autora)

O equipamento inicia-se, arrancando o sistema operativo (Windows XP), até se fixar no ecrã de boas vindas (foto n.º 24), que contém dois atalhos circulares para escolha da língua do *software*, no topo superior direito, bem como, no fundo do ecrã, cinco atalhos quadrados, de acesso a sítios predefinidos, sendo o atalho mais à esquerda aquele que, especificamente, caracteriza este quiosque, designado por *Meojogos*. Existe, ainda, um atalho na base para pesquisas no *Google*.

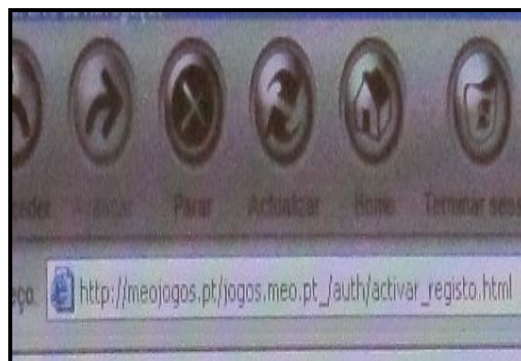
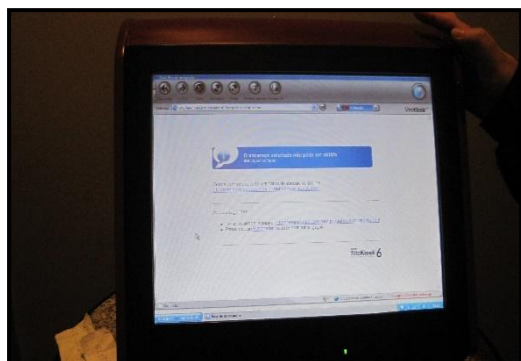
**Foto n.º 24:** Meojogos



Ecrã inicial do equipamento. (Fonte: Autora)

Ao clicar no atalho *Meojogos*, surge um ecrã de erro, dentro da página de navegação *sitekiosk*, informando que *o endereço solicitado não pôde ser obtido* (foto n.º 25), sugerindo a ação de tentar recarregar a página [http://meojogos.pt/jogos.meo.pt/\\_auth/activar\\_registo.html](http://meojogos.pt/jogos.meo.pt/_auth/activar_registo.html) (foto n.º 26).

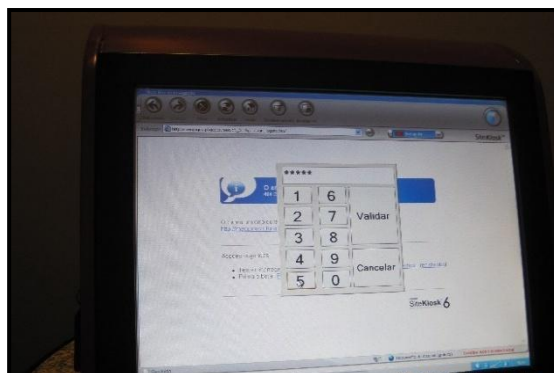
**Fotos n.ºs 25 e 26: Acesso a Jogos Dissimulados**



Mensagem de erro e endereço eletrónico que surge no ecrã. (Fonte: Autora)

Quando o equipamento está bloqueado, é necessário proceder ao seu desbloqueamento em primeiro lugar, deste modo clica-se nos quatro cantos do ecrã (sob a forma de um Z), para que surja o quadro para introdução do código numérico (foto n.º 27) que vai desbloquear o equipamento.

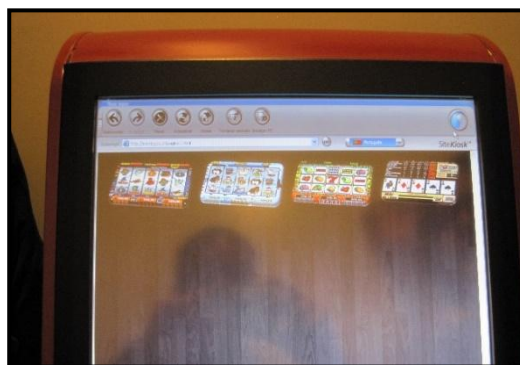
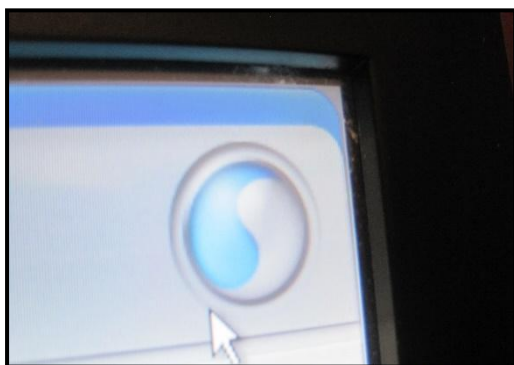
**Foto n.º 27: Acesso a Jogos Dissimulados**



Quadro para introdução do código numérico.  
(Fonte: Autora)

Acedido este atalho para o jogo, que surge no ecrã - [http://meojogos.pt/jogos.meo.pt/\\_auth/activar\\_registo.html](http://meojogos.pt/jogos.meo.pt/_auth/activar_registo.html) - e depois de clicar no atalho circular (foto n.º 28), por cima da inscrição *SiteKiosk*, na página de navegação, de pronto surge o ecrã com atalhos de acesso a vários jogos de fortuna ou azar (foto n.º 29).





Atalho para acesso aos jogos dissimulados e atalhos para quatro jogos de fortuna ou azar.  
(Fonte: Autora)

Os jogos de rolos eletrónicos divergem entre eles apenas no que respeita ao cenário gráfico, sendo o seu funcionamento e resultado final igual para todos eles. Na parte superior do ecrã temos três campos:

- “Crédito” que será os pontos provenientes da introdução do valor monetário;
- “Prémio” onde surgem os créditos/pontos provenientes de eventuais jogadas premiadas;
- “Aposta” que é o valor apostado pelo jogador para a jogada em desenvolvimento.

Na base do ecrã do jogo existe uma barra com diversos botões onde o jogador pode clicar para o desenvolvimento do jogo, que são:

- “Jogo Auto” que permite que o jogo se desenvolva de forma automática sem qualquer envolvimento do jogador, pois após selecionar o valor da aposta as jogadas seguintes são executadas automaticamente e sempre com o mesmo valor da aposta;
- “Tabela” onde temos o elenco das combinações premiadas e de multiplicadores de prémios;
- “Linha 1”, “linha 5”, “linha 9”, “linha 15” e “linha 25”, que são as apostas (créditos/pontos) passíveis de serem escolhidas pelo jogador;

- “Aposta Máxima” que permite ao jogador efetuar a aposta máxima possível no jogo;
- “Aposta” através do qual o jogador escolhe qual o valor a apostar, sendo sempre com um valor mínimo de 1;
- “Jogue” que irá desencadear o início do jogo.

O menu de jogo é composto por cinco rolos de símbolos (colunas) e três linhas, perfazendo quinze quadrados com imagens. Estes no desenvolvimento do jogo (foto n.º 30), produzirão combinações aleatórias que poderão, ou não, coincidir com as combinações existentes na “Tabela”.

**Foto n.º 30:** Desenvolvimento do Jogo de Rolos Eletrónicos



Jogo de rolos eletrónicos em pleno desenvolvimento. (Fonte: Autora)

As “linhas” de apostas (foto n.º 31) são linhas virtuais que atravessam a janela de jogo lado a lado. Estas linhas podem ser simples retas ou quebradas em várias configurações. Sendo que apenas os símbolos que ficarem sob a mesma linha é que configuram uma combinação de jogo, sendo todos os outros ignorados.

**Foto n.º 31:** Desenvolvimento do Jogo de Rolos Eletrónicos



Linhas de apostas no jogo de rolos eletrónico. (Fonte: Autora)



Ao inserir uma nota de € 10,00 no noteiro, surge a indicação da quantia de 1000, no campo *crédito* do ecrã de jogo, ou seja, a € 0,01 corresponderá a 1 crédito, neste jogo. Arrancando o desenvolvimento do jogo, após escolhida a aposta (simples, no caso), e clicado no botão *jogue*. Prosseguindo com o desenvolvimento do jogo, é possível verificar a diminuição dos créditos, a cada jogada, bem como o seu aumento, quando sai uma combinação premiada. Ao carregar no botão existente na parte lateral do equipamento é realizada a conversão dos créditos para um valor monetário, em que 786 créditos são convertidos no valor de € 7,86, ou seja, cada crédito corresponde a € 0,01.

Relativamente ao jogo de póquer eletrónico (foto n.º 32), com a designação “*PokerStars*”, este tem na parte superior do seu ecrã uma tabela de prémios, com as várias combinações possíveis de Vídeo Póquer e o correspondente valor (em créditos) pelo qual é multiplicada a aposta do jogador, referente a cada prémio, as quais podem ser de 1, 2, 3, 5 e 10. No lado superior direito, temos ainda a designação do jogo, assim como as palavras:

- “Créditos” em que aparecem os créditos resultantes da entrada de um valor monetário no equipamento;
- “Aposta” em que temos o número de apostas efetuadas em cada jogada;
- “Prémios” onde surgem os créditos provenientes de eventuais jogadas premiadas.

O jogo tem o seu início, com o jogador a decidir o número de apostas com que pretende efetuar cada jogada. Surgem então de forma aleatória e dispostas em linha, na base do ecrã, cinco cartas. Como cada uma delas pertence a um baralho, podem surgir qualquer uma das 52 cartas que o compõe e ainda a figura de um Joker que substitui qualquer carta numa sequência premiada.

Foto n.º 32: Desenvolvimento Jogo de Póquer



Jogo de póquer eletrónico. (Fonte: Autora)

O jogador pode então fixar as cartas que entender, sendo que as que não fixou vão ser substituídas por outras, as quais em conjunto com as cartas anteriormente fixadas podem resultar numa das sequências premiadas constantes na tabela de combinações premiadas admitidas pelo equipamento e que são visualizadas no ecrã do jogo.<sup>123</sup>

A fixação das cartas é realizada ao tocar na carta a fixar, podendo esta fixação ser desfeita por novo toque na carta em questão. Caso exista, logo á partida uma combinação suscetível de atribuir um prémio, o computador bloqueia de imediato estas cartas.

Neste ponto duas situações podem acontecer:

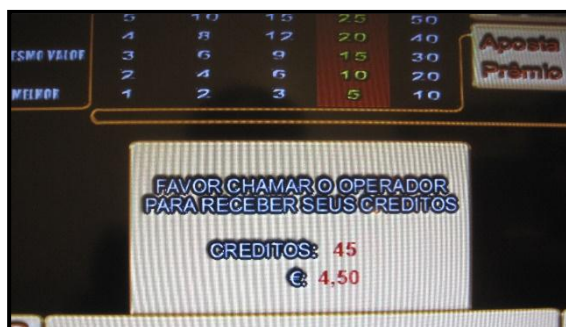
- A combinação que saiu não é premiada e neste caso o jogo termina;
- A combinação que saiu é premiada e o jogador pode optar por somar os créditos obtidos através da combinação premiada ou por tentar dobrar os créditos obtidos na jogada. Ao decidir dobrar, o jogador terá de optar por uma carta de cor maior ou menor, do que a carta que está oculta no jogo, caso escolha maior e esta for maior que a carta revelada pelo jogo, o jogador vai dobrar os seus créditos, caso contrário perde os créditos obtidos na combinação premiada da jogada.

As cartas surgem no jogo de uma forma totalmente aleatória, assim como a substituição das cartas fixadas, bem como o sorteio da carta para a dobra.

<sup>123</sup> O jogador pode ainda optar por clicar no botão que surge no canto inferior direito do ecrã, com a designação “Hold”, a qual é uma fixação automática de cartas com combinações premiadas, o qual pode estar “OFF” como é o caso, sendo então o próprio jogador a fixar as cartas, nomeadamente para arriscar outras jogadas, ou poderá estar “ON”, situação em que será o computador a fixar as cartas.

Ao clicar no botão “Cobrar” existente na base do ecrã é realizada a conversão dos créditos para um valor monetário (foto n.º 33), em que 45 créditos são convertidos no valor de € 4,50, ou seja cada crédito corresponde a € 0,10.

**Foto n.º 33:** Desenvolvimento do Jogo



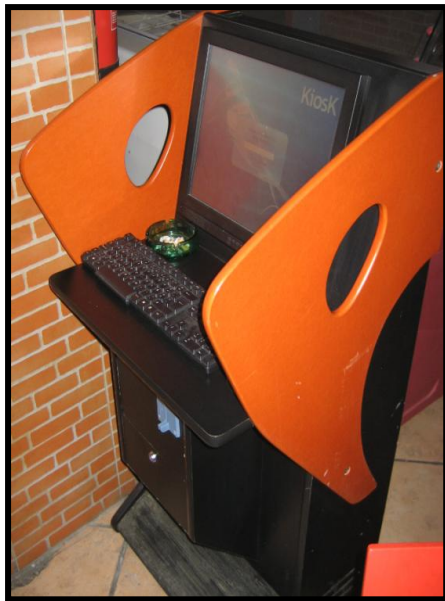
Conversão dos créditos. (Fonte: Autora)

### 3.1.2.3. EQUIPAMENTOS COM LIGAÇÃO À INTERNET:

Trata-se de equipamentos muitos similares aos anteriores mas com ligação à internet, o que é essencial na forma como se processa a ocultação e o próprio controlo dos jogos de fortuna ou azar.

O primeiro equipamento descrito é um equipamento de grande dimensão, em aglomerado de madeira lacada, de cor preta e laranja, composto por CPU (dentro do móvel preto), rato, monitor sensível ao toque, na parte frontal superior, no inferior da parte frontal, moedeiro e noteiro, no lado direito inferior e tomada, interruptor de corrente e botão de corte, no painel traseiro, de onde sai o cabo de ligação ao router de internet (foto n.º 34).

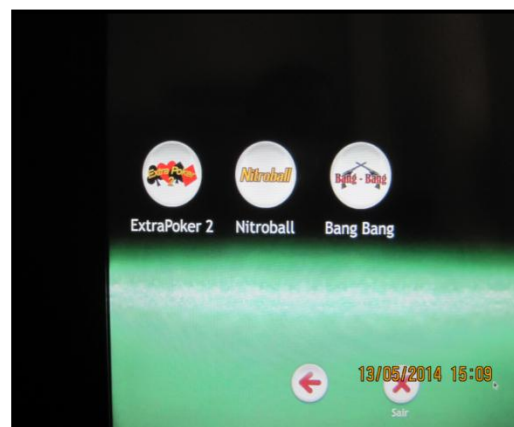
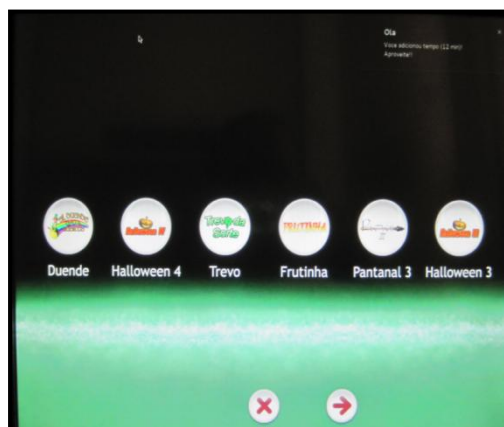
**Fotos n.º 34 e 35:** Equipamento com ligação à internet.



Aspecto exterior do equipamento de jogo e ecrã inicial do mesmo. (Fonte: Autora)

Este equipamento, uma vez validado no servidor remoto, e inserida a senha correta no campo apropriado, no ecrã inicial do equipamento (foto n.º 35), permite o acesso ao menu com as teclas de atalho aos jogos de fortuna e azar. Este divide-se em dois ecrãs (fotos n.º 36 e 37), com atalhos para nove destes jogos, bem como com a indicação, no topo superior direito do primeiro destes ecrãs, dos dizeres “*Olá; Você adicionou tempo (12 min); Aproveite!*”, que entretanto desaparece.

**Fotos n.º 36 e 37:** Ecrã com Acesso a Jogos



Atalho para vários jogos de fortuna ou azar. (Fonte: Autora)

Outro equipamento com a designação “Quiosque de Internet” (foto n.º 38) é um computador, em móvel próprio, composto por CPU (dentro do referido móvel) teclado, rato, ligação USB por cabo e monitor “*touch screen*”, com ligação em rede a um servidor remoto, em funcionamento, ligado à corrente elétrica, possuindo um noteiro para compra de créditos, bem como um moedeiro.

A página principal do equipamento surge com um navegador de internet (foto n.º 39), contendo no centro do ecrã um globo com as inscrições *internet kiosk*.

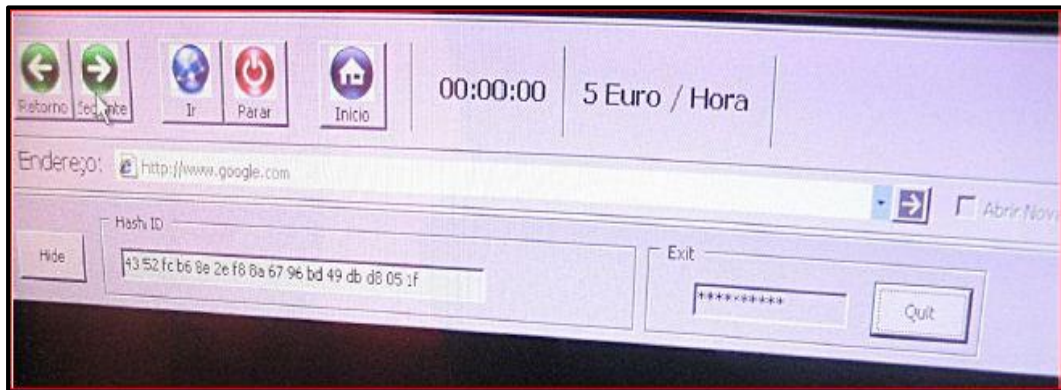
Fotos n.º 38 e 39: Quiosque de Internet



Aspecto exterior do equipamento de jogo e navegador de internet. (Fonte: Autora)

O topo superior esquerdo do navegador contém uma barra de atalhos com cinco botões, um contador de tempo e a indicação do preço por hora, da utilização do equipamento (foto n.º 40).

**Foto n.º 40:** Modo de Acesso a Jogos

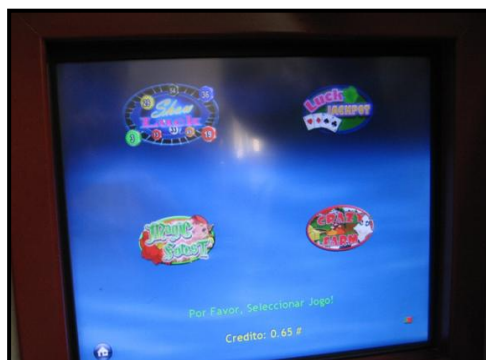


Barra de atalhos do navegador de internet. (Fonte: Autora)

O primeiro botão “*Hide*” permite voltar a esconder toda esta barra. O quadro alfanumérico “*Hash ID*” permite a identificação do equipamento no servidor remoto, por via de encriptação de dados, de modo que, com a inserção do código adequado, seja possível aceder e, ou, descarregar os programas informáticos que permitem o desenvolvimentos dos jogos de fortuna ou azar. O quadro “*Exit*” possui um campo alfanumérico e o botão “*Quit*”. Pela inserção do código adequado neste campo, que será um primeiro código, seguido da pressão no botão “*Quit*” permite a validação do equipamento no servidor remoto, em que este desbloqueia e regista o equipamento, desencadeando assim o jogo, que será ativado por uma combinação adequada de toques na barra de cima, percorrendo os 5 botões, acompanhados, ou não, com toques no teclado do equipamento, o que constitui um segundo código.

Estas máquinas normalmente desenvolvem jogos eletrónicos de rolos (slot machines), póquer e bingo (foto n.º 41).

**Foto n.º 41:** Ecrã de Acesso a Jogos



Atalho para vários jogos de fortuna ou azar. (Fonte: Autora)

### 3.2. A PROVA:

É no âmbito do processo penal que decorre a investigação para a descoberta da verdade material e a realização da justiça, por forma a assegurar que todos os direitos, liberdades e garantias estejam devidamente protegidos.<sup>124</sup>

Entre estes direitos podemos ressaltar a presunção de inocência do arguido (art. 32º n.º 2 da CRP), o que faz com que seja necessária a recolha de provas, para apurar da responsabilidade do arguido, e desta forma chegar a uma decisão justa. Pois em caso de dúvida da responsabilidade do arguido, este deverá ser considerado inocente e consequentemente absolvido.<sup>125</sup> Então no âmbito do processo penal, constitui-se como objeto específico da prova, todos os factos juridicamente relevantes para a existência ou inexistência de crime, a punibilidade ou não punibilidade do arguido e a determinação da pena ou da medida de segurança aplicáveis. Sendo que no caso da existência de um pedido cível, serão igualmente relevantes os factos que possam configurar-se como objeto de prova para a determinação da responsabilidade civil (art. 124º do CPP).<sup>126</sup>

Face ao que aqui já foi descrito, facilmente se compreende a dificuldade na obtenção da prova no âmbito do jogo ilícito, tanto no que concerne à exploração ilícita assim como relativamente à prática ilícita. Este problema agudiza-se quando estamos perante o crime de presença em local de jogo ilícito. Apesar de não ser o objetivo deste estudo, tratar à exaustão a questão da prova, será sempre relevante indicar mesmo que em traços gerais a prova que em regra é carreada para os autos em sede destes processos.

A forma de obter a prova difere conforme a organização que muitas vezes está subjacente aos sujeitos que cometem este tipo de crimes, o que dificulta de sobremaneira que exista um combate eficaz à sua existência. Por exemplo, os equipamentos que desenvolvem jogos de fortuna ou azar, encontram-se muitas vezes ocultos ou em locais de difícil acesso, o que possibilita que estes sejam desligados antes da verificação da infração criminal. Isto torna-se um handicap muitas vezes intransponível para as entidades policiais, quer pelo próprio

---

<sup>124</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Processual Penal**. p. 43

<sup>125</sup> SILVA, Germano Marques da - **Curso de Processo Penal I – Noções Gerais, Elementos do Processo Penal**. p. 320-322

<sup>126</sup> DIAS, Maria do Carmo Saraiva de Menezes da Silva – **Particularidades da Prova em Processo Penal. Algumas Questões Ligadas à Prova Pericial**, p. 170-172



funcionamento dos equipamentos, pelas suas diversas formas de ocultação dos jogos, que usualmente requerem a utilização da combinação de vários toques de entrada para desbloquear o equipamento, quer pelas palavras-chaves de acesso que são únicas para cada um destes e que são alteradas com uma certa periodicidade.

Na generalidade dos equipamentos apreendidos não existe qualquer identificação dos proprietários, assim como não há qualquer documentação que suporte a existência destes. Assim, o explorador do estabelecimento comercial, constitui-se em primeira instância como o único responsável pela exploração ilícita dos jogos de fortuna ou azar.

Desta forma, no âmbito do combate aos jogos ilícitos de fortuna ou azar, existem três grandes vertentes quanto à prova que pode ser produzida para efeitos do processo penal, se considerarmos o próprio conceito de objeto da prova conforme o disposto no art. 124º do CPP, em que se “*Constituem objeto de prova todos os factos juridicamente relevantes para a existência ou inexistência do crime, a punibilidade ou não punibilidade do arguido e a determinação da pena ou da medida de segurança aplicáveis.*”. Todas elas têm as suas debilidades, inerentes à forma com o próprio ilícito se desenrola.

Em primeiro lugar temos a prova testemunhal (art. 128º a 139º do CPP), através da qual a testemunha procede à narração de factos dos quais tenha um conhecimento direto e que constituam objeto da prova, assim como de outras questões para apurar da veracidade do seu testemunho.<sup>127</sup> Este testemunho pode ainda versar sobre factos sobre os quais não tenha um conhecimento direto, mas o qual apenas será excecionalmente aceite quando reportar a pessoas que tenham falecido, por sofrerem de anomalia psíquica superveniente ou por impossibilidade de ser encontrada. Este testemunho indireto constitui-se como uma exceção ao princípio da imediação da prova, segundo o qual só podem ser valoradas na sentença as provas produzidas em audiência de julgamento.<sup>128</sup>

No âmbito dos ilícitos criminais que aqui são objeto de estudo, é de imediato suscitada a questão de quem poderá ser testemunha no âmbito destes processos. Face a estes crimes, estas apenas poderão ser, na larga maioria das

---

<sup>127</sup> SILVA, Germano Marques da - **Curso de Processo Penal**, p.201-202

<sup>128</sup> ALBUQUERQUE, Paulo Pinto – **Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem**, p. 60 e 359-361



vezes, os agentes que dão a notícia do crime. Isto porque se analisarmos as diversas situações que podem ocorrer, todos os outros intervenientes como o explorador do jogo, o jogador que seja detetado em flagrante a cometer o crime de prática de jogo em local não autorizado, bem como as pessoas que estejam em local de jogo ilícito e por causa deste, são arguidos e não testemunhas.

Estes na sua qualidade de arguidos, são sujeitos do processo penal e não objetos do processo, pelo que lhes são conferidos um certo número de direitos previstos no artigo 61º do CPP, não obstante poderem ainda ser sujeitos a medidas de coação que sejam consideradas adequadas. Os arguidos podem ainda constituir-se como meios de prova, num sentido material pelas declarações que podem prestar se assim o entenderem, bem como num sentido formal através da realização de exames no seu próprio corpo.<sup>129</sup> A constituição de arguido vai constituir-se como um momento determinante no processo, dada a prerrogativa dos direitos de defesa do mesmo já referidos. Entre estes ressaltamos o direito ao silêncio, o que motiva que caso a constituição de arguido ocorra posteriormente, às declarações que este tenha prestado, estas não podem ser consideradas como prova nos termos do art. 58º, n.º5 do CPP.<sup>130</sup> No entanto, não se pode deixar de destacar a mais recente legislação nacional no âmbito dos jogos de fortuna ou azar *online*, na qual o jogador já não incorre num ilícito de natureza criminal mas antes contraordenacional, o que traduz uma mudança que pode revolucionar a investigação e o processo de exploração ilícita de jogo *online*. Não obstante as últimas alterações, o problema subsiste quando consideramos os jogos de fortuna ou azar com base territorial.

Relativamente à prova fotográfica, esta não é uma prova proibida no âmbito do processo penal, dado que segundo a legalidade da prova, nos termos do art. 125º do CPP, são admissíveis as provas que não forem proibidas por lei, nas quais se poderá enquadrar a título exemplificativo o testemunho indireto, em situações que não estejam especialmente previstas como as que foram acima descritas.<sup>131</sup> Dado que os meios de prova não são taxativos no CPP, a prova fotográfica poderá considerar-se como uma prova atípica, as quais se constituem

---

<sup>129</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Processual Penal**. p. 429-439

<sup>130</sup> SILVA, Germano Marques da - **Curso de Processo Penal I – Noções Gerais, Elementos do Processo Penal**. p. 301-305

<sup>131</sup> SILVA, Germano Marques da - **Curso de Processo Penal**, p. 169

como instrumentos probatórios não previstos no âmbito do CPP.<sup>132</sup> Ela será admissível porque não é obtida através de métodos proibidos de prova, os quais se encontram previstos no art. 126º do CPP, e que englobam os meios de prova e os meios de obtenção de prova.<sup>133</sup>

Esta proibição de alguns métodos de prova encontra o seu esteio na Constituição, mais concretamente no seu art. 32º, n.º 8, em que são consideradas nulas todas as provas obtidas sobre tortura, coação, ofensa da integridade física ou moral, intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações, por violação de direitos fundamentais básicos. Pois os interesses inerentes do processo criminal não estão isentos de limites, em especial no que concerne à dignidade da pessoa humana e ao respeito pelo Estado de direito democrático.<sup>134</sup>

Quanto à valoração da prova no processo penal, mais concretamente no que concerne ao princípio da livre apreciação da prova, em que este se constitui como um meio de descoberta da verdade, através de regras da lógica, ciência e experiência. Isto obriga a que todas as decisões sejam devidamente fundamentadas, ou seja, a livre apreciação da prova não é um sinónimo de valorações e decisões arbitrárias. Para esse efeito, o julgador em primeiro lugar, afere da credibilidade dos meios de prova produzidos, para de seguida proceder às deduções e induções que realiza a partir dos factos probatórios, conforme o que se encontra previsto no art. 127º do CPP. Relativamente à livre convicção do julgador, esta pode fundar-se num sentido mais restrito às regras da experiência, as quais podem ser confirmadas ou afastadas por elementos probatórios, devendo sempre a decisão ser devidamente fundamentada. Através desta fundamentação atinge-se três pontos essenciais no âmbito do processo penal:

- Transparência – leva a uma melhor compreensão e logo a uma maior aceitação por parte dos indivíduos, o que leva ao incremento da confiança no próprio sistema judicial;
- Autocontrolo – apresenta duas vertentes, uma que se concretiza pela existência de um critério racional de valoração da prova, enquanto a

---

<sup>132</sup> SILVA, Sandra Oliveira e – **Legalidade da Prova e Provas Proibidas**, p. 559- 564

<sup>133</sup> ALBUQUERQUE, Paulo Pinto – **Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem**, p. 334-336

<sup>134</sup> CANOTILHO, J. J. Gomes e MOREIRA, Vital – **Constituição da República Portuguesa Anotada**, p. 512-525

outra permite um maior controlo das autoridades judiciais relativamente à existência de possíveis erros judiciais;

- Efeitos de recurso – de grande relevância para o direito de defesa, pois é pela fundamentação da decisão judicial que se toma conhecimento da forma como o julgador formou a sua convicção, podendo assim colocar-se a questão da sua legalidade e razoabilidade.<sup>135</sup>

A prova fotográfica apresenta dificuldades que não se podem dissociar das circunstâncias acima descritas, pois têm características em tudo similares às que permitem a existência da prova testemunhal. Tendo em conta, que as autoridades que noticiam e testemunham o ilícito criminal, dependem diretamente do visionamento dos jogos de fortuna ou azar, o que ocorre igualmente para a recolha de uma prova fotográfica idónea e útil à investigação. Contudo, conforme o que já foi descrito quanto aos equipamentos que desenvolvem estes jogos, estes apresentam diversas particularidades que dificultam a sua efetivação. A título exemplificativo, temos, o registo do equipamento num servidor que não se encontra no mesmo local onde está localizado o equipamento, para validação e permissão de desenvolvimento dos jogos no equipamento. Assim, como o controlo que pode ser realizado à distância, quanto aos valores faturados, com o registo das entradas e saídas, a possibilidade de desligar a máquina remotamente, além da possibilidade de intervir nesta e conseqüentemente retirar as provas que possam existir.

Estas intervenções à distância podem ser desencadeadas de diversas formas, quer por fuga de informação por parte de alguma das pessoas que se encontre no local, que permite o conhecimento da presença de autoridades ou apenas pela existência de movimentos menos usuais nos equipamentos. Isto pode ser facilmente explicado pela necessidade de testar os vários jogos de fortuna ou azar existentes nas máquinas, em que estes testes individuais passam pelo acréscimo e diminuição de créditos, pela obtenção de prémios (que vai motivar um incremento nos créditos), pela consulta de tabelas de prémios, assim como pela cobrança dos créditos e correspondente conversão em valores pecuniários, além de outras operações que se considerem pertinentes. Todos estes testes ao equipamento podem alertar para uma situação anormal face ao desenvolvimento

---

<sup>135</sup> SILVA, Germano Marques da – **Produção e Valoração da Prova em Processo Penal**, p. 47-53

normal dos jogos, o que pode bloquear todo o sistema, impedindo assim a recolha da prova fotográfica.

Esta última situação, pode posteriormente criar problemas relativamente ao exame pericial, o qual pode ser determinado com três objetivos:<sup>136</sup>

- A aquisição do conhecimento dos factos de forma mediada;
- Uma avaliação dos factos que o tribunal já tem conhecimento;
- Visa de forma simultânea a aquisição dos factos e a sua avaliação.

Isto porque ao deixar-se um equipamento ligado, passível de ser alterado à distância pode comprometer de forma irremediável o exame pericial. Além de que muitas das máquinas estão preparadas para a cada arranque do sistema operativo apagar os dados anteriores.

A prova pericial se encontra prevista no art. 151º CPP, “*quando a percepção ou a apreciação dos factos exigirem especiais conhecimentos técnicos, científicos ou artísticos.*”. Desta forma, são trazidos ao processo os conhecimentos técnicos e práticos que são específicos de uma determinada profissão, que transmitem uma valoração dos factos e permitem o esclarecimento de alguns factos e possivelmente das suas consequências. A perícia pode ainda introduzir no processo factos novos relevantes para a descoberta da verdade material, mas em que esta deve ser sempre complementada por outras provas.<sup>137</sup> A autoridade judiciária, determina e indica o objeto da perícia, os quesitos que devem ser respondidos, assim como a indicação da instituição, laboratório ou o nome dos peritos que realizarão a perícia (art. 154º do CPP).<sup>138</sup>

No âmbito da exploração ilícita dos jogos de fortuna ou azar, na realização do exame pericial, este em regra é realizado pelo serviço de inspeção da Inspeção Geral de Jogos, em que os equipamentos não são ligados novamente à corrente elétrica para que não se percam as últimas informações existentes no sistema, sendo antes efetuada uma leitura dos ficheiros existentes no(s) disco(s) e obtendo-se fragmentos dos jogos de fortuna ou azar. Assim, em sede de exame pericial na maioria dos equipamentos não é possível visualizar um jogo de fortuna ou azar

---

<sup>136</sup> CARMO, Rui do – **Prova Pericial**, p. 35-36

<sup>137</sup> DIAS, Maria do Carmo Saraiva de Menezes da Silva – **Particularidades da Prova em Processo Penal. Algumas Questões Ligadas à Prova Pericial**, p. 186-190

<sup>138</sup> CARMO, Rui do – **Prova Pericial**, p. 39-40

em pleno desenvolvimento, o que pode criar dificuldades na perceção e esclarecimentos prestados em termos de relatório pericial.

A impossibilidade de reproduzir o desenvolvimento do jogo de fortuna ou azar, pode motivar a existência de recursos das decisões judiciais por considerar que o relatório pericial foi elaborado com base em outros exames periciais realizados anteriormente em máquinas similares, pelo que não existia a demonstração da existência dos referidos jogos no equipamento que era agora objeto de perícia. No âmbito da perícia realizada pela Inspeção de Jogos é feita a descrição das características externas da máquina, o seu modo de funcionamento, mas em que a conclusão sobre o desenvolvimento de jogos de fortuna ou azar no equipamento surge pela análise do *software* instalado no disco rígido. Assim são identificados ficheiros executáveis, que se encontram em pastas escondidas no sistema, correspondentes a jogos de fortuna ou azar, mas em que estes apenas podem ser executados quando exista a autenticação e validação junto ao servidor.<sup>139</sup>

Pelo que aqui foi descrito, assume especial relevância a elaboração do relatório pericial, o qual deve ser claro, fundamentado e responder aos quesitos que foram formulados no despacho da sua determinação. Este relatório resulta do conhecimento especializado do perito sobre os equipamentos em causa, pelo que não se encontra disponível à livre apreciação do julgador (art. 163º do CPP), mas podem existir posições divergentes do perito e do juiz, desde que este último fundamente de forma idónea a sua discordância, bem como pela existência de elementos de prova que permitam esta diferença no entendimento.<sup>140</sup>

Segundo o acórdão exarado no Tribunal da Relação do Porto, relativo ao processo n.º 33/11.1PFVNG.P1 de 24-04-2013, o juiz considera que um relatório pericial que apenas procede a um relato de factos observados, para o qual não é necessário qualquer especial conhecimento técnico, não pode este ser considerado uma perícia. Esta posição se encontra ainda mais reforçada pelo facto do técnico

---

<sup>139</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, 04-03-2015, Processo n.º 4/13.3TBSAT.C1, com relator FERNANDO CHAVES, [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) consultado em 25-05-2015

<sup>140</sup> SANTOS, Manuel Simas; LEAL-MENRIQUES, Manuel e SANTOS, João Simas – **Noções de Processo Penal**, p. 215-219

responsável basear as suas conclusões na experiência adquirida, o que permite que o julgador avalie livremente o seu relatório e as suas conclusões.<sup>141</sup>

Esta decisão judicial suscita a questão do valor da prova pericial e da presunção da subtração da livre apreciação do julgador face a esta<sup>142</sup>, a qual pode ainda ser afastada se a convicção do julgador for devidamente fundamentada (art. 163º do CPP), o que leva que a livre apreciação da prova não esteja afastada em absoluto.<sup>143</sup>

Face ao que foi exposto anteriormente, é relevante proceder aqui à distinção entre a prova pericial, os exames, os relatórios, informações e inquéritos, dadas as especificidades de cada um. As perícias constituem-se como um meio de prova, enquanto os exames, os relatórios, informações e inquéritos, são meios de obtenção de prova, ou seja, são instrumentos que visam carrear para o processo penal os meios de prova. Estes meios de obtenção de prova podem apresentar-se sob duas características, a lógica e a técnico-operativa. Na perspetiva lógica estes meios são eles próprios aptos a fornecer conhecimento que podem ser importantes no processo. Segundo a perspetiva técnico-operativa, os meios de obtenção de prova são os meios de investigação que decorrem e fases preliminares do inquérito para a obtenção de meios de prova.<sup>144</sup>

Os exames consistem na recolha de vestígios deixados no local da prática do crime, os quais podem posteriormente ser objeto de perícia. Quanto aos relatórios, informações e inquéritos estes visam a recolha de informações sobre a situação familiar, habitacional, laboral e escolar.<sup>145</sup>

Segundo a posição defendida por Manuel Valente, o exame é uma inspeção aos vestígios que o crime possa ter deixado. Ele pode ser sobre pessoas, locais ou coisas, como por exemplo as utilizadas para a prática do crime, o que no nosso caso em concreto, são os equipamentos de jogo.<sup>146</sup> No exame é descrito o que é observado, no que se distingue da perícia em que é realizada uma avaliação,

---

<sup>141</sup> Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, 24-04-2013, Processo n.º 33/11.1PFVNG.P1, com relator JOAQUIM GOMES, [www.dgsi](http://www.dgsi) consultado em 28-03-2015

<sup>142</sup> MOREIRA, Sara Leitão – **O juiz e os limites à valoração da prova penal – Breves considerações.**, in *As Novas Fronteiras no Dealbar do Século XXI. Estudos em Homenagem aos Professores D.res A. Pires de Carvalho e Manuel Fernandes*, Rei dos Livros, 2012, p. 380-382.

<sup>143</sup> DIAS, Maria do Carmo Saraiva de Menezes da Silva – **Particularidades da Prova em Processo Penal. Algumas Questões Ligadas à Prova Pericial**, p. 219-221

<sup>144</sup> SILVA, Germano Marques da - **Curso de Processo Penal**, p. 280

<sup>145</sup> CARMO, Rui do – **Prova Pericial**, p. 36-39

<sup>146</sup> VALENTE, Manuel Monteiro Guedes – **Processo Penal**, p.353-356

para efeitos de realização de exame não é necessário que o examinador tenha especiais conhecimentos técnicos, científicos ou artísticos, sendo normalmente executados pelos órgãos de polícia criminal.<sup>147</sup>

Em 26 de julho de 2013, foi celebrado um Protocolo entre a Procuradoria-Geral da República e a Autoridade da Segurança Alimentar e Económica (ASAE)<sup>148</sup>, no sentido de conferir maior celeridade à aplicação da justiça e incrementar o uso do processo sumário, nas situações em que exista detenção em flagrante delito por exploração ilícita de jogo de fortuna ou azar. Desta forma, as máquinas de jogo de fortuna ou azar com ligação à internet e/ou máquina de jogo ilícito mediante a utilização de roletas eletrónicas, detetadas e apreendidas, em estabelecimento aberto ao público, serão objeto de um exame completo e descrição da máquina e dos seus programas, pela ASAE, nomeadamente da evolução do jogo no ecrã do computador, através da elaboração de um auto de exame direto.<sup>149</sup>

Pelo que foi descrito, podemos constatar que os meios de prova, meios de obtenção de prova e prova no âmbito da exploração ilícita de jogos de fortuna ou azar, apresentam dificuldades, tanto pelo carácter dissimulado do jogo, como pela irreprodutibilidade do mesmo em sede de um exame pericial, o que pode suscitar alguma divergência na jurisprudência nacional, quanto a considerar os exames efetuados pela Inspeção de Jogos como verdadeiros exames periciais e consequentemente afastados ou não da livre apreciação do julgador.

### **3.3. O JOGO ILÍCITO EM PORTUGAL:**

Relativamente ao jogo ilícito em Portugal, só será possível abordar a realidade visível no que respeita aos tipos de jogos já aqui descritos, no âmbito do jogo com base territorial. Isto porque quando se trata do jogo *online*, não existem elementos em Portugal sobre a incidência deste, apesar dos números que são conhecidos a nível internacional apontarem para valores elevados.

Desta forma, segundo os dados disponíveis na Direção-Geral da Política de Justiça (DGPIJ), relativamente o número de processos registados pelas polícias

---

<sup>147</sup> SILVA, Germano Marques da - **Curso de Processo Penal**, p. 281

<sup>148</sup> Conforme Anexo

<sup>149</sup> Protocolo entre a Procuradoria-Geral da República e a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

e entidades de apoio à investigação, os quais abrangem um período entre os anos de 2005 e 2014 (tabela n.º 1), podemos verificar que os números não apresentam uma relação constante e no mesmo sentido, existindo variações em sentidos opostos ao longo dos anos.

**Tabela n.º 1: Crimes Registados**

	<b>Exploração Ilícita</b>	<b>Prática/Presença</b>	<b>Crimes diversos</b>	<b>Crimes não especificados</b>
<b>2005</b>	979	91	25	72
<b>2006</b>	757	43	26	46
<b>2007</b>	1019	29	35	72
<b>2008</b>	965	45	34	23
<b>2009</b>	1015	53	11	46
<b>2010</b>	857	223	93	37
<b>2011</b>	1301	113	44	39
<b>2012</b>	1277	136	41	65
<b>2013</b>	1106	156	45	30
<b>2014</b>	726	96	48	19

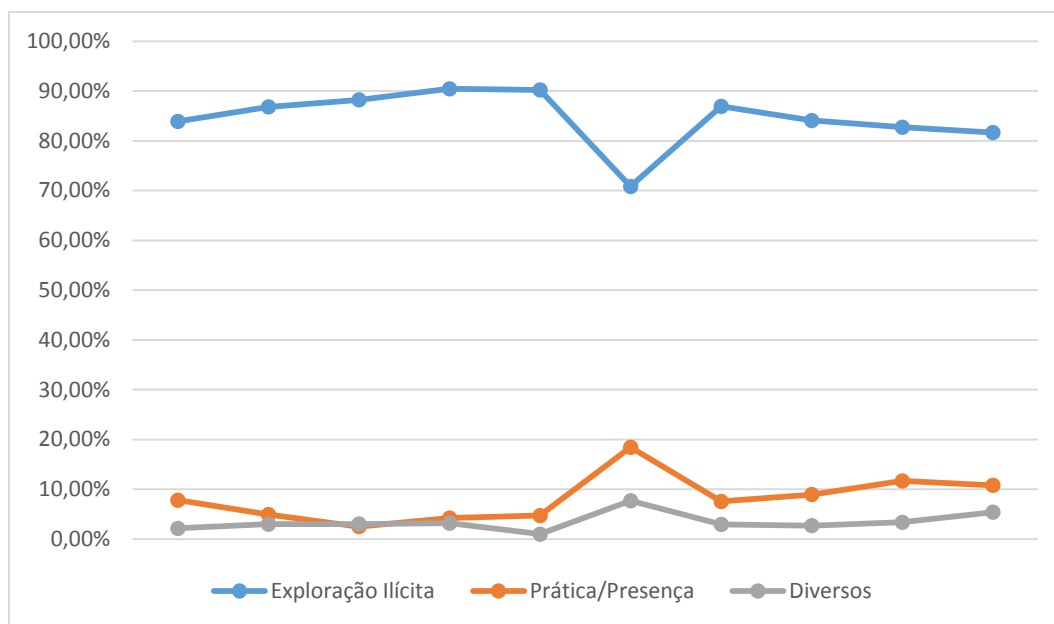
Número de processos registados pelas polícias e entidades de apoio à investigação. (Fonte: DGPJ (2015))

No entanto, dos referidos dados e em especial dos que concernem ao crime de exploração ilícita, podemos destacar dois anos em especial, o ano de 2010 e o ano transato, o de 2014. Relativamente ao ano de 2010, não se pode deixar de ressaltar que é neste ano que temos o já supra referido acórdão de fixação de jurisprudência do STJ n.º 4/2010, o qual veio influenciar de forma determinante a forma como os ilícitos são registados, dado que alguns ilícitos que eram considerados de natureza criminal por exploração ilícita de jogo de fortuna ou azar passaram a uma infração de natureza contraordenacional, por exploração ilícita de modalidade afim de jogo de fortuna ou azar. Este facto pode ter condicionado de forma determinante a investigação das autoridades policiais e consequentemente ter obrigado a que existisse um período de adaptação às novas determinações e orientações que emanaram deste acórdão.



A diminuição do número de processos registados neste ano relativamente à exploração ilícita de jogos em termos percentuais face aos outros ilícitos criminais foi patente, conforme se pode verificar de uma forma mais evidente no gráfico n.º 1, em que consta a proporção percentual de cada ilícito por cada ano civil.

**Gráfico n.º 1: Evolução de Crimes**



Evolução em termos percentuais entre diversos crimes relacionados com os jogos de fortuna ou azar. (Fonte: DGPJ (2015))

Quanto ao ano de 2014, verificamos um decréscimo acentuado do número de processos registados, uma diminuição de 380 processos face ao ano anterior de 2013, o que representa uma redução de 34,36%. Mas o que contribuiu para que este valor, que é o mais baixo em todo o período de dez anos, tenha surgido? Não se pode dizer que esta questão tenha uma resposta simples, pois tal como tudo o que se relaciona com esta matéria, nem tudo é o que parece e pode depender de elementos que não são de conhecimento público. Assim, este decréscimo pode resultar de uma real redução do ilícito criminal, como pode ser igualmente reflexo de uma mudança de hábitos de jogo por parte do jogador, passando este para o jogo *online* dada a sua crescente popularidade ou pode ainda traduzir uma certa inoperância ou falta de capacidade por parte dos órgãos de polícia criminal para proceder à deteção e consequente desencadeamento dos processos por exploração ilícita de jogos de fortuna ou azar. No entanto, a resposta a esta questão só poderá

surgir com o tempo, pela análise dos resultados estatísticos dos anos subsequentes, assim como pela realização de estudos que permitam determinar com maior precisão a evolução dos jogos de fortuna ou azar em Portugal.

Como se pode compreender pelo que já aqui foi apresentado, os dados estatísticos tem a sua relevância, mas esta será sempre relativa face às dificuldades inerentes aos próprios ilícitos. Dos elementos constantes na DGPIJ, pode-se ainda realizar uma caracterização extremamente sumária quanto aos arguidos do crime de exploração ilícita de jogos de fortuna ou azar (tabela n.º 2).

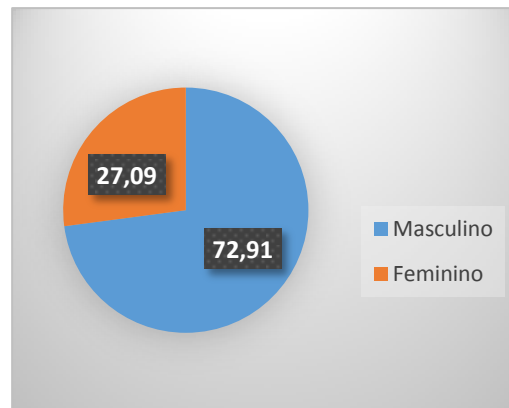
**Tabela n.º 2:** Elementos Específicos dos Arguidos

	Sexo		Escala Etária			Pessoas Coletivas	Detenções
	M	F	Menos de 16	Entre 16 e 24	Mais de 24		
<b>2005</b>	623	367	---	51	924	---	40
<b>2006</b>	514	262	4	42	731	---	33
<b>2007</b>	633	387	---	26	980	---	46
<b>2008</b>	680	255	---	27	893	285	321
<b>2009</b>	830	150	---	14	966	483	527
<b>2010</b>	716	170	---	12	873	390	416
<b>2011</b>	1005	278	---	24	1257	649	502
<b>2012</b>	996	340	---	48	1286	441	460
<b>2013</b>	842	250	18	39	1034	545	455
<b>2014</b>	522	186	---	16	693	292	221

Dados sobre o arguido/suspeito na exploração ilícita. (Fonte: DGPIJ (2015))

Assim, podemos verificar que relativamente ao sexo dos arguidos estes são maioritariamente homens (72,91%), representando as mulheres apenas cerca de um terço desta realidade (27,09%) (gráfico n.º 2).

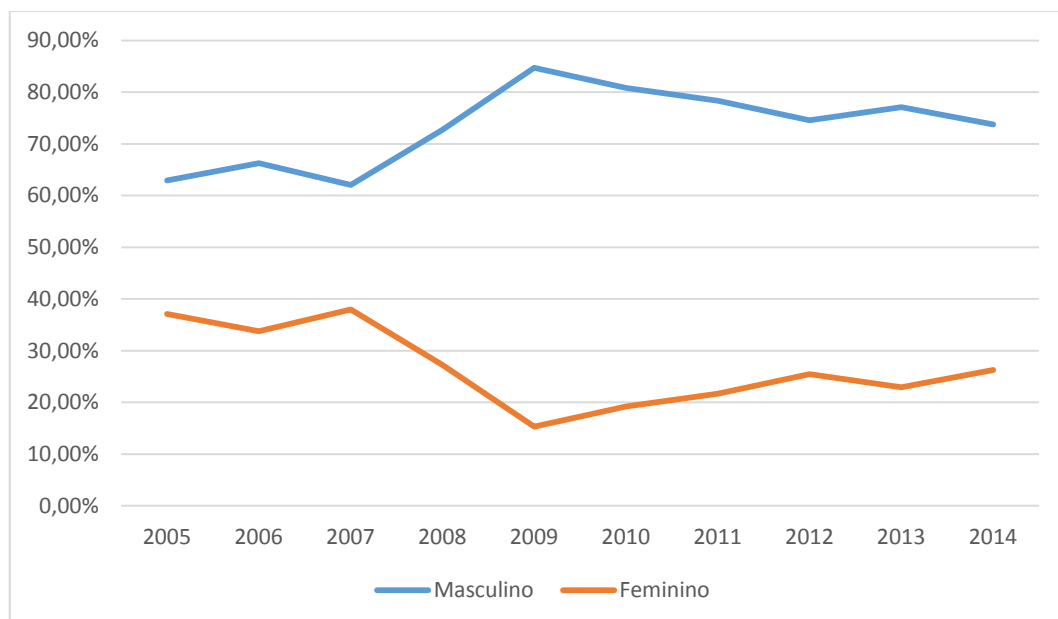
**Gráfico n.º 2: Representação por Sexo**



Sexo dos arguidos do crime de exploração ilícita. (Fonte: DGPJ (2015))

Ao se proceder a uma comparação em termos percentuais da evolução do sexo do explorador ao longo dos anos considerados, conforme gráfico n.º 3, podemos verificar que apesar de algumas flutuações, a exploração ilícita dos jogos de fortuna ou azar é um ilícito criminal tendencialmente de cariz masculino que se tem vindo a incrementar nos últimos anos, não obstante um ligeiro decréscimo em dois dos últimos anos (2012 e 2014).

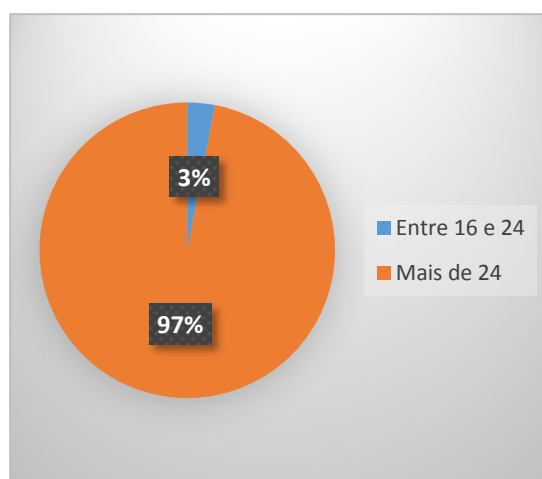
**Gráfico n.º 3: Evolução por Sexo do Jogador**



Evolução em termos percentuais do sexo do explorador ilícito dos jogos de fortuna ou azar. (Fonte: DGPJ (2015))

A maior discrepância em termos percentuais, no entanto acontece quando se tratam dos dados estatísticos relativamente ao intervalo de idades dos arguidos, em que temos uma maioria de 97% para uma faixa etária superior aos 24 anos, sendo a faixa etária de menores de 16 anos completamente irrisória e o intervalo entre os 16 e 24 anos a quedar-se pelos 3% (gráfico n.º 4).

**Gráfico n.º 4:** Representação por Idade



Idade dos arguidos do crime de exploração ilícita. (Fonte: DGPJ (2015))

Desta forma, pela análise dos dados constantes, o explorador do jogo será um indivíduo do sexo masculino com mais de 24 anos. No entanto, não podemos deixar de fazer uma ressalva que se nos afigura de primordial importância, que é a questão dos elementos estatísticos quanto à idade dos arguidos. Isto porque limitar a apresentação de elementos sobre a idade destes cingindo-se apenas aos intervalos acima indicados, parece-nos uma informação demasiado vaga e que não demonstra de qualquer forma a realidade. Este facto vem ressaltar a necessidade premente de se repensar a forma como o fenómeno do jogo é muitas vezes objeto de análise.

#### **4. ILÍCITOS CRIMINAIS ASSOCIADOS AO JOGO ILÍCITO:**

O jogo ilícito, mais concretamente a sua exploração, apesar de ser um ilícito criminal, com uma moldura penal de até dois anos de prisão, o que pode ser considerado como reduzida relativamente a outros ilícitos criminais, tem muitas vezes associado outros ilícitos de natureza criminal. Este facto leva a que se tenha que abordar o jogo ilícito de uma outra perspetiva, inclusivamente quanto à prova, como já foi anteriormente referido.

A forma oculta e dissimulada com que a exploração ilícita de jogos de fortuna ou azar é realizada em Portugal, leva a que o grau de organização destes agentes seja elevado, o que consequentemente conduz a que exista uma estrutura que visa a maximização dos lucros obtidos pela prática deste crime. Esta organização é visível de diversas formas, como os tipos de equipamentos de jogo que existem no mercado nacional, pela ausência de qualquer documento que identifique os reais proprietários dos mesmos, a qual pode ocorrer quer por conveniência dos exploradores de estabelecimentos comerciais, dado que existem promessas de pagamentos de qualquer multa assim como da prestação de apoio judiciário, quer pelo receio de represálias que possam existir por parte dos proprietários dos equipamentos.

Assim, pode facilmente compreender-se que a investigação e o cessar desta atividade ilícita não é simples, dados os entraves colocados no seu decurso. O silêncio e conivência dos diversos intervenientes neste processo fazem com que estejam inseridos numa rede bem organizada, que visa a maximização dos lucros obtidos. Este facto suscita a questão do que poderia suceder caso existisse uma liberalização desregrada dos jogos de fortuna ou azar em Portugal. Isto porque ao consideramos que o grau de organização das redes que operam neste ramo é muitas vezes superior, à das autoridades que os combatem, os efeitos poderiam ser desastrosos. Desta forma, não se pode deixar de refletir sobre os efeitos potencialmente perversos, que estes teriam sobre o vértice no âmbito do jogo ilícito que será o mais frágil, ou seja, o jogador e as suas famílias.

##### **4.1. FRAUDE FISCAL:**

Um dos crimes que está relacionado com a exploração ilícita de jogos de fortuna ou azar é, se nos permitem a ousadia, sem dúvida, a fraude fiscal. Conforme o que já foi referido, existem fluxos monetários nos equipamentos de

jogo que não se encontram refletidos nas declarações de rendimento dos exploradores. Desta forma, será relevante proceder a uma análise a elementos essenciais deste ilícito, os quais podem ser determinantes para a situação em concreto.

Os ilícitos criminais previstos no âmbito do Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT), podem dividir-se em quatro modalidades, a saber, os crimes tributários comuns, os crimes aduaneiros, os crimes fiscais e os crimes contra a segurança social.<sup>150</sup> A fraude fiscal encontra-se prevista e punida no art. 103º do RGIT, o qual teve a sua origem no artigo 23º do Regime Jurídico das Infrações Fiscais não Aduaneiras (RJIFNA).<sup>151</sup>

Este crime é objeto de estudo da doutrina, a qual assume posições divergentes quanto à caracterização do referido ilícito, o que pode conduzir a alguma confusão quanto à forma como este pode ser aplicado, assim como relativamente quanto aos quesitos de investigação. Este facto pode suscitar alguma dificuldade quando estamos a lidar com vários ilícitos criminais que ocorram em simultâneo.

Em traços sumários, a fraude fiscal encontra-se prevista e punida nos termos do artigo 103º do RGIT, o qual dispõe que comete um ilícito criminal o agente que vise a não liquidação, entrega ou pagamento da prestação tributária, ou obtenção indevida de benefício fiscal reembolso ou outra vantagem patrimonial suscetível de causar diminuição das receitas tributárias. Este ilícito pode surgir através das seguintes condutas:<sup>152</sup>

- Ocultação ou alteração de factos que devessem constar da contabilidade, ou das declarações apresentadas ou prestadas a fim de que a administração fiscal, controle e avalie a matéria coletável – temos a prestação de informações não verdadeiras por parte do contribuinte;
- Ocultação de factos ou valores não declarados e que devem ser revelados à administração tributária – temos uma ocultação integral de informações às autoridades tributárias;

---

<sup>150</sup> PINTO, Frederico de Lacerda da Costa - **Crimes Tributários - Portugal**. [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?tabela=leis&artigo\\_id=&nid=259&ficha=101&pagina=&nversao=&so\\_miolo](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?tabela=leis&artigo_id=&nid=259&ficha=101&pagina=&nversao=&so_miolo) consultado em 1 de Maio de 2015

<sup>151</sup> TEIXEIRA, Carlos e GASPAR, Sofia – **Fraude Fiscal**, p. 453

<sup>152</sup> SILVA, Germano Marques da – **Direito Penal Tributário – Sobre as Responsabilidades das Sociedades e dos seus Administradores Conexas com o Crime Tributário**, p. 233

- Celebração de negócio simulado – pode ser de qualquer tipo, desde que tenha por fim a não liquidação, entrega ou pagamento da prestação tributária e seja adequada à diminuição dos rendimentos tributários que o Estado devia receber.

Sendo por este motivo um crime de execução vinculada quanto às condutas, pois é através destas que pode existir a fraude fiscal. Desta forma, o agente assume uma conduta fraudulenta ou enganosa, quando adota uma das condutas *supra* referidas, as quais não se confundem com ações ardilosas, como no caso da burla, assim como não se enquadram no âmbito do aproveitamento de erros e enganos cometidos por outros, como por exemplo por parte de funcionários da autoridade tributária.<sup>153</sup>

Para que exista o ilícito criminal, a vantagem patrimonial obtida tem que ser igual ou superior a € 15.000,00, sendo que para valores abaixo deste patamar estamos perante um ilícito de natureza contraordenacional, previsto nos termos dos artigos 113º, 118º e 119º do RGIT. Desta forma, o valor acima identificado configura-se como um limiar mínimo de punição ou limiar de intolerabilidade social.<sup>154</sup>

Relativamente a este valor pecuniário, coloca-se antes de mais a questão sobre a que corresponde este valor, pois será ele o valor mínimo que deveria constar da declaração do contribuinte ou será antes o valor que ficou em falta na referida declaração às autoridades tributárias?

Segundo Germano Marques da Silva e Carlos Paiva o valor de € 15.000,00 inclui todos os valores que devem constar na respetiva declaração, quando presente às autoridades tributárias. Esta posição é a dominante relativamente à análise do valor em causa e como este se pode considerar e determinar.<sup>155, 156</sup> No entanto, Susana Aires de Sousa, considera que este valor terá que ser aquele que é obtido de forma ilícita pelo agente, o qual através da sua conduta obtém uma vantagem patrimonial indevida de pelo menos neste valor.<sup>157</sup>

<sup>153</sup> SOUSA, Susana Aires de – **Os Crimes Fiscais – Análise Dogmática e Reflexão sobre a Legitimidade do Discurso Criminalizador**, p. 79-86

<sup>154</sup> TEIXEIRA, Carlos e GASPAR, Sofia – **Fraude Fiscal**, p. 456

<sup>155</sup> SILVA, Germano Marques da – **Direito Penal Tributário – Sobre as Responsabilidades das Sociedades e dos seus Administradores Conexas com o Crime Tributário**, p. 234

<sup>156</sup> PAIVA, Carlos – **Das Infrações Fiscais à sua Perseguição Processual**, p. 126

<sup>157</sup> SOUSA, Susana Aires de – **Os Crimes Fiscais – Análise Dogmática e Reflexão sobre a Legitimidade do Discurso Criminalizador**, p. 89

Outra questão que se coloca sobre este ilícito criminal é qual o momento em que se pode determinar o referido valor ou a partir de quando é que poderá existir o ilícito criminal em si. Para Germano Marques da Silva, a determinação deste valor ocorre quando acaba o prazo para a entrega da declaração à autoridade tributária, pois é a partir do decorrer deste prazo que será possível proceder à determinação dos valores acima mencionados e assim a respetiva consumação deste ilícito criminal.<sup>158</sup>

Quanto ao tipo objetivo deste ilícito, este estará preenchido quando se preencha uma das alíneas previstas no artigo 103º do RGIT, as quais foram acima descritas. Sendo este um crime específico próprio, uma vez que o autor apenas pode ser o contribuinte que tenha um dos comportamentos previstos, não se afigura como plausível a extensão da prática deste ilícito criminal a outros sujeitos que tenham alguma intervenção nos procedimentos fiscais, como por exemplo o contabilista que procede ao preenchimento da declaração de impostos com os elementos que lhe são fornecidos pelo seu cliente.<sup>159</sup>

Essencial para este estudo, será igualmente a determinação do bem jurídico que se visa proteger no crime de fraude fiscal. Este tem um papel fundamental não apenas para uma correta distinção relativamente a outros ilícitos criminais que são aqui objeto de reflexão, mas também pela forma e trâmites inerentes ao próprio ilícito e do modo como este é configurado pela doutrina portuguesa, o que terá obrigatoriamente reflexos na jurisprudência nacional e consequentemente na vida dos cidadãos.

Alguns autores consideram que o bem jurídico protegido no crime de fraude fiscal é o património do Estado, sendo que esta proteção é assegurada pelos deveres de colaboração, informação, verdade e lealdade fiscal.<sup>160</sup> A posição assumida por Germano Marques da Silva é a de que o objeto deste crime é complexo, tendo em conta que por um lado temos a proteção contra o dano ao património do Estado, que será o bem jurídico tutelado, mas em que o objeto da

---

<sup>158</sup> SILVA, Germano Marques da – **Direito Penal Tributário – Sobre as Responsabilidades das Sociedades e dos seus Administradores Conexas com o Crime Tributário**, p. 231-232

<sup>159</sup> Dias, Augusto Silva – **Os Crimes de Fraude Fiscal e de Abuso de Confiança Fiscal: Alguns Aspectos Dogmáticos e Político Criminais**, p. 50

<sup>160</sup> GONÇALVES, Rui Miguel Marques – **Fraude Fiscal e Branqueamento de Capitais**, p. 52-63



ação será o dever de informação e de verdade dos cidadãos face o sistema fiscal.<sup>161</sup>

Esta complexidade do bem jurídico que é acima referida, baseia-se nos vários modelos que configuram o ilícito penal fiscal. Estes dividem-se em três, sendo o primeiro o que confere uma natureza patrimonial ao bem jurídico, levando a que estejamos perante um crime de dano, existindo a consumação do ilícito quando há um efetivo prejuízo patrimonial do Estado. Num segundo modelo, o ilícito criminal baseia-se na falta por parte dos contribuintes nos seus deveres de colaboração e informação, protegendo desta forma o bem jurídico a segurança da prática fiscal, em que temos então um crime predominantemente de natureza formal. No terceiro e último modelo, este tem um carácter misto com elementos dos outros modelos já referidos. Assim, além de visar a proteção do património do Estado, tem o intento de assegurar a transparência e a verdade fiscal. A posição assumida pelo RGIT é a de que o bem jurídico protegido tem carácter patrimonial, por forma a assegurar as receitas tributárias do Estado.<sup>162</sup>

Desta forma, o legislador português assume que o património fiscal do Estado é o bem jurídico a proteger, sendo os deveres de colaboração e de verdade dos contribuintes o suporte normativo e base institucional que é o garante da proteção deste bem, não sendo um bem em si próprio. Estes deveres configuram-se como uma norma geral de comportamento, que faz ou deve fazer parte dos deveres inerentes a cada cidadão, para que seja possível ao Estado assumir políticas distributivas, que visam corrigir desigualdades na sociedade atual.<sup>163</sup>

A existência de diversos modelos vai inevitavelmente levar a posições divergentes quanto ao modelo assumido pelo legislador português relativamente ao bem jurídico protegido. Esta situação apresenta especial relevância quando se questiona se o valor pecuniário dos € 15.000,00 se constitui como condição de punibilidade ou antes como elemento do tipo do crime de fraude fiscal.

Ao se defender que o bem jurídico protegido seriam os deveres de colaboração e de verdade dos contribuintes, os quais se iriam refletir na transparência e verdade da máquina tributária, estamos a considerar este valor

---

<sup>161</sup> SILVA, Germano Marques da – **Direito Penal Tributário – Sobre as Responsabilidades das Sociedades e dos seus Administradores Conexas com o Crime Tributário**, p. 229-230

<sup>162</sup> SOUSA, Susana Aires de – **Os Crimes Fiscais – Análise Dogmática e Reflexão sobre a Legitimidade do Discurso Criminalizador**, p. 67-71

<sup>163</sup> Dias, Augusto Silva – **Os Crimes de Fraude Fiscal e de Abuso de Confiança Fiscal: Alguns Aspectos Dogmáticos e Político Criminais**, p. 46-50

como condição objetiva de punibilidade.<sup>164</sup> No entanto, se o bem jurídico tem um carácter predominantemente patrimonial, o valor acima indicado é um elemento do tipo.<sup>165, 166</sup>

O crime de fraude fiscal é considerado por alguns autores como um crime de perigo dado que seria suficiente que as condutas fossem suscetíveis de causar prejuízo ao património do Estado.<sup>167</sup> Augusto Silva Dias afirma que o legislador ao utilizar a expressão “suscetíveis de causarem” indica logo à partida uma situação de perigo, não existindo a necessidade de uma real diminuição do património do Estado. Em que no normativo legal temos uma descrição de um processo de perigo, pelo que este será um crime de perigo concreto.<sup>168</sup> Já Susana Aires de Sousa, considera que este será um dos designados crimes de aptidão, os quais têm a designada cláusula de aptidão, correspondendo a que a ação do agente será fonte de perigo para o bem jurídico. Estes crimes de aptidão não são consensualmente uma categoria de crimes, sendo que Roxin os integra nos crimes de perigo abstrato, mas igualmente em alguns crimes de perigo concreto. Nos crimes de aptidão, o julgador não necessita de verificar posteriormente, se existiu ou não perigo para o património do Estado, mas se a conduta adotada pelo agente, no momento em concreto, é apta a produzir a diminuição das receitas tributárias. Assim, a autora considera que o crime de fraude fiscal será um crime de perigo abstrato-concreto, que só se vai consumir com a adoção de uma das condutas previstas, a qual será adequada a produzir uma lesão ao património do Estado.<sup>169</sup>

No entanto, outros autores, como Figueiredo Dias e Costa Andrade<sup>170</sup>, consideram este como um crime de resultado cortado ou de tendência interna transcendente, dado que a obtenção ilegítima da vantagem patrimonial não faz parte dos elementos do tipo, podendo esta ser valorizada em termos da graduação da pena a aplicar, dado que é suficiente que as condutas adotadas para a obtenção das vantagens patrimoniais sejam ilícitas.<sup>171</sup> Consideram ainda os referidos

---

<sup>164</sup> SILVA, Isabel Marques da – **Regime Geral das Infrações Tributárias**, p. 202-204

<sup>165</sup> TEIXEIRA, Carlos e GASPAS, Sofia – **Fraude Fiscal**, p. 456

<sup>166</sup> SILVA, Germano Marques da – **Direito Penal Tributário – Sobre as Responsabilidades das Sociedades e dos seus Administradores Conexas com o Crime Tributário**, p. 234

<sup>167</sup> PAIVA, Carlos – **Das Infrações Fiscais à sua Perseguição Processual**, p. 129

<sup>168</sup> Dias, Augusto Silva – **Os Crimes de Fraude Fiscal e de Abuso de Confiança Fiscal: Alguns Aspectos Dogmáticos e Político Criminais**, p. 55

<sup>169</sup> SOUSA, Susana Aires de – **Os Crimes Fiscais – Análise Dogmática e Reflexão sobre a Legitimidade do Discurso Criminalizador**, p. 71-79

<sup>170</sup> ANDRADE, Manuel da Costa – **A Fraude Fiscal – Dez anos depois, ainda um “crime de resultado cortado”?**, p. 342

<sup>171</sup> SILVA, Isabel Marques da – **Regime Geral das Infrações Tributárias**, p. 207-208

autores, que existe um desejo pelo agente que exista um dano para o Estado/vantagem para si próprio, não tendo no entanto que existir a efetiva produção deste resultado.<sup>172</sup>

Como se pode depreender do anteriormente exposto, no âmbito da exploração ilícita de jogos de fortuna ou azar poderemos estar perante o ilícito de fraude fiscal, dado que todo o envolvimento desta atividade tem por característica dominante a inexistência de documentos e de identificação das pessoas envolvidas. Esta situação vem proporcionar, que toda a cadeia, da qual muitas vezes só se tem uma pequena perceção, incorra neste ilícito criminal entre outros. No entanto, a falta de qualquer tipo de documentos, vem dificultar a determinação do valor que foi ocultado ao Estado, causando desta forma um dano ao seu património.

#### **4.2. BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS:**

Ao tecer algumas considerações sobre o crime de branqueamento, não se pode deixar de considerar a sua conexão com novas formas de criminalidade, além da que em primeira linha foi classicamente considerada como a sua fonte, que era o tráfico de estupefacientes.<sup>173</sup> Assim, neste âmbito podemos encontrar grupos altamente organizados para a prática deste crime, os quais não tem uma existência transitória mas permanente e altamente organizados para a maximização das vantagens obtidas ilicitamente. Em que a atividade criminosa destes grupos, não se cinge apenas ao já referido tráfico de estupefacientes, mas abrange um leque mais alargado de ilícitos, como a pornografia, o tráfico de armas, o contrabando ou as máquinas de jogos.<sup>174</sup> Esta situação, não se afigura como estranha face às considerações já aqui tecidas relativamente aos jogos de fortuna ou azar, com um especial relevo para a organização que se encontra muitas vezes subjacente ao próprio fenómeno.

Segundo Faria da Costa, a possibilidade de uma organização criminosa ter ao seu dispor largas quantias de dinheiro, o qual é um sinónimo de riqueza, vai

---

<sup>172</sup> ANDRADE, Manuel da Costa – **A Fraude Fiscal – Dez anos depois, ainda um “crime de resultado cortado”?**., p. 327

<sup>173</sup> **As Recomendações do GAFI – Padrões Internacionais de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação** disponível em <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/SupervisaoPrudencial/BranqueamentoCapitaisFinanciamentoTerrorismo/Documents/recomendacoes.pdf> consultado em 05-09-2015

<sup>174</sup> SANTIAGO, Rodrigo – **O “Branqueamento” de Capitais e outros Produtos do Crime**, p.497- 501

originar que a circulação destes valores monetários possa potenciar condicionamentos do setor económico. Pois será possível influenciar de maneira decisiva alguns segmentos da economia, os quais poderão ficar sob o domínio de organizações criminosas. Estas organizações, caracterizam-se como estruturas claramente hierarquizadas, que visam a obtenção de capital, por forma a aumentar o seu poder.<sup>175</sup>

Mas como se pode processar então o branqueamento das vantagens obtidas ilicitamente?

Quanto ao seu modo de execução, este pode ser por conversão, transferência, auxílio ou facilitação de operação, de conversão ou transferência de vantagens com o fim de dissimular a sua origem ilícita, ou ainda por ocultação ou dissimulação da verdadeira natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou titularidade das vantagens (n.ºs 2 e 3 do art. 368º-A do CP).

O processo de branqueamento pode ser composto por três fases, podendo estas ocorrer isoladamente ou associadas<sup>176,177</sup>:

- Colocação:

Os capitais ilícitos que se querem branquear são introduzidos nos circuitos financeiros e noutras atividades, como por exemplo, os depósitos de numerário em bancos, o investimento no sector imobiliário, o investimento em bens de elevado valor unitário (jóias, antiguidades e viaturas) ou os jogos de fortuna e azar (casinos).

- Transformação:

Esta fase, através de múltiplas operações, tem por objetivo afastar, o máximo possível, e assim ocultar a proveniência criminosa dos bens e rendimentos obtidos ilicitamente da sua origem, estas operações podem incluir depósitos em offshore, empresas fictícias ou contabilidades paralelas.

- Integração:

Os bens e rendimentos são reintroduzidos no circuito económico legal, pela sua utilização na aquisição de bens e serviços. Nesta fase, a sociedade não tem dúvidas de que se trata de bens obtidos licitamente e por esse motivo

---

<sup>175</sup> COSTA, José Faria – **O Branqueamento de Capitais – Algumas reflexões à luz do direito penal e da política criminal**, p. 61-67

<sup>176</sup> BRAGUÊS, José Luís - **O Processo de Branqueamento de Capitais**, p. 9-16

<sup>177</sup> BRANDÃO, Nuno – **Branqueamento de Capitais: O Sistema Comunitário de Prevenção**, p.15

livremente utilizáveis. Como exemplo, temos o investimento no sector imobiliário, a aquisição de participações em sociedades comerciais e o investimento em empreendimentos turísticos e restauração.

Como é possível perceber das diversas fases do branqueamento, este se torna de difícil investigação, inclusivamente devido ao seu carácter transnacional, o que se verifica por exemplo pelos depósitos em *offshore*. Esta realidade obrigou a que existisse um consenso alargado de diversas organizações internacionais e supranacionais, para que fosse possível a uniformização das leis anti branqueamento na comunidade internacional.

Neste sentido, surge a Recomendação n.º (80) 10, de 27 de Junho de 1980, do Conselho da Europa, e depois em 12 de Dezembro de 1988, a Declaração de Princípios do Comité de Basileia, sobre as regras e práticas de controlo das operações bancárias. É de ressaltar ainda o primeiro tratado internacional onde surge a questão do branqueamento de capitais, que é a Convenção das Nações Unidas Contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas, adotada em 20 de Dezembro de 1988, que foi transposta para Portugal através do Decreto-Lei n.º 15/93 de 22 de Janeiro.

No prosseguir do combate ao branqueamento de capitais, em 1989 foi criado o GAFI (Grupo de Ação Financeira Internacional), o qual é um organismo de natureza intragovernamental e multidisciplinar, com a finalidade de desenvolver uma estratégia de prevenção e combate ao branqueamento de capitais. Para este efeito, ele tem um conjunto de 40+9 recomendações, que permitem a avaliação dos progressos realizados pelos vários países que fazem membro deste grupo, na implementação das medidas necessárias para a eficaz prossecução dos fins que se visam atingir.<sup>178</sup>

Estas recomendações do GAFI, deram origem a diversa legislação, como por exemplo a Decisão-Quadro do Conselho de 26 de Junho de 2001, que a nível nacional se reflete na Lei n.º 5/2002 de 11 de Janeiro, a qual prevê um regime especial de recolha de prova, a quebra do sigilo profissional e a perda de bens a favor do Estado, relativamente a diversos tipos de crimes, entre eles o de branqueamento de capitais.

---

<sup>178</sup> O que é o GAFI? disponível em <http://www.dgpi.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/anexosorgint2/o-que-e-o-gafi/> consultado em 14-06-2015

A nível da União Europeia existe ainda diversa legislação, como as Diretivas 2005/60/CE e 2006/70/CE, de 26 de Outubro e 1 de Agosto, respetivamente, em que a primeira visa a prevenção da utilização do sistema financeiro e de outras atividades e profissões especialmente designadas para efeitos de branqueamento, enquanto a segunda estabelece as medidas de execução para essa prevenção.

Estas foram transpostas para o ordenamento nacional pela Lei n.º 25/2008 de 5 de Junho (retificado pela Declaração n.º 41/2008 de 8 de Agosto), tendo em conta as várias alterações introduzidas, sendo a mais recente o Decreto-Lei n.º 157/2014 de 24 de Outubro. Neste diploma legal, são estabelecidas medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita.

O crime de branqueamento encontra-se previsto no art. 368º-A do CP, desde o ano de 2004, inserido no capítulo dos crimes contra o Estado, sendo este um crime contra a administração da justiça. Isto porque a atividade do branqueador dificulta a investigação criminal relativamente ao facto ilícito subjacente, além de que a elevada sofisticação dos meios utilizados para camuflar a origem das vantagens obtidas, determina que a criminalização destas condutas assumam um papel instrumental, porque se torna necessária a existência de meios para a apreensão e confisco dos bens ilícitos.<sup>179,180</sup>

Faria da Costa ao analisar a introdução deste ilícito criminal no CP, indica que apesar de estarmos perante uma corrente de descriminalização, existe simultaneamente um equilíbrio de forças através de uma neocriminalização, a qual é visível por este ilícito criminal. Apesar de considerar esta criminalização como uma medida eficaz para o combate a este tipo de práticas, defende que é necessário antes de mais mudar a mentalidade vigente de “cultura da corrupção”, através da cultura, economia e sociedade.<sup>181</sup>

No referido artigo do código penal temos um rol de crimes precedentes, cujas vantagens ou bens provenientes da respetiva atividade ilícita, podem ser

---

<sup>179</sup> Exposição de Motivos da Proposta de Lei n.º 73/IX, *DAR*, II série-A, de 5 de Junho de 2003 disponível em <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=19717> consultado em 13-06-2015

<sup>180</sup> GODINHO, Jorge Alexandre Fernandes - **Do Crime de “Branqueamento” de Capitais**, p. 142-148

<sup>181</sup> COSTA, José Faria – **O Branqueamento de Capitais – Algumas reflexões à luz do direito penal e da política criminal**, p. 85-86

objeto de branqueamento. Além dos factos ilícitos típicos a que corresponda uma moldura penal de pena de prisão de duração mínima superior a seis meses ou de duração máxima superior a cinco anos. Entre os crimes especificamente previstos encontramos em particular o crime de fraude fiscal, o qual já foi aqui objeto de uma breve análise.

O crime de branqueamento pode ser cometido por qualquer pessoa singular, ou seja, é um crime comum, de ação e autónomo relativamente ao crime subjacente. Quanto ao autor do crime de branqueamento, este não terá que ser o mesmo do crime precedente, basta o conhecimento por parte deste que os capitais são provenientes de um dos crimes precedentes.<sup>182</sup> Mas caso este tenha o mesmo autor, estamos perante um concurso real, conforme o estipulado no acórdão n.º 13/2007 do Supremo Tribunal de Justiça de fixação de jurisprudência de 22-03-2007.<sup>183</sup>

Este acórdão veio resolver algumas questões que existiam relativamente a haver concurso entre o crime de branqueamento e o crime precedente, e qual o tipo de concurso que estaria presente ou se existiria uma consunção do crime de branqueamento pelo outro ilícito. Dado que ao termos o mesmo autor a preencher ambas as condutas ilícitas, temos um concurso de normas, que no caso em apreço seria um concurso real.<sup>184</sup> Por forma, a determinar se estamos perante ou não um concurso efetivo de infrações, interessa descortinar se os bens jurídicos a proteger em ambos os crimes são os mesmos ou não. Isto porque segundo a posição defendida por Eduardo Correia, o número de crimes se determina pelo número de tipos de crime efetivamente cometidos. Já Figueiredo Dias considera que o número de crimes cometidos pelo agente não pode ser contabilizado pelo número de bens jurídicos, pois isto iria negligenciar o relacionamento entre os tipos de crimes cometidos pela conduta do agente. No entanto, a posição adotada pelo STJ, assim como pelo Tribunal Constitucional em 2004, pelo acórdão n.º 566/04<sup>185</sup>, é que não há violação do princípio *ne bis in idem* na punição de um agente por dois crimes em concurso efetivo, por serem distintos os bens jurídicos.<sup>186</sup>

---

<sup>182</sup> GONÇALVES, Rui Miguel Marques – **Fraude Fiscal e Branqueamento de Capitais**, p. 63-70

<sup>183</sup> Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, 22-03-2007, Processo n.º 05P220, com relator SOUSA FONTE, [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) consultado em 15-06-2015

<sup>184</sup> BRAVO, Jorge dos Reis – **Fraude Fiscal e Branqueamento: prejudicialidade e concurso**, p. 668-670

<sup>185</sup> Acórdão do Tribunal Constitucional, 22-09-2004, Processo n.º 675/04, com relator conselheiro ARTUR MAURÍCIO, [www.pgdlisboa.pt](http://www.pgdlisboa.pt) consultado em 15-06-2015

<sup>186</sup> GODINHO, Jorge Alexandre Fernandes - **Sobre a punibilidade do autor de um crime pelo branqueamento das vantagens dele resultantes**, p. 378-385

Desta forma, na situação que aqui temos em concreto, em que o crime subjacente é a fraude fiscal, estamos perante um concurso efetivo, dado que os bens jurídicos a proteger não são os mesmos. Assim, ao considerarmos o *modus operandi* dos exploradores dos jogos de fortuna ou azar, não podemos deixar de refletir sobre o capital que é gerado por esta atividade, o qual não é declarado por qualquer forma, pelo que em consequência existe a necessidade de voltar a introduzir este dinheiro no circuito comercial, para que este tenha uma “proveniência” lícita. Esta situação, merece ser objeto de uma maior atenção quando consideramos a investigação destes ilícitos criminais, dado que será necessário conhecer as outras possíveis fontes de rendimento dos exploradores dos jogos de fortuna ou azar, assim como analisar os seus sinais exteriores de riqueza, como viaturas ou imóveis de elevado valor patrimonial, por forma a averiguar a existência ou não do ilícito criminal de branqueamento de capitais.

#### **4.3. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA:**

O crime de associação criminosa já se encontra previsto desde o código penal de 1852, embora sob a designação de associação de malfeitores. Nesta disposição os crimes praticados por esta organização poderiam ser de qualquer tipo, desde que estivessem previstos no designado direito penal clássico. A existência da associação é independente do seu tipo de organização, pois ela é uma realidade autónoma e transcendente perante os indivíduos que a integram.<sup>187</sup>

No atual código penal, este crime consta no art. 299º, sendo um crime de participação necessária, dado que é necessário para a organização da associação a participação de vários agentes como integrantes do grupo, em que a própria integração na associação é desde logo uma forma de participação.<sup>188</sup>

Quanto ao bem jurídico, este é considerado por muitos como a proteção da paz pública, para assegurar as condições mínimas sócio-existenciais dos indivíduos. Para esse efeito, a segurança pública pode ainda não ter sido perturbada, mas existe um perigo de violação da paz pública. Sendo consequentemente um crime de perigo abstrato relativamente ao grau de lesão

---

<sup>187</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo – As “Associações Criminosas” no Código Penal Português de 1982, p. 14-22

<sup>188</sup> SILVA, Germano Marques da - **Direito Penal Português**, p. 377



infligido ao bem jurídico.<sup>189</sup> Desta forma, a mera existência das associações criminosas coloca em causa a paz pública, o que se sustenta na alta perigosidade da associação. Esta perigosidade se vai igualmente refletir na transformação da personalidade do indivíduo, o qual corta os laços com os valores da comunidade e assume como seus o da associação, tendo como consequência a diminuição da responsabilidade individual e uma maior propensão para a atividade criminosa.<sup>190</sup>

A recondução do tipo de ilícito a um bem jurídico autónomo vai contribuir para a existência de uma interpretação restritiva da incriminação. Figueiredo Dias não concorda com a visão segundo a qual não há um bem jurídico específico e autónomo por detrás do tipo de associação criminosa. Isto porque existem perigos para as liberdades individuais, pelo que ao colocar o tipo com a função de proteção de um autónomo e específico bem jurídico, as exigências típicas vão ser acrescidas, não sendo suficiente para o preenchimento do tipo de ilícito, a simples alegação de tutela penal em atos preparatórios.<sup>191</sup>

Relativamente à formação da associação, grupo ou organização, existem elementos que são transversais a esta. Na sua constituição, a vontade individual dos seus membros perde valor, sobressaindo antes a unidade do grupo e os objetivos por ele visados. Como estamos perante um grupo em que existe uma pluralidade de pessoas, em que a sua constituição apresenta um carácter duradouro e com regras mínimas de organização, se pressupõe que o grupo relativamente aos seus membros tem uma certa estabilidade e permanência. No âmbito desta ligação entre os membros integrantes da associação, existe um processo de formação de uma vontade coletiva, a qual como já foi referido se torna superior às vontades individuais.<sup>192</sup>

Elas têm como objeto a programação de crimes, sendo a sua atividade a prática dos mesmos. A associação pode não existir apenas para a prática de crimes, mas ter múltiplas finalidades que vão para além da atividade criminal. Não existe restrições quanto ao tipo de crimes que possam ser praticados pela associação, mas em que o crime de associação criminosa é autónomo dos outros crimes cometidos por esta no âmbito das suas atividades. O concurso de crimes

---

<sup>189</sup> ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – **Comentário do Código Penal – à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem**, p. 838

<sup>190</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo – **Comentário Conimbricense do Código Penal**, p. 1159-1160

<sup>191</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo – **As “Associações Criminosas” no Código Penal Português de 1982**, p. 26-29

<sup>192</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo – **Comentário Conimbricense do Código Penal**, p. 1160-1162

pode ser homogéneo ou heterogéneo, consoante estejamos na presença de vários crimes que correspondam ou não ao mesmo tipo legal.<sup>193</sup>

Quanto aos crimes cometidos pela associação, foi muito discutida a questão se apenas poderíamos considerar os crimes constantes no direito penal clássico ou primário, como os atinentes a esta. No entanto, face ao desenvolvimento do direito penal económico, o qual muitas vezes se encontra no direito penal secundário, obsta a que se tenha uma visão demasiado restritiva do tipo de crimes cometidos pela associação criminosa.<sup>194</sup>

Na situação em análise e face aos crimes que aqui já foram descritos, é relevante ressaltar o crime de exploração ilícita de jogos de fortuna ou azar, a fraude fiscal e o branqueamento de capitais, os quais protegem diferentes bens jurídicos. Desta forma, estamos perante um concurso efetivo dos diversos crimes.

A associação criminosa na sua formação, tem que ser constituída por pelo menos três pessoas, conforme o disposto no art. 299º, n.º 5 do CP, podendo os seus membros ser identificados por ter diferentes modalidades, consoante as suas funções e atividades desempenhadas. Desta forma, podem existir quatro tipos:<sup>195</sup>

- Promotor ou fundador – é aquele que tem a ideia da criação da associação criminosa, sendo necessária uma participação ativa nesta criação, enquanto na segunda situação existe um trabalho na concretização da estruturação ou reestruturação de uma associação já pré-existente. Esta modalidade de ação se encontra preenchida, mesmo que o indivíduo não se integre como membro efetivo da associação;
- Membro – está integrado na associação, se subordina à vontade coletiva, desenvolve atividades principais ou acessórias que visam a prossecução da atividade criminosa da associação. Sendo reconhecido pelos seus pares como membro integrante desta;
- Apoiente – esta modalidade pode se dividir em duas outras, o que decorre da leitura do disposto na sua previsão legal. Desta forma, o apoiente pode ser aquele que desempenha uma função de apoio à organização em si e não aos seus membros individualmente, sendo esta ação em abstrato e não necessariamente efetivamente proveitosa para a mesma. Mas ele pode

---

<sup>193</sup> SILVA, Germano Marques da - **Direito Penal Português**, p. 377-418

<sup>194</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo – **Comentário Conimbricense do Código Penal**, p. 1164-1165

<sup>195</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo – **Comentário Conimbricense do Código Penal**, p. 1165-1169

igualmente desempenhar a função de angariador de membros para a associação, em que este auxílio à angariação pode ser de qualquer tipo, desde que se reflita numa ação em concreto;

- Chefe ou dirigente – é um membro especialmente qualificado da associação, o que se reflete no art. 299º, n.º 3 do CP, com uma moldura penal mais elevada. Em que ele é o responsável ou corresponsável pela formação da vontade coletiva, a qual se confunde por vezes com a vontade do seu chefe, além de ser um membro essencial para a execução dos desígnios desta vontade.

Ao refletirmos sobre as modalidades acima descritas bem como do ilícito criminal da exploração ilícita de jogos de fortuna ou azar, podemos identificar uma hierarquia que está subjacente a esta. Desta forma, temos em primeiro lugar a face mais visível que são os exploradores dos estabelecimentos comerciais onde se localizam os equipamentos não autorizados que desenvolvem os referidos jogos. Estes são contactados por indivíduos que vão oferecer os referidos equipamentos em troca de uma comissão sobre os lucros auferidos, além das promessas de apoio legal caso existam problemas com a justiça devido a estas. Em último lugar, temos o rosto quase invisível da organização, que é o seu chefe ou dirigente, o qual se encontra no nível mais elevado, não tendo por isso em regra qualquer contacto com os proprietários dos estabelecimentos comerciais.

Relativamente ao tipo subjetivo de ilícito na associação criminosa, ele é doloso sob qualquer uma das suas modalidades, tanto quanto ao seu elemento intelectual como volitivo, podendo inclusivamente se configurar como dolo eventual.<sup>196</sup>

Eduardo Correia configura este crime como um crime de comparticipação necessária, dado que a sua realização pressupõe a colaboração ou intervenção de várias pessoas, na medida em que ele é um crime convergente, e em que as condutas dos vários intervenientes convergem para a produção de um resultado.<sup>197</sup> Na situação em apreço, temos vários intervenientes, hierarquizados e organizados, com uma atividade permanente, que visa o desenvolvimento de várias atividades criminosas.

---

<sup>196</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo – **Comentário Conimbricense do Código Penal**, p. 1169

<sup>197</sup> CORREIA, Eduardo – **Direito Criminal**, p. 254-255

## **5. O JOGADOR:**

No âmbito do jogo e ainda com maior relevância quanto se trata de jogo ilícito, existe um elemento que é de sobremaneira importante para todo o processo, o jogador. Conforme o que já foi referido nos acórdãos do Tribunal Constitucional, a constitucionalidade da LJ está fortemente interligada, aos direitos e garantias que se visam proteger, os quais estão intimamente conectados com o próprio jogador.

O jogador é aquele que pratica jogos de fortuna ou azar, ou seja, jogos cujos resultados dependem fundamentalmente da sorte e não da sua perícia. Sendo que ele próprio incorre igualmente num ilícito criminal, como já foi anteriormente referido, pela prática ilícita de jogos de fortuna ou azar.

### **5.1. O JOGO PATOLÓGICO:**

A situação do jogador pode ser mais complexa quando estamos na presença de jogadores que se encontram numa especial situação de vulnerabilidade, por sofrerem de uma adição que é a ludopatia. Esta pode ter diferentes graus, assim como diferentes designações em literatura diversa, como jogadores patológicos ou compulsivos, sendo a primeira a terminologia mais consensual. Em termos clínicos podemos encontrar esta adição na Classificação Internacional de Doenças (CID), assim como no Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM).

Segundo a Organização Mundial de Saúde e com base na Classificação Internacional de Doenças (CID – 10), o jogo patológico é reconhecido como uma perturbação dos hábitos e dos impulsos, em que o jogo vai dominar a vida do indivíduo em detrimento da sua vida social e laboral, bem como em relação aos seus compromissos e valores familiares. Desta forma, o seu trabalho e meio de sustento pode estar em risco, contrai igualmente grandes dívidas, o que conduz a que viole a lei ou invente mentiras ou mobilize outros meios com o fito de obter valores pecuniários para o pagamento das suas dívidas. Estes indivíduos têm em comum um sentimento de urgência relativamente ao jogo, o qual não conseguem controlar, o que acarreta que estejam constantemente em situações de stress. Apesar de por vezes esta desordem ser igualmente identificada como jogo compulsivo, o CID-10 não concorda com esta designação porque este não se trata de uma compulsão no sentido técnico, nem se relaciona com outros comportamentos obsessivos-compulsivos. Assim, o jogo patológico caracteriza-se

como um crescente vício de jogo, o qual não se compadece com relações familiares destruídas ou situação económica precária. Ele distingue-se de outras categorias de jogadores, como os que têm por hábito jogar e apostar pela excitação e a expectativa de obtenção de algum lucro, mas que ao serem confrontados com perdas monetárias ou outros problemas causados pelo jogo, são capazes de o deixar. O jogo patológico não se pode igualmente equiparar ao jogo praticado por pacientes maníacos ou com personalidades sociopatas.<sup>198</sup>

Relativamente ao DSM, este contém descrições, sintomas e outros critérios para o diagnóstico de desordens mentais. Foi publicado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) em 1952 quando já existia o CID-6, tendo sido objeto de alterações ao longo dos anos, sendo a versão mais recente a de 2013 com o DSM-V.<sup>199</sup> O jogo patológico consta pela primeira vez no DSM em 1980, na sua terceira versão, enquadrado nos distúrbios de controlo de impulsos sem qualquer classificação específica, o qual se veio a manter no DSM-IV de 1994. Já no DSM-V, o jogo patológico passa a constar das desordens relacionadas com o consumo de substâncias que causem adição. Esta alteração vem demonstrar que o jogo da mesma forma que as drogas que causam adição, provoca reações cerebrais muito similares a estas.<sup>200</sup>

Por este motivo, antes de tratar exatamente da situação do jogador em Portugal, será relevante esclarecer o que é o jogo patológico e como ele está configurado no DSM-V. Para que um indivíduo seja considerado um jogador patológico, ele tem que apresentar um comportamento problemático, persistente e recorrente face ao jogo, que não se explica por um episódio maníaco. Esta situação vai conduzir a mal-estar e défices clínicos, em que o jogador apresenta quatro ou mais dos critérios previstos pela APA em um período de 12 meses. A gravidade do jogo patológico varia conforme a quantidade de critérios a que o indivíduo responde afirmativamente. Os critérios definidos são:

- Jogar com valores pecuniários crescentes por forma a atingir os níveis de excitação desejados;
- Sentimento de inquietude ou irritabilidade ao tentar reduzir ou parar de jogar;

---

<sup>198</sup> **The ICD-10 Classification of Mental and Behavioural Disorders** disponível em [www.who.int/classifications/icd/en/bluebook.pdf](http://www.who.int/classifications/icd/en/bluebook.pdf) consultado em 29-05-2015, p. 165-166

<sup>199</sup> <http://www.psychiatry.org/practice/dsm/dsm-history-of-the-manual> consultado em 30-05-2015

<sup>200</sup> **Highlights of Changes from DSM-IV-TR to DSM-5** disponível em <http://www.psychiatry.org/practice/dsm/dsm5> consultado em 30-05-2015

- Falta de controlo ao tentar reduzir ou parar de jogar;
- Preocupação frequente com o jogo;
- Joga frequentemente motivado por sentimentos de desespero, culpabilidade, ansiedade e depressão;
- Jogo recorrente para recuperar valores pecuniários perdidos em dias anteriores;
- Mente para ocultar o seu envolvimento com o jogo;
- Compromete a sua vida laboral e académica devida ao jogo;
- Está dependente de terceiros para a obtenção de dinheiro devido a situações financeiras desesperadas causadas pelos gastos no jogo.

Esta gravidade divide-se em três níveis, a ligeira (tem 4-5 critérios), moderada (tem 6-7 critérios) ou grave (presença de 8-9 critérios), segundo a APA.<sup>201</sup> É igualmente relevante para o diagnóstico descortinar se estes critérios estão presentes de uma forma episódica ou persistente, assim como a existência ou não de algum tipo de remissão por parte do jogador relativamente a estes. Além destes critérios, o DSM-V apresenta outras características associadas aos jogadores patológicos, como perspetivas distorcidas da realidade, em que ele considera que consegue controlar a própria sorte no jogo através de esquemas e superstições, sendo o dinheiro a causa e a resposta para o seu problema. Estes jogadores podem apresentar características muito distintas, pois podem ser impulsivos, muito preocupados em obter a aprovação de terceiros e excêntricos quando tem êxito no jogo. No entanto, existem igualmente jogadores patológicos que apresentam quadros depressivos e de solidão, em que o jogo se desencadeia em momentos em que se sentem culpados ou desamparados. Desta forma, se explica que metade dos jogadores patológicos em tratamento tenha ideias suicidas, sendo que 17% já tentou o suicídio.<sup>202</sup>

Após a descrição do que é o jogo patológico e da forma como este pode ser diagnosticado, é importante destacar a diversidade de artigos e estudos que existem a nível internacional sobre o jogo patológico. Pelo que se torna impraticável abordar aqui toda a sua dimensão, no entanto, apenas a título exemplificativo fica aqui um estudo, o qual aborda a problemática das novas

---

<sup>201</sup> AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – DSM-V – Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais, p. 701-702

<sup>202</sup> AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – DSM-V – Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais, p. 701-703

formas de jogar, como é o caso do jogo *online*, com a sua panóplia de jogos disponíveis a qualquer momento. Relativamente aos jogadores identificados com problemas relacionados com o jogo, estes não são de fácil controlo dado que utilizam vários *sites* de jogo, além de praticarem igualmente o designado jogo com base territorial. A conclusão mais significativa do estudo em questão é que não é uma maior frequência de *sites* de jogo que vai provocar a dependência, mas sim a maior frequência das apostas realizadas.<sup>203</sup>

Um dos motivos apontados para o incremento dos jogadores patológicos é a liberalização dos jogos de fortuna ou azar a nível europeu, o que motivou não apenas o aumento do número de jogadores mas igualmente o número de indivíduos com problemas relacionados com o jogo. Isto não quer dizer que a nível individual uma maior oferta de possibilidades de jogo tenha uma relação direta com problemas de jogo, mas tem necessariamente as suas implicações ao nível da própria sociedade.<sup>204</sup>

Uma questão que não se pode relevar é a desestruturação das famílias em que exista problemas de jogo, uma vez que não será apenas o jogador o afetado mas todo o seu núcleo familiar.<sup>205</sup> Por exemplo, este pode relacionar-se com a violência no âmbito familiar, conforme um estudo realizado em famílias com membros identificados por terem problemas com jogo. Elemento interessante será que o membro da família que reporta o seu problema com o jogo é muitas vezes o agressor em seio familiar e não a vítima, assim como o caso em que as famílias com diversos membros com problemas de jogo os índices de violência são mais elevados. Assim, os problemas de dependência de jogo podem despertar ou agudizar situações de violência em âmbito familiar.<sup>206</sup>

Segundo a APA a taxa de prevalência do jogo patológico ao longo da vida na população se situa entre os 0,4% e 1,0%. Em que a taxa para a população feminina 0,2% e para a masculina de 0,6%, no entanto esta diferença de percentagens está em diminuição. Relativamente aos tipos de jogos, o sexo

---

<sup>203</sup> PHILLIPS, James G. [et al.] – **Gambling Involvement and Increased Risk of Gambling Problems**

<sup>204</sup> MEYER, Gerard, HAYER, Tobias e GRIFFITHS, Mark – **Problem Gambling in Europe - Challenges, Prevention, and Interventions**, p. xxii

<sup>205</sup> WENZEL, Hanne Gro, OREN, Anita e BAKKEN, Inger Johanne – **Gambling problems in the family – A stratified probability sample study of prevalence and reported consequences**.

<sup>206</sup> SUONI, Aimo - [et al.] – **Problem gambling and family violence: family member reports of prevalence, family impacts and family coping**.

masculino direciona-se mais para as apostas hípcas, desportivas e jogos de cartas, enquanto as mulheres centram mais as suas atenções em *slot-machines* e bingo.<sup>207</sup>

## 5.2. ESTUDOS E DADOS ESTATÍSTICOS EM PORTUGAL:

Por outro lado, os estudos realizados em Portugal, sobre a dependência do jogo são escassos, ressalte-se o estudo de 2009 realizado por Henrique Lopes e posteriormente em 2013, os dados provenientes do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), o que não permite um conhecimento mais efetivo da realidade nacional.

Segundo Henrique Lopes<sup>208</sup>, os jogos que causam maior dependência são por ordem decrescente: os jogos clandestinos de cartas, jogos por internet e *slot machines* (máquinas). Existe um rejuvenescimento na faixa etária dos jogadores, o que pode ser motivado pelo eclodir dos jogos *online*. Relativamente aos jogadores dependentes do jogo face ao seu género, verifica-se que 79% são do sexo masculino e 21% do sexo feminino. No entanto, nos inquéritos realizados, ao se questionar os entrevistados sobre se conheciam pessoas dependentes do jogo, a percentagem antes referida altera-se para 87% e 13% (masculino/feminino). Ao proceder ao cálculo da taxa de prevalência de dependentes do jogo numa projeção minimalista, a qual mede a população que está a ser afetada por esta dependência, temos valores de cerca de 16 mil indivíduos dependentes.<sup>209</sup>

Nos dados do SICAD, considerando a população residente em Portugal em 2012 e a faixa etária entre os 15 e 74 anos, 0,3% têm alguns problemas de jogo a dinheiro, existindo uma igual percentagem para a probabilidade de existência de jogadores patológicos. Estes últimos distribuem-se conforme o que está representado na tabela n.º 3, em que temos como idade média 35 anos, sendo a percentagem de jogadores patológicos de sexo masculino de 79% e do sexo feminino de 21% (o que está em consonância com o estudo de Henrique Lopes). Existe uma diminuição desta idade média para o jogo *online* e um incremento

---

<sup>207</sup> AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – DSM-V – Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais, p. 703-705

<sup>208</sup> In Epidemiologia de Dependência de Jogo a Dinheiro em Portugal

<sup>209</sup> Epidemiologia de Dependência de Jogo a Dinheiro em Portugal disponível em [http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&cad=rja&uact=8&ved=0CDUQFjAE&url=http%3A%2F%2Fwww.jogoremoto.pt%2Fdocs%2Fextra%2FqSE2sB.pdf&ei=mOFqVYX6L9DHsQSmrIDgDg&usg=AFQjCNFSCRnnwbKPD\\_6LYcBWyg3c0meiJA](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&cad=rja&uact=8&ved=0CDUQFjAE&url=http%3A%2F%2Fwww.jogoremoto.pt%2Fdocs%2Fextra%2FqSE2sB.pdf&ei=mOFqVYX6L9DHsQSmrIDgDg&usg=AFQjCNFSCRnnwbKPD_6LYcBWyg3c0meiJA) consultado em 08-12-2014



para o jogo *offline*, assim como uma ligeira variação nas percentagens por género quando lidamos com o jogo *offline*.<sup>210</sup>

**Tabela n.º 3:** Caracterização do Jogador em Portugal

	<b>Idade Média</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
<b>Jogador patológico</b>	35	79	21
<b>Jogo online</b>	31	79	21
<b>Jogo offline</b>	40	73	27

Dados com as idades médias e sexo dos jogadores patológicos conforme o tipo de jogo.  
(Fonte: SICAD (2014))

Segundo a APA, os jogadores patológicos em idades mais precoces são do género masculino, sendo que o despontar deste problema a meio da idade adulta e em idades mais avançadas ocorre geralmente no sexo feminino.<sup>211</sup>

Ao compararmos as conclusões, podemos perceber que elas são consonantes em vários aspectos, como o rejuvenescimento das idades médias dos jogadores patológicos, que pode estar intimamente interligada com o crescente desenvolvimento dos jogos *online*, aos quais os mais jovens terão um mais fácil acesso. Como é ainda coincidente uma maior prevalência de jogadores do sexo masculino, a qual tem no entanto uma maior predominância quando lidamos com o jogo *offline*, o que pode conduzir a uma alteração nos dados dos próximos anos.

Tendo em conta que o jogo é legal em Portugal desde que seja praticado em locais autorizados, ou seja, em casinos, é relevante perceber como é possível controlar o fluxo de jogadores, face aos problemas do jogo patológico já aqui relatados. Desta forma, o acesso às salas de jogos de fortuna ou azar é impedido aos menores de 18 anos, bem como aos indivíduos cuja presença seja considerada inconveniente, por exemplo os que possam incomodar os demais utentes do casino com o seu comportamento e apresentação, conforme consta no art. 36º da LJ. No controle ao acesso às salas mistas, de máquinas e de bingo, o jogador deve

<sup>210</sup> Sinopse Estatística Portugal 2013 disponível em <http://www.sicad.pt/PT/EstatisticaInvestigacao/Paginas/default.aspx> consultado em 08-12-2014

<sup>211</sup> AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – DSM-V – Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais, p. 704

possuir um documento de identificação, o qual só deve ser solicitado quando houver dúvidas sobre a idade do mesmo. (art. 41º, n.º 3 da LJ).

Entretanto, isso não impede que algumas pessoas possam estar impedidas de frequentar estes locais, tendo em conta a sua adição. As restrições/proibições de acesso ao jogador no casino, que não podem ultrapassar um período de 5 anos, constam do art. 38º da LJ, elas podem ter origem no próprio jogador, nas concessionárias (desde que devidamente justificada) ou através do Inspetor-geral de Jogos.

Apesar destes mecanismos para impedir a entrada de alguns jogadores em salas de casinos, têm sido verificados incumprimentos ao que está previsto, o que deu origem a diversas queixas por parte de familiares de jogadores de casino junto do Provedor de Justiça. Esta situação provocou a sua intervenção, pelo que emitiu a Recomendação n.º 10/A--8/B/2012 em Setembro de 2012, no sentido de que o controlo de acesso aos casinos seja mais eficaz face a estas pessoas que sofrem de ludopatia. Além da questão da falta de controlo dos jogadores que entram nos casinos, devido à falta de normativo legal que obrigue a identificação de todos que ali se deslocam, alerta ainda o provedor para a incorreção no próprio formulário de requerimento de auto proibição de acesso às salas de jogo. Neste é indicado que os efeitos da auto interdição cessam ao fim de 2 anos, ao contrário do que o próprio diploma dispõe em que o afastamento pode ir até 5 anos. A inoperância existente na identificação das pessoas que se deslocam aos casinos para a prática de jogos de fortuna ou azar, leva a que os jogadores que requereram a sua interdição não esteja a ser cumprida, com os efeitos nefastos que daí advém.<sup>212</sup> Como exemplo, desta situação temos os acórdãos exarados pelo STJ de 29-03-2012 e 25-06-2013 relativos aos processos 1840/05.0TBESP.P1.S1<sup>213</sup> e 948/09.7TVPRT.P1.S1<sup>214</sup>, respetivamente. Nestes processos, apesar dos jogadores terem entregado os requerimentos para a sua auto proibição relativa à entrada em casinos, não foram capazes de os cumprir assim como não foram impedidos de entrar nos mesmos pelos responsáveis da concessão. Desta forma, no período da

---

<sup>212</sup> **Recomendação n.º 10/A--8/B/2012 do Provedor de Justiça** disponível em [http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.provedor-jus.pt%2Farchive%2Fdoc%2FRec\\_10AB2012.pdf&ei=jNFqVcieNoaSU8fagMgD&usg=AFQjCNEBogD4CCDG92QyGHlr7WVSbaMqJg&bvm=bv.94455598,d.ZGU](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.provedor-jus.pt%2Farchive%2Fdoc%2FRec_10AB2012.pdf&ei=jNFqVcieNoaSU8fagMgD&usg=AFQjCNEBogD4CCDG92QyGHlr7WVSbaMqJg&bvm=bv.94455598,d.ZGU) consultado em 08-12-2014

<sup>213</sup> Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, 29-03-2012, Processo n.º 1840/05.0TBESP.P1.S1, com relator TAVARES DE PAIVA, [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) consultado em 08-12-2014

<sup>214</sup> Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, 25-06-2013 Processo n.º 948/09.7TVPRT.P1.S1, com relator MARIA DOS PRAZERES PIZARRO BELEZA, [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) consultado em 08-12-2014

interdição os mesmos despenderam no casino avultados valores pecuniários (€ 124.340,00 e € 143.050,00 respetivamente), não tendo sido impedidos apesar de um deles no período de proibição chegar a jogar em sete máquinas em simultâneo, no intervalo entre o meio da tarde e a madrugada do dia seguinte.

Desta forma, facilmente se constata que conforme o que é referido pelo Provedor de Justiça, o sistema não é apto a impedir este tipo de situações. Ao fazermos a transposição desta realidade do jogo lícito para o ilícito, estamos perante um problema muito mais complexo. Isto porque não existe qualquer tipo de controlo nem restrições de acesso aos jogadores patológicos, antes pelo contrário, dada a finalidade do lucro, interessa aos exploradores este tipo de jogadores que já não controlam a sua vontade face ao jogo.

No âmbito do regime jurídico dos jogos e apostas *online*, o jogador pode se auto excluir por um período mínimo de 3 meses, até à data indicada por este (art. 39º do RJO). Esta exclusão pode ocorrer por tempo indeterminado ou determinado pelo jogador, podendo este a qualquer momento cessar esta exclusão, decorrendo então 1 mês a partir da antecipação.

Relativamente aos dados estatísticos existentes na DGPI (tabela n.º 4), estes apresentam uma tendência crescente no número de arguidos/suspeitos ao longo dos anos considerados, com a exceção do ano de 2014, à semelhança de outros dados estatísticos já aqui analisados relativamente aos processos crimes registados, em que existe um decréscimo acentuado em todos os ilícitos criminais relacionados com o jogo ilícito. Face aos elementos presentes, se verifica que tendo em conta a forma como este ilícito se desenvolve, causa alguma estranheza a discrepância entre os números de arguidos/suspeitos e das detenções efetuadas, em que os valores destas últimas são por vezes comparativamente com o número de arguidos/suspeitos de pequena dimensão. As dúvidas surgem devido ao jogador ou pessoa presente em local onde exista exploração ilícita de jogo de fortuna, poder apenas ser constituído arguido ou ser suspeito no processo, quando exista um flagrante delito para a devida prova do ilícito criminal como já foi anteriormente descrito. Desta forma, o número de detenções devia ser muito similar ao número de arguidos e não existir uma discrepância nos valores desta dimensão.

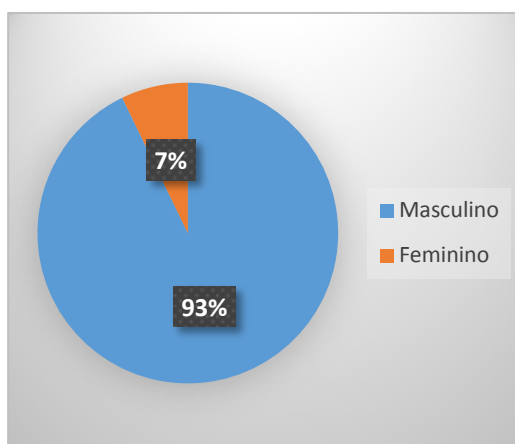
**Tabela n.º 4:** Elementos Específicos dos Arguidos

	Sexo		Escala Etária			Pessoas Coletivas	Detenções
	M	F	Menos de 16	Entre 16 e 24	Mais de 24		
<b>2005</b>	173	39	---	36	173	---	3
<b>2006</b>	42	15	---	3	53	---	7
<b>2007</b>	48	8	---	---	54	---	---
<b>2008</b>	94	15	---	7	102	3	14
<b>2009</b>	153	15	---	18	148	---	---
<b>2010</b>	306	10	---	19	296	39	195
<b>2011</b>	230	17	---	21	225	12	119
<b>2012</b>	365	11	5	52	320	30	287
<b>2013</b>	433	20	---	33	422	26	322
<b>2014</b>	211	9	---	15	206	9	175

Dados sobre o arguido/suspeito na prática/presença em local de jogo ilícito. (Fonte: DGPI (2015))

Quanto à caracterização do jogador tendo em conta os dados disponíveis, relativamente ao sexo dos mesmos, se verifica que o jogador é tendencialmente do sexo masculino com uma percentagem que chega os 93%, ao invés das mulheres que se ficam pelos 7%, sendo esta diferença representada pelo gráfico n.º 5.

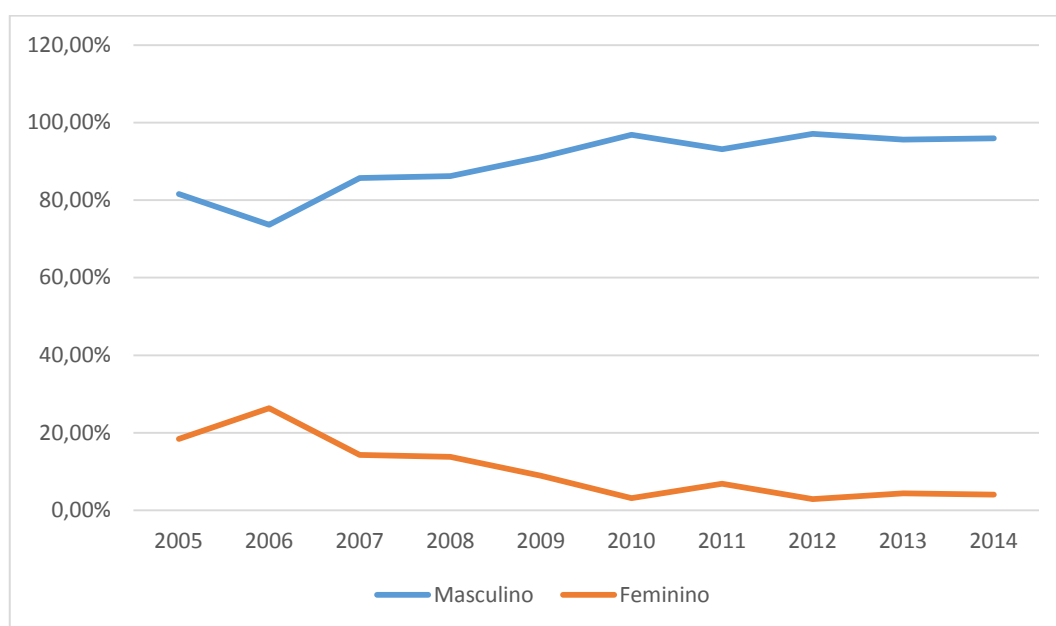
**Gráfico n.º 5:** Representação por Sexo



Sexo dos arguidos dos crimes de prática/presença ilícita. (Fonte: DGPI (2015))

Quando se efetua uma comparação da evolução ao longo dos anos sobre os quais existem dados estatísticos, constata-se que existe uma tendência constante para que o jogador seja cada vez mais uma pessoa do sexo masculino, com o correspondente decréscimo das mulheres que são detetadas a praticar jogos de fortuna ou azar de forma ilícita (gráfico n.º 6).

**Gráfico n.º 6:** Evolução por Sexo do Jogador



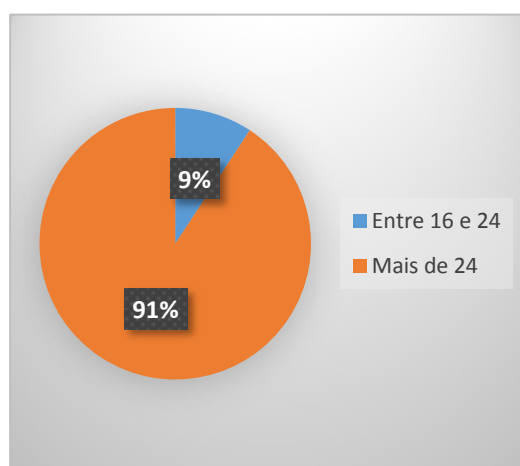
Evolução em termos percentuais do sexo do jogador dos jogos de fortuna ou azar ilícitos.  
(Fonte: DGPI (2015))

Estes dados estatísticos, não são coincidentes com os dados provenientes dos estudos já aqui mencionados, em que a tendência seria exatamente a oposta. Os motivos pelos quais isto ocorre, pode ser devido ao tipo de jogos que estamos a tratar, dado que os processos crimes supra referidos são relativos a jogo *offline* e não ao jogo *online*, o qual só teve a sua devida regulamentação a muito pouco tempo, conforme o que já foi referido. Desta forma, as conclusões dos estudos e os dados estatísticos acabam por ser concordantes.

Relativamente às idades dos jogadores verifica-se que estes são mais jovens que os indivíduos exploradores do jogo, pois passamos de uma percentagem de 3% (idade dos exploradores conforme gráfico n.º 4) para 9% dos jogadores com idades compreendidas entre 16 e 24 anos (gráfico n.º 7). Desta

forma, a percentagem de jogadores acima dos 24 anos é de 91%, a qual apesar de ser inferior à dos exploradores na mesma faixa etária, deixa da mesma forma a questão da relevância dos próprios dados, os quais devem ser ajustados a idades que podem ter uma maior relevância na caracterização do próprio jogador e das suas dependências do jogo.

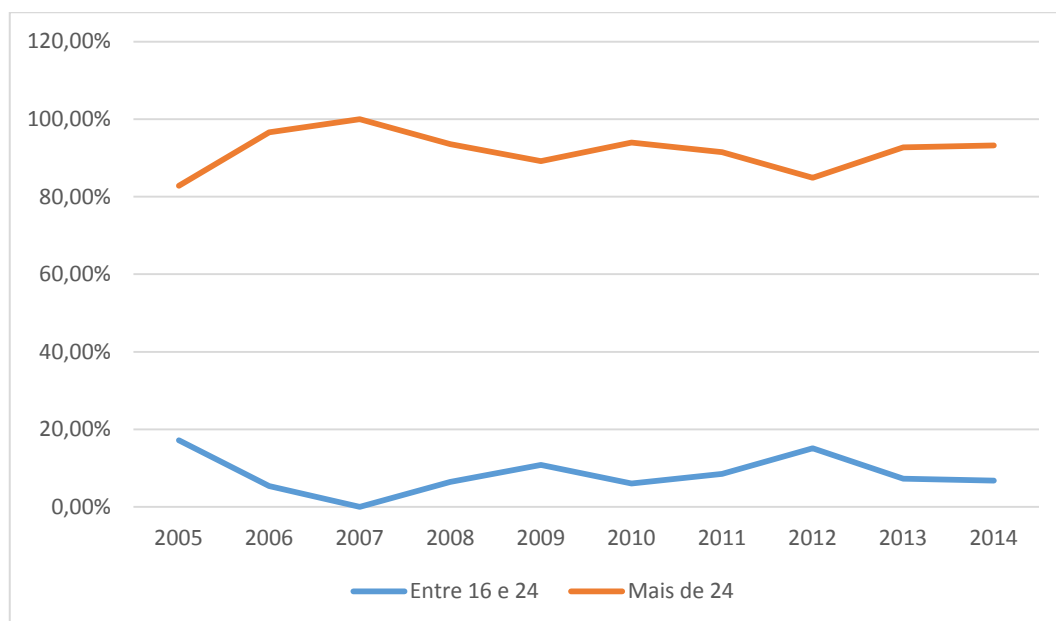
**Gráfico n.º 7: Representação das Idades**



Idade dos arguidos dos crimes de prática/presença ilícita. (Fonte: DGPJ (2015))

Ao proceder à comparação ao longo dos anos com os dados estatísticos disponíveis, não se consegue claramente retirar uma ilação sobre os mesmos porque não se verificar uma tendência relativamente à forma como a idade do jogador tem evoluído. Isto pode dever-se aos intervalos etários considerados, que não possibilitam uma comparação eficaz dos elementos, à semelhança do que já sucedeu anteriormente.

**Gráfico n.º 8: Evolução por Idade do Jogador**



Evolução em termos percentuais da idade do jogador dos jogos de fortuna ou azar ilícitos.  
(Fonte: DGPI (2015))

## 6. O JOGO A NÍVEL INTERNACIONAL:

As novas exigências que os jogos de fortuna ou azar representam nos dias de hoje, acarretam a nível internacional o assumir de uma posição mais consensual entre os vários Estados. Isto porque ao considerarmos o jogo *online* como um fenómeno que não conhece fronteiras, leva a que exista um acordo e uma posição unânime entre estes.

Não é igualmente possível desconsiderar o grau de organização das sociedades exploradoras deste tipo de jogos, especialmente as de carácter ilícito, na sua constante inovação e desenvolvimento. É ainda um fator preponderante a maior proximidade e facilidade na prática deste tipo de jogos, o que pode acarretar outro tipo de consequências.

Por estes motivos, o denominado jogo responsável, inclusivamente no âmbito da União Europeia se tornou um elemento de estudo e preocupação, em que se destaca o combate contra o branqueamento de capitais, a proteção dos consumidores, dos menores e dos mais vulneráveis.<sup>215</sup>

Atravessamos assim um momento de grandes transformações, como é exemplo disso a situação nacional, com diversa legislação a ser produzida com as devidas consequências desta.

### 6.1. UNIÃO EUROPEIA:

A nível internacional é de destacar a posição assumida pela União Europeia que ao longo dos últimos anos tem vindo a promover estudos sobre os efeitos económicos e não económicos transfronteiriços do jogo, em especial do jogo *online*. Este fenómeno tem sido objeto de diversa jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), em que as atividades de jogos são classificadas como uma atividade económica, onde se destaca o acórdão “Schindler” de 24 de março de 1994, o qual considera que as lotarias são uma atividade económica por se configurarem como uma prestação de serviços renumerada. Dado que existe o fornecimento de uma determinada prestação mediante o pagamento de uma renumeração e a esperança de obter uma vantagem pecuniária.<sup>216</sup>

---

<sup>215</sup> Livro verde da Comissão Europeia sobre o jogo em linha no mercado interno disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52011DC0128>

<sup>216</sup> MORAIS, Luís Silva – *O regime do jogo e o Direito Económico Comunitário*, p. 591-599



Ao se considerar o art. 56º do Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFUE), que proíbe as restrições à liberdade de prestação de serviços a destinatários situados em outros Estados-membros, a oferta de jogo *online* a dinheiro, representava a nível transfronteiriço uma destas prestações de serviços, pelo que estas não poderiam ser restringidas por legislação nacional.

No entanto, esta liberdade de prestação de serviços pode de forma excecional sofrer algumas restrições, conforme o previsto nos artigos 51º (atividades que mesmo ocasionalmente estejam ligadas ao exercício da autoridade pública) e 52º (a aplicação de disposições legislativas, regulamentares e administrativas, que prevejam um regime especial para os estrangeiros e tenham justificação por razões de ordem pública, segurança pública e saúde pública) do TFUE<sup>217</sup> ou por estar de acordo com jurisprudência do Tribunal tendo em conta motivações de interesse premente. Entre estas restrições é de destacar, face ao tema em análise, a proteção dos consumidores, a prevenção da fraude e do incitamento a despesas avultadas relacionadas com o jogo, além da preservação da ordem pública. Em que a motivação relacionada com os problemas sociais justifica alguma discricionariedade por parte das autoridades nacionais. Neste sentido, temos o acórdão n.º C-67/98 do TJUE que analisa a compatibilidade das disposições relativas à livre prestação de serviços com as disposições de uma legislação nacional que proíbe, salvo exceções, a receção de apostas e a reserva a determinados organismos da autorização que confere o direito de as organizar. No caso em questão, o governo italiano no seu Código Penal ao considerar que a organização de jogos de azar está reservada ao Estado ou a empresas concessionadas, configura como crime a sua organização por entidade não autorizada, restringindo esta atividade a outras empresas. Mas ao visar a proteção dos consumidores e da ordem social, esta restrição deve ser adequada a promover a realização dos fins pretendidos na medida do que seja necessário, ou seja, não pode existir uma restrição desproporcionada. No caso que dá origem ao acórdão acima identificado, há uma alegação segundo a qual a falta de autorização de exploração de apostas por outras entidades, não visa a proteção dos consumidores, dado que é possível a exploração de máquinas de jogo e realização de apostas sobre determinadas condições. No entanto, isto não implica que a legislação italiana não protegia os consumidores, porque o Estado ao ter um controle do jogo

---

<sup>217</sup> Tratado de funcionamento da União Europeia disponível em <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/Lisboa/tratados-TUE-TFUE-V-Lisboa.html>

através das autorizações que são concedidas, garante a existência de um sistema que evita situações de exploração do jogo com fins fraudulentos e criminais.<sup>218</sup> Contudo ao existir a possibilidade de restringir a liberdade de prestação de serviços, o Estado não pode simultaneamente incentivar internamente a prática de jogos de lotaria ou jogos de fortuna ou azar, porque a limitação imposta tem que encontrar correspondência na vontade de reduzir o jogo em si e a sua propagação. O que se deve igualmente refletir na questão das receitas provenientes dos jogos de azar, as quais no contexto do financiamento de atividades sociais, devem se constituir como uma questão acessória e não principal.<sup>219,220</sup>

Então os critérios para avaliar se os fatores restritivos são válidos para a restrição da livre prestação de serviços, nomeadamente através de um sistema de monopólio relativamente aos jogos de azar, são baseados em dois princípios fundamentais:

- Adequação – As medidas adotadas devem ser funcionalmente adequadas a atingir os fins visados;
- Proporcionalidade – As medidas restritivas não podem ir além do necessário.<sup>221</sup>

Assim, após a Resolução do Parlamento Europeu adotada em 10 de março de 2009, a Comissão em conjunto com os governos nacionais promoveu um estudo sobre o jogo *online* no mercado interno, que veio dar origem ao livro verde da Comissão Europeia de 24 de março de 2011.

Segundo este relatório o valor das receitas brutas provenientes de jogos no ano de 2008 foram aproximadamente de 75,9 milhões de euros. Mas em que o mercado do jogo *online* representava um valor percentual de 7,5% que se previa que viesse a duplicar no espaço de cinco anos.

Ao proceder ao licenciamento do jogo *online*, o conceito de estabelecimento utilizado seria o previsto no art. 49º do TFUE, em que são

---

<sup>218</sup> Acórdão n.º C-67/98 do Tribunal de Justiça disponível em [http://curia.europa.eu/juris/document/document\\_print.jsf?jsessionid=9ea7d0f130deb7a9e2e64d0e43cf944fd0c19efe0522.e34KaxiLc3eQc40LaxqMbN4ObxuQe0?doclang=PT&text=&pageIndex=0&docid=44791&cid=292425](http://curia.europa.eu/juris/document/document_print.jsf?jsessionid=9ea7d0f130deb7a9e2e64d0e43cf944fd0c19efe0522.e34KaxiLc3eQc40LaxqMbN4ObxuQe0?doclang=PT&text=&pageIndex=0&docid=44791&cid=292425)

<sup>219</sup> Livro verde da Comissão Europeia sobre o jogo em linha no mercado interno disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52011DC0128>

<sup>220</sup> Acórdão n.º C-67/98 do Tribunal de Justiça disponível em [http://curia.europa.eu/juris/document/document\\_print.jsf?jsessionid=9ea7d0f130deb7a9e2e64d0e43cf944fd0c19efe0522.e34KaxiLc3eQc40LaxqMbN4ObxuQe0?doclang=PT&text=&pageIndex=0&docid=44791&cid=292425](http://curia.europa.eu/juris/document/document_print.jsf?jsessionid=9ea7d0f130deb7a9e2e64d0e43cf944fd0c19efe0522.e34KaxiLc3eQc40LaxqMbN4ObxuQe0?doclang=PT&text=&pageIndex=0&docid=44791&cid=292425)

<sup>221</sup> MORAIS, Luís Silva – **O regime do jogo e o Direito Económico Comunitário**, p. 600-604

proibidas as restrições à liberdade de estabelecimento dos nacionais de um Estado-Membro no território de outro Estado-Membro, pelo que a sociedade exploradora do jogo *online* estaria estabelecida no local onde presta a sua atividade, a qual pode ser considerada em alguns casos, dada a dificuldade de localização da mesma, como o centro de atividades da prestação dos serviços.<sup>222,223</sup>

Relativamente aos jogadores e à sua proteção, um dos fatores a ter em linha de atenção seria a verificação das suas identidades, o que se torna difícil quando consideramos que no âmbito do jogo *online* o jogador e o prestador de serviços podem se encontrar em diferentes Estados-Membros. Esta identificação pode se processar de diversos modos como a utilização de anteriores identificações já realizadas, tendo em conta que muitas vezes é necessário que o cliente tenha uma conta bancária, e ainda por controlos efetuados através da apresentação de documentos e por serviços de verificação relativamente à proteção de dados.<sup>224</sup>

Em Portugal no Decreto-Lei n.º 66/2015, de 29 de abril, a solução adotada relativamente à identificação dos jogadores foi a prevista no art. 5º, onde consta o registo do jogador, segundo o qual devem ser prestadas todas as informações que permitam a identificação do mesmo, assim como informação para a realização de transações entre o jogador e o explorador dos jogos. O registo obedece aos critérios estabelecidos nos termos do art. 37º do mesmo diploma legal, em que tem que constar o nome completo do jogador, a data de nascimento, a nacionalidade, a profissão, a morada de residência, o número de identificação civil ou do passaporte, o número de identificação fiscal, o endereço de correio eletrónico e os elementos identificadores da conta de pagamento, em que o jogador deve ser o titular da conta de pagamento. A verificação destes elementos pode ser efetuada mediante consulta às bases de dados de entidade pública, através de ligação à entidade de controlo, inspeção e regulação ou diretamente no respetivo *site* na internet, através do cartão do cidadão ou da chave móvel digital. Caso isto não seja possível, esta pode ser realizada por cópia de documento comprovativo da respetiva identidade, com fotografia e data de nascimento.

---

<sup>222</sup> Livro verde da Comissão Europeia sobre o jogo em linha no mercado interno disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52011DC0128>

<sup>223</sup> Tratado de funcionamento da União Europeia disponível em <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/Lisboa/tratados-TUE-TFUE-V-Lisboa.html>

<sup>224</sup> Livro verde da Comissão Europeia sobre o jogo em linha no mercado interno disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52011DC0128>

Esta identificação do jogador assume especial relevância, na defesa dos consumidores, se considerarmos o que já aqui foi tratado anteriormente como a relação de dependência que alguns jogadores apresentam quanto aos jogos de fortuna ou azar. Entre os fatores apontados como atinentes ao jogo compulsivo consta a frequência da prática do jogo, o prazo de pagamento dos dividendos, a acessibilidade e ambiente social, a tentativa de recuperação de dívidas ou a ideia de que está próximo de obter um prémio, a percepção de capacidades para “dominar” o jogo e as comunicações comerciais suscetíveis de afetar grupos vulneráveis.<sup>225</sup>

Em 22 de maio de 2013, o Comité Económico e Social Europeu emitiu um parecer, sobre o livro verde da Comissão Europeia, onde aquele afirma que não concorda com o facto de a Comissão Europeia não assumir a luta contra o jogo ilícito como uma prioridade, dado ser este o maior perigo para a proteção do consumidor. Indica ainda a potencial perda de postos de trabalho no campo do jogo presencial ao existir uma generalização dos jogos *online*, bem como alerta para o carácter social atribuído aos valores fiscais que incrementam as receitas dos Estados. Assim, o modelo europeu para o jogo deverá ser sempre o de um divertimento equilibrado. Relativamente à existência dos jogos de azar *online* sem licença, as medidas existentes à data não eram capazes de reprimir a sua existência. Propõe assim que deveria existir legislação a nível nacional com a identificação dos operadores autorizados e ilegais. Em que estes últimos devem constar de uma “lista negra”, com o consequente bloqueio e remoção do referido *site*, bem como o bloqueio de fluxos financeiros para este e a proibição de comunicações comerciais e de publicidade dos jogos ilegais.<sup>226</sup>

Já em julho de 2014, a Comissão Europeia adotou uma Recomendação na qual consta um conjunto de princípios que visam a proteção dos consumidores e utilizadores do jogo *online* e a prevenção do acesso dos menores aos jogos de azar. Esta recomendação surge na sequência de um aumento crescente do jogo *online*, o qual atingiu receitas de 10,54 mil milhões de euros na União Europeia no ano de 2012, correspondendo a cerca de 12% do mercado do jogo, mas em que as expetativas para o ano de 2015 eram de as receitas serem da ordem dos 13

---

<sup>225</sup> Livro verde da Comissão Europeia sobre o jogo em linha no mercado interno disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52011DC0128>

<sup>226</sup> Parecer do Comité Económico e Social Europeu disponível em [https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=https%3A%2F%2Fwebapi.eesc.europa.eu%2Fdocumentsanonymous%2Fces2514-2012\\_00\\_00\\_tra\\_ac\\_pt.doc&ei=6pOIVZ\\_iE8L6UtzWgKgD&usq=AFQjCNEWBU72NskrkQoxl32eqUdeMYdGbQ](https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=https%3A%2F%2Fwebapi.eesc.europa.eu%2Fdocumentsanonymous%2Fces2514-2012_00_00_tra_ac_pt.doc&ei=6pOIVZ_iE8L6UtzWgKgD&usq=AFQjCNEWBU72NskrkQoxl32eqUdeMYdGbQ)

bilhões de euros.<sup>227</sup> Através desta Recomendação, existe a indicação que existem alguns princípios que deveriam ser adotados pelos Estados-Membros relativamente à regulamentação da matéria de jogo, dos quais se destacam:<sup>228</sup>

- A prestação de um certo número de informações para garantir que os consumidores tem conhecimento relativamente aos riscos associados ao jogo;
- Os menores não tenham acesso aos jogos de azar *online*, sendo reduzido o seu contato com este por qualquer forma, quer seja através da publicidade ou pela promoção de serviços de jogo;
- Existência de um processo de registo para abrir uma conta de jogador;
- Serviço de apoio permanente ao jogador para que este possa pedir ajuda relativamente ao seu comportamento face ao jogo.
- O jogador deve ter à sua disposição mecanismos que lhe permitam estabelecer limites relativamente aos gastos efetuados, de proceder a pausas e ter a possibilidade de se autoexcluírem de *sites* de jogo.

Pelo que aqui foi descrito, se verifica a preocupação da União Europeia relativamente ao jogo *online*, o que se compreende dado o seu carácter transnacional e pela inexistência de uma harmonização da legislação existente nos diversos Estados-Membros, o que invariavelmente vai obrigar a que nos próximos anos exista um esforço acrescido de todos para uma aproximação das diversas normas legais.

## 6.2. ESTADO DO ILLINOIS (EUA):

As normas legais que regulam os jogos de fortuna ou azar nos Estados Unidos da América são como a sua restante legislação, variável conforme o Estado em que nos encontramos. Dada a dimensão do país em si, o que tornava impraticável o estudo de toda a legislação a nível nacional, foi feita a opção de analisar apenas um Estado mais concretamente o de Illinois, por apresentar

---

<sup>227</sup> Informações sobre crescimento do jogo *online* no âmbito da União Europeia disponível em [http://ec.europa.eu/growth/sectors/gambling/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/growth/sectors/gambling/index_en.htm)

<sup>228</sup> Recomendação da Comissão Europeia disponível em [http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fec.europa.eu%2Finternal\\_market%2Fgambling%2Fdocs%2Finitiatives%2F140714-commission-recommendation-on-online-gambling\\_pt.pdf&ei=mDuMVYXEE9GM7Abv1Ya4BQ&usq=AFQjCNG - AoHDOOtyBS5nAjz8tWXGGo9pA&bvm=bv.96782255,d.ZGU](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fec.europa.eu%2Finternal_market%2Fgambling%2Fdocs%2Finitiatives%2F140714-commission-recommendation-on-online-gambling_pt.pdf&ei=mDuMVYXEE9GM7Abv1Ya4BQ&usq=AFQjCNG - AoHDOOtyBS5nAjz8tWXGGo9pA&bvm=bv.96782255,d.ZGU)

algumas semelhanças com situações já descritas relativamente ao jogo em Portugal.

O jogo, Estado de Illinois, tem já uma longa história, a qual passa pelos barcos que circulam no rio com jogos de fortuna ou azar, as pistas de corridas de cavalos e mais recentemente a venda de bilhetes de lotaria na internet.<sup>229</sup> No caso em apreço, vai ser realizada em especial uma análise do “*Illinois Video Gaming Act*” de 13 de julho de 2009, o qual pode ser mobilizado, ou não, conforme a decisão de cada município. Neste diploma, relativamente às máquinas de vídeo, estas podem existir em estabelecimentos comerciais devidamente licenciados como bares, restaurantes, pontos de paragem de camiões e algumas organizações de veteranos. Para que o estabelecimento obtenha a referida licença de jogo, este tem que estar devidamente licenciado para a atividade em concreto que exerce, e entre outros elementos, submeter o pedido à Comissão de Jogos do Illinois que o vai analisar. Não será possível obter o referido licenciamento se o estabelecimento se localizar a uma distância inferior à estabelecida na lei relativamente às seguintes situações, uma pista de corrida de cavalos, uma doca de rio onde exista um barco de rio licenciado para jogo, de uma escola ou igreja.<sup>230</sup>

As máquinas de vídeo estão sujeitas ao pagamento de uma taxa no ato de inscrição e de taxas anuais que são pagas à Comissão. Elas podem desenvolver jogos de fortuna ou azar como jogos de vídeo póquer, vídeo blackjack e jogos de rolos.<sup>231</sup> Em cada estabelecimento podem existir até cinco terminais de jogo, os quais não podem estar localizados em áreas acessíveis a menores de 21 anos, sendo igualmente o controlo a essa zona efetuado por um empregado com idade superior a 21 anos. As máquinas só podem ser utilizadas no mesmo período horário em que se encontra autorizado o consumo de bebidas alcoólicas. A posse, manutenção ou colocação de terminais de máquinas de vídeo por pessoa que não possua a devida licença faz com que este incorra numa violação de classe 4, o que corresponderá a uma pena de 1 a 3 de prisão.<sup>232,233</sup>

---

<sup>229</sup> Leis de jogo do Illinois disponível em <http://www.gamblingonline.com/laws/illinois/>

<sup>230</sup> Comissão de Jogos do Illinois disponível em <http://www.igb.illinois.gov/VideoFAQ.aspx>

<sup>231</sup> BOGOT, William - *New Shades of “Gray Area” Gaming in Illinois: Internet Cafes and Coupon Machines Coming to Towns that Opted Out of the Video Gaming Act*, p. 140

<sup>232</sup> Video Gaming Act disponível em <http://ilga.gov/legislation/ilcs/ilcs4.asp?DocName=023000400HArt%2E+5&ActID=3095&ChapterID=25&SeqStart=100000&SeqEnd=1950000>

<sup>233</sup> Class 4 felony disponível em <http://www.ask.com/government-politics/illinois-class-4-felony-f5e27b4b327aa370>

Desta forma em 2009, pela legislação acima identificada, foi legalizado o jogo em milhares de estabelecimentos do Estado do Illinois, apesar de estas máquinas serem consideradas por muitos como uma das que causam mais adição aos jogadores e se relacionarem com o crime organizado.<sup>234</sup> No início de 2014 existiam 13 mil máquinas licenciadas com base neste ato, no entanto, dada a possibilidade de os municípios poderem não autorizar a presença destas máquinas, conforme o que já foi referido, foi provocado um acréscimo de máquinas que se designam como pertencentes a uma área cinzenta. As máquinas que se encontram na alegada “zona cinzenta” são as que apesar de a sua aparência não ser a de uma máquina de jogo na aceção do *Video Gaming Act*, desenvolvem jogos de fortuna. Algumas destas máquinas são designadas como Quiosques de *Internet*, em que os clientes efetuam pré-pagamentos a que vão corresponder números, aos quais podem ser atribuídos prémios pecuniários, enquanto noutro tipo de equipamento, nas designadas máquinas de cupões, em que os clientes adquirem cupões que podem usar na compra de artigos pela internet nas lojas filiadas, recebem créditos para praticar jogos de rolos, em que caso tenham sorte recebem um prémio em dinheiro. Os artigos disponibilizados nestes equipamentos são produtos quase descontinuados ou que não possuem grande valor de mercado, bem como tempos de comunicação de telefone ou de acesso à internet.<sup>235</sup>

É de notar, aqui algumas semelhanças com o caso português, uma vez que temos equipamentos eletrónicos presentes em estabelecimentos comerciais, em que estes ostentam uma “capa” de legalidade que não corresponde ao que é de facto por eles desenvolvido, onde existe apenas o intuito de dissimulação e ocultação das autoridades dos fins a que estes se destinam.

Relativamente aos quiosques de internet descritos, apesar de estes não serem de forma clara uma máquina de jogo, ao atribuírem números para um sorteio de prémios em dinheiro, consoante a aquisição de tempo extra de acesso à internet, eles se enquadram no conceito de equipamento de jogo, conforme diversas decisões dos tribunais americanos. Foi considerado que o incremento de tempo de acesso à internet, não se destina a este fim, mas apenas a receber números extras para o sorteio, o que acontece indefinidamente. Foi alegado pelos proprietários das máquinas, que não existiria o fator sorte nestes sorteios porque o

---

<sup>234</sup> WARNICK, E. Tanner – *The Video Gaming Act: Gambling with Illinois’ future*, p. 776-782

<sup>235</sup> BOGOT, William - *New Shades of “Gray Area” Gaming in Illinois: Internet Cafes and Coupon Machines Coming to Towns that Opted Out of the Video Gaming Act*, p. 141

resultado era pré-determinado pelos proprietários ainda antes da “aquisição” dos números. No entanto, o tribunal vem reiterar a posição já antes assumida, porque o elemento sorte do jogo é determinado do ponto de vista do jogador e não pela perspectiva do explorador da máquina. Face ao que aqui foi descrito, as máquinas designadas como quiosques de internet são máquinas de jogo.<sup>236</sup>

O outro tipo de equipamento já aqui referido e que se enquadra numa zona cinzenta das máquinas de vídeo que desenvolvem jogos de fortuna ou azar é as máquinas de cupões. No entanto, a jurisprudência norte-americana vai na sua grande maioria no sentido de que estas são igualmente máquinas de jogo, as quais só podem existir em estabelecimentos que possuam o devido licenciamento. Uma das alegações por parte dos proprietários deste tipo de equipamentos era que os números para sorteio não eram o elemento fundamental na venda dos cupões, dado que existia a venda de outros artigos, comparando inclusivamente esta situação com as ofertas que existem em cadeias de *fast food*, onde ao se adquirir uma refeição poderá existir a atribuição de um determinado prémio. No entanto, o tribunal considera que nesta última situação o prémio surge como algo completamente acessório, dado que a finalidade primordial é a venda de refeições. Ao contrário do que sucede na máquina de cupões em que o objetivo é obter números para sorteios e acessos a jogos de rolos e de vídeo-póquer, dado que na maior parte das vezes não há um recebimento dos bens adquiridos, pois os cupões são abandonados perto das máquinas, sem que este exista.<sup>237</sup>

Pelo que aqui foi descrito, estamos na presença de uma situação que tem sempre os prós e contras. Pois ao considerarmos que legalizar a existência de máquinas em estabelecimentos comerciais pode conduzir a uma desproteção do jogador, dada a maior possibilidade de praticar jogos de fortuna ou azar, assim como a possibilidade de muitas destas máquinas poderem estar sob a alçada de organizações criminosas. Por outro lado, ao proibir a existência destas máquinas, isso pode dar origem ao aparecimento de máquinas que se situam numa “zona cinzenta”, as quais tentam apresentar uma legalidade no seu funcionamento que de facto não possuem.

---

<sup>236</sup> BOGOT, William - New Shades of “Gray Area” Gaming in Illinois: Internet Cafes and Coupon Machines Coming to Towns that Opted Out of the Video Gaming Act, p. 147-148

<sup>237</sup> BOGOT, William - New Shades of “Gray Area” Gaming in Illinois: Internet Cafes and Coupon Machines Coming to Towns that Opted Out of the Video Gaming Act, p. 148-149



## 7. OUTRAS PERSPETIVAS:

Recentemente ocorreram alterações quanto à forma como os jogos de fortuna ou azar são percecionados e enquadrados no panorama jurídico nacional, designadamente através do Decreto-lei n.º 66/2015 de 29 de abril, com a aprovação do regime jurídico dos jogos e apostas online. No entanto, apesar de ter vindo a ser defendido por alguns que estes jogos deviam ser liberalizados, por diversos motivos como a arrecadação de mais impostos, mas principalmente por defenderem que o controle sobre a exploração e prática destes jogos colide com a liberdade individual de cada um dos cidadãos, o sistema pré-existente se manteve inalterado nos agora designados jogos de fortuna ou azar com base territorial.

Esta descriminalização teria como base a ideia que esta conduta apenas se constituía como um crime numa ótica meramente moralista, pois o jogo seria um “pecado”, apesar de este conceito de pecado ser usualmente mais utilizado no que concerne a crimes relativos a práticas sexuais entre adultos. Ao considerarmos que o conceito de crime no âmbito da criminologia apresenta sempre duas vertentes, a jurídica e a sociológica, em que a primeira não se restringe à mera previsão legal, mas antes ao conceito material de crime, enquanto na segunda, esta se concretiza mais como um problema jurídico que de lei, então a conduta que interessa a nível criminológico será suscetível de se constituir como um problema de política criminal.<sup>238</sup>

Ao tratarmos da questão dos jogos de fortuna ou azar, quanto à sua criminalização ou descriminalização, não podemos deixar de relevar além da própria previsão legal que já aqui foi escrutinada, as consequências advenientes do próprio jogo, as quais não podem deixar de ter a sua influência nas disposições legais vigentes. Pois só através do conhecimento de todo o fenómeno dos jogos de fortuna ou azar e dos efeitos da política criminal determinada para este, é que se poderá chegar ao cerne do problema que aqui se discute.<sup>239</sup> Coloca-se então a questão se as vertentes jurídicas e sociológicas relativamente ao crime são coincidentes ou não, o que releva para efeitos de criminalização ou descriminalização da referida conduta.<sup>240</sup>

---

<sup>238</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo e ANDRADE, Manuel da Costa – **Criminologia - O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena**, p. 429, 84-87

<sup>239</sup> CUSSON, Maurice – **Criminologia**, p. 26-27

<sup>240</sup> DIAS, Jorge de Figueiredo e ANDRADE, Manuel da Costa – **Criminologia - O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena**, p. 429, 87-90

Desta forma, quando consideramos os vários intervenientes em todo este processo, forçosamente tem que se incluir o explorador do estabelecimento comercial onde o equipamento eletrónico que desenvolve jogos de fortuna ou azar se encontra instalado, os intermediários e distribuidores destes equipamentos, o real proprietário, o jogador e as famílias destes.

Quanto aos intermediários, distribuidores e proprietários dos equipamentos eletrónicos, face ao que já foi anteriormente descrito, estes têm pleno conhecimento que cometem um ilícito de natureza criminal, assim como igualmente ocorre na maioria dos exploradores dos estabelecimentos comerciais. Isto porque estes ao autorizarem à colocação dos equipamentos nos seus estabelecimentos, não podem deixar de responsabilizados quanto às suas decisões de explorarem equipamentos ilícitos. Causará igualmente alguma estranheza uma possível alegação de desconhecimento da proibição vigente, quando ela sempre existiu no ordenamento nacional, como aqui já foi referido

Ao colocar-se a questão relativamente ao jogador, o qual constitui-se como um elemento central destes ilícitos, uma vez que não pode existir jogo ilegal se não existir quem o pratique. O jogador por vezes pode ter a perceção que controla o seu destino através do jogo, ou seja, ele considera que consegue de certa forma criar a sua própria sorte. Esta é, conforme a tipificação dos jogos de fortuna ou azar na LJ, a característica dominante destes. Mas como podemos definir o que é a sorte? Não será ela um conceito quase abstrato e subjetivo?

A sorte tem sido objeto de estudo, existindo por isso diversas definições que a procuram caracterizar, a qual varia conforme o autor ou o contexto em que ela se insere. Ao considerarmos o conceito de sorte, segundo Ronald Dworkin, inserida nas teorias igualitaristas, esta pode dividir-se em duas vertentes a “*option luck*” ou sorte decorrente de escolhas e a “*brute luck*” ou sorte bruta.<sup>241</sup> Na “*option luck*” o indivíduo procede a escolhas, em que estas representam um risco, pelo que poderia ter sido previsto e evitado. Quanto à “*brute luck*” ela já será inerente ao indivíduo, não podendo este evitar a sua existência, em que o autor dá como exemplo a possibilidade de ser atingido por um meteorito. A forma como estas duas sortes podem afetar mais ou menos as pessoas, varia conforme o que se pode designar como uma escala, em que os indivíduos que gostem de correr mais riscos estarão mais sujeitos a ter variações na sorte. Por exemplo, no caso da

---

<sup>241</sup> BAPTISTA, António – A Crítica de Cohen a Dworkin, p. 87

prática dos jogos de fortuna ou azar, se o jogador aposta e ganha a sua “*option luck*” será positiva, caso ele perca ela será então negativa. Em que a possibilidade de perder faz parte do risco que o jogador aceita logo à partida, tendo por isso de aceitar as consequências que daí advém. Por esta aceitação dos riscos pelos jogadores não seria aceitável a proibição dos jogos no seu todo, o que de facto não sucede em Portugal, dado que é possível jogar desde que isso suceda nos locais autorizados.<sup>242</sup>

Assim, para Dworkin, aliado ao conceito de sorte, mais concretamente à “*option luck*”, temos sempre a responsabilidade inerente às escolhas que fazemos, o que produzirá sempre um resultado justo. No entanto, no âmbito ainda das teorias igualitaristas, outro autor, G.A. Cohen, apesar de concordar com Dworkin quanto à ideia de responsabilidade, esta não se apresenta da mesma forma como é defendida por este. Pois considera que o indivíduo ao proceder a algumas escolhas, incorrendo para isso em determinados riscos, por estas fazerem parte da sua essência e personalidade, estão afastadas da sua liberdade de escolha, logo não podendo haver lugar à responsabilização do mesmo. Para Cohen não pode existir uma separação entre as capacidades físicas e mentais e as preferências e gostos pessoais, dado que a formação destes não dependerá em exclusivo das escolhas efetuadas. Pois as preferências não dependem inteiramente das suas escolhas, o que irá influir na sua sorte opcional, assim como a sorte bruta pode variar igualmente pelas escolhas que são feitas, como por exemplo a possibilidade de afastar a existência de uma doença no futuro, através da tomada de medidas de precaução como a alimentação ou preparação física. Cohen altera então o proposto por Dworkin, por considerar que o critério para uma responsabilização do agente, terá que ser a distinção entre uma má escolha genuína e a sorte bruta.<sup>243</sup>

Segundo Lippert-Rasmussen, a sorte pode dividir-se em quatro categorias:<sup>244</sup>

- Sorte resultante – em que os resultados das nossas ações dependem da sorte;
- Sorte circunstancial – a introdução da sorte nas circunstâncias em que se está a atuar;

---

<sup>242</sup> DWORKIN, Ronald – *Sovereign Virtue – The Theory and Practice of Equality*, p. 73-83

<sup>243</sup> BAPTISTA, António – *A Crítica de Cohen a Dworkin*, p. 89-92

<sup>244</sup> LIPPERT-RASMUSSEN, Kasper – *Justice and Bad Luck*. Disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/justicw-bad-luck>

- Sorte constitutiva – a sorte afeta o tipo de pessoa que se é;
- Sorte determinada por antecedentes – a sorte está presente na forma como as circunstâncias antecedentes vão influenciar as ações que tomamos.

Contudo, para a justiça apenas é relevante, a sorte que afeta os interesses pessoais. Já segundo, John Rawls a sorte relaciona-se com os indivíduos a partir do momento em que nascem, fazendo um paralelismo com a lotaria, pois depende da lotaria social, conforme as circunstâncias políticas, sociais e económicas do local onde isso sucede, assim como depende da lotaria natural, em que temos as potencialidades biológicas com que cada um nasce. Em que o que somos, a combinação das referidas lotarias social e natural, conforme as lotarias ordinárias, depende da nossa má fortuna ou sorte.<sup>245</sup>

Após estas breves considerações sobre a sorte, que é perspectivada de formas variadas por diversos autores, pela forma como influencia a vida de cada um, destaco a questão da responsabilidade suscitada por Dworkin. Pois ao considerarmos a situação aqui em estudo, relativamente aos jogos de fortuna ou azar, não se pode deixar de referir a sorte opcional que o jogador escolhe quando vai jogar, a qual não depende de uma circunstância pré-determinada, mas sim das escolhas pessoais de cada um, tendo por esse motivo o jogador que assumir a responsabilidade sobre as opções escolhidas.

No entanto, alguns estudos indicam que por vezes o jogador pode entrar num processo espiral de falta de autocontrolo, o que pode ocorrer ainda de forma mais acentuada em situações de jogo ilícito. Gottfredson and Hirschi indicam que as diferenças encontradas entre indivíduos que cometem alguns atos criminosos, podem estar relacionadas com um baixo autocontrolo que estes possuem, em que o autocontrolo será a tendência para buscar satisfação imediata, negligenciando as consequências a longo prazo.<sup>246</sup>

A falta de autocontrolo pode acentuar-se conforme o descrito nas teorias da espiral do crime, nos casos dos jogadores em casinos ilegais, exponenciado pelo ambiente deste, o qual não se integra no quotidiano comum, apresenta regras próprias, bem como outras motivações e identidades para o jogador. Por esta forma, a adrenalina e a excitação são um fator primordial, mais do que a

---

<sup>245</sup> LIPPERT-RASMUSSEN, Kasper – **Justice and Bad Luck**. Disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/justicw-bad-luck>

<sup>246</sup> GUNTER, Whitney D. e BAKKEN, Nicholas W. – **The Many Measurements of Self-control: How re-operationalized self-control compares**, p. 309-311

possibilidade de ganhar algum dinheiro, para atrair o jogador para o casino. Sendo o dinheiro que ele possa ganhar, um meio para aferir da sua autoestima, pois as vitórias que ele possa obter irão validar a sua atividade, dado que o dinheiro está usualmente associado a fatores sociais, como o status e o reconhecimento. O jogador ao frequentar um local que sabe que é proibido, pode fazer com que os níveis de excitação aumentem e dar a este a sensação de que é um homem com mais capacidades do que as que realmente possui. Posteriormente o jogador passa de uma situação de “Eu posso” para o “Eu tenho”, ou seja, passamos de uma opção para uma necessidade. Esta premência sentida pelo jogador, vai fazer com que este experiencie outras sensações como por exemplo a denominada “visão em túnel”, em que ele não consegue vislumbrar outro caminho para recuperar dos valores pecuniários perdidos, que não seja continuar a jogar, assim como um afastamento da vida real, em que toda a sua atividade diária se centra nele mesmo, deixando de lado outras obrigações que possa ter, tanto a nível familiar como profissional.<sup>247</sup>

Pelo que aqui foi referido, pode-se perceber que o jogador, merece de facto um maior acompanhamento, pois ele apesar de constituir um dos vértices nos crimes relacionados com os jogos de fortuna ou azar, será o ela mais fraco, mas não isento de responsabilidades. Mas em que este acompanhamento, não pode passar apenas por uma vertente criminal ou mesmo contraordenacional, o que sucede nos dias de hoje. Sendo antes imprescindível um acompanhamento social, por forma a esclarecer a real situação em que ele está inserido, com as consequências que daí podem advir para as suas famílias.

---

<sup>247</sup> BENSIMON, Moshe, BARUCH, Alon e RONEL, Natti - **The Experience of Gambling in an Illegal Casino: The Gambling Spin Process**, p. 4-18

## **8. CONCLUSÃO:**

Ao chegar ao término desta dissertação, fica a certeza que muito ficou por examinar dada a riqueza do tema em análise. Pois se considerarmos que já existia regulamentação para os jogos de fortuna ou azar nas Ordenações Afonsinas e nos dias de hoje ainda se continuar a produzir legislação atinente a esta área, logo se pode compreender que o tema é extenso e complexo.

O jogo foi considerado por muitos como um pecado e um desvio de uma vida em sociedade nos parâmetros considerados como aceitáveis. No entanto, esta visão do jogo sempre suscitou opiniões divergentes, as quais consideravam que o jogo ao ser proibido e criminalizado cercear-se-ia o livre arbítrio da vontade individual do jogador. Na diversa legislação produzida ao longo dos séculos existe sempre um denominador comum que é a proteção dos menores, das famílias e da ordem pública.

Deste modo, ao se colocar a questão se devia existir uma descriminalização dos jogos de fortuna ou azar, não se pode deixar de refletir sobre o que sucederia a quem foi sempre o objeto de proteção da legislação que existiu ao longo dos anos.

Apesar de muitos considerarem que existe apenas um interesse económico do Estado em manter a exploração dos jogos com base territorial num sistema em que o Estado ou explora ou concede autorizações administrativas a terceiros, pelo que aqui foi descrito, é possível verificar que as vantagens financeiras que decorrem desta exploração não se destinam na sua grande parte aos cofres do Estado, mas antes ao desenvolvimento do turismo nas zonas em que existam estas autorizações.

Assim, a exploração dos jogos de fortuna ou azar, se encontra restrita às autorizações existentes, implicando a criminalização da exploração ilícita, por este modo uma proteção ativa do próprio jogador, inclusivamente quanto às obrigações em que este pode incorrer pela prática do mesmo.

Outro fator preponderante na opção por uma não descriminalização dos jogos de fortuna ou azar com base territorial é a questão da organização que está subjacente a esta exploração. Isto porque existem grupos de pessoas altamente organizados que colocam equipamentos que desenvolvem jogos de fortuna ou azar em estabelecimentos comerciais, sem que no entanto exista qualquer registo deste facto.

Deste modo, podemos estar perante uma associação criminosa que conjuga esforços para cometer diversos ilícitos de natureza criminal, como a exploração ilícita de jogos de fortuna ou azar, a fraude fiscal e o branqueamento de capitais. Se aliarmos esta situação aos tipos de equipamentos de jogos que existem espalhados um pouco por todo o país e com presença nos locais menos prováveis, podemos compreender que este é um fenómeno que as autoridades policiais e judiciais já perderam à muito o controlo.

Isto devido às formas de dissimulação dos jogos de fortuna ou azar nos equipamentos, o que dificulta de sobremaneira a sua deteção, mas principalmente a recolha de prova indispensável para o processo criminal. Desta forma, em Portugal pode suceder que exista uma diversidade de máquinas colocadas em diversos estabelecimentos comerciais, com o conhecimento das autoridades, que no entanto se mantêm na ilegalidade dada a dificuldade de obtenção de prova do ilícito, o que mais facilmente se compreende ainda para os outros ilícitos criminais aqui relatados.

Ao tecer estes considerandos, relativamente aos ilícitos criminais que estão relacionados com os jogos de fortuna ou azar explorados de forma ilícita, ressalta a figura do jogador, o qual sempre teve um papel dominante na própria criminalização do jogo. Qual seria a proteção que este teria, caso estivéssemos perante uma situação da prática dos jogos de fortuna ou azar de forma completamente desregulada e desprotegida? Em que situação estariam as suas famílias? Infelizmente o jogador nos casos mais extremos não tem controlo sobre os seus atos, sendo a sua adição considerada e classificada nos diversos manuais como o CID-6 e a DSM-V, como o jogo patológico, sendo inclusivamente objeto de diversos estudos a nível internacional. No entanto, a nível interno se verifica um “esquecimento” coletivo relativamente a este, pois os estudos realizados em Portugal são escassos e os próprios dados estatísticos que se encontram disponíveis não colaboram para um melhor conhecimento da realidade nacional.

A publicação do Decreto-Lei n.º 66/2015, de 29 de abril, em que o jogo *online* é autorizado sob algumas condições, poderá criar alguma confusão, num sistema que já por si não é simples. Isto porque em primeiro lugar não existe uma distinção clara entre os jogos de fortuna ou azar que se podem praticar *online* ou com base territorial, o que só vai dificultar as futuras ações de controlo dos equipamentos existentes nos estabelecimentos comerciais. Existe ainda um incremento relativamente à moldura penal da exploração ilícita nos jogos online

com pena de prisão até 5 anos, ao contrário do jogo com base territorial que se manteve nos 2 anos. Quanto ao jogador, há uma descriminalização neste diploma, mas em que o mesmo incorre numa infração de natureza contraordenacional com coima até € 2500,00, o que pode conduzir a uma situação inusitada em que o jogador que seja encontrado a praticar os jogos de fortuna ou azar com base territorial será detido em flagrante delito, mas se o jogo for *online* pagará uma coima que muitas vezes poderá ser superior ao valor a que seria condenado num processo de natureza criminal.

Esta alteração legislativa, é um claro exemplo da falta de clareza que subsiste relativamente aos jogos de fortuna ou azar, pois ao ser publicada devia ter obrigado a uma harmonização da legislação portuguesa quanto às formas de exploração dos jogos, não criando ainda mais dúvidas relativamente ao sistema português, tanto no público em geral, como nas autoridades policiais e judiciais.

Pelo que aqui foi descrito, não considero que uma descriminalização da exploração ilícita dos jogos de fortuna ou azar seja o caminho mais indicado, dadas as variantes e condicionantes acima descritas. Pois caso isso suceda, estaremos a abrir caminho a associações altamente organizadas, que não se coíbem de utilizar todos os meios para atingir os seus fins. Mas principalmente, deixaríamos que os menores, as famílias e os jogadores tivessem ainda menos proteção do que já tem neste momento. O que ressalta a necessidade de aprofundamento de conhecimento da real situação dos jogadores e famílias pois são estes que na primeira linha se encontram em situação de risco. Assim como será de todo o interesse conhecer a realidade do jogo em Portugal, inclusivamente nas várias instituições que com ele lidam todos os dias, porque apesar de a exploração ilícita dos jogos de fortuna ou azar constituir um crime, existe um sentimento de impunidade generalizado que não se sabe se corresponde de facto à realidade vigente.



## 9. BIBLIOGRAFIA:

- ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – **Comentário do Código Penal – à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem**. 2ª ed. atualizada. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2010. ISBN 978-972-54-0272-6.
- ALBUQUERQUE, Paulo Pinto – **Comentário do Código de Processo Penal - à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem**. 4ª ed. atualizada. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2011. ISBN 978-972-54-0295-5.
- BAPTISTA, António – **A Crítica de Cohen a Dworkin**. THEMIS – Revista da Faculdade de Direito da UNL, Ano VII, n.º 12, 2006. ISSN 1645-2844, p. 85-94
- BENSIMON, Moshe, BARUCH, Alon e RONEL, Natti - **The Experience of Gambling in an Illegal Casino: The Gambling Spin Process**. European Journal of Criminology, 2013, Vol. 10. ISSN 1741-2609, 3-21
- BOGOT, William - **New Shades of “Gray Area” Gaming in Illinois: Internet Cafes and Coupon Machines Coming to Towns that Opted Out of the Video Gaming Act**. Gaming Law Review and Economics. Volume 18, n.º 2 (2014). ISSN 1941-5494, p. 140-149
- BRANDÃO, Nuno – **Branqueamento de Capitais: O Sistema Comunitário de Prevenção**. Coimbra: Coimbra Editora, 2002. ISBN 972-32-1110-6
- BRAVO, Jorge dos Reis – **Fraude Fiscal e Branqueamento: prejudicialidade e concurso**. Scientia Iuridica: Revista de Direito Comparado Português e Brasileiro. Tomo 57, n.º 316 (2008). ISSN 0870-8185, p. 643-670
- CABRAL, António – **O Mundo Fascinante do Jogo**. Lisboa: Editorial Notícias, 2002. ISBN 972-46-1333-X
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes – **O imposto especial sobre o jogo no contexto jurídico-constitucional fiscal in O Tributo – Reflexão Multidisciplinar sobre sua Natureza**. – [coord. de]: MARTINS, Ives Gandra da Silva. Editora Forense, 2003. ISBN 978-8530-9247-44.

- CANOTILHO, José Joaquim Gomes – **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 4ª Edição. Coimbra: Almedina, 2000. ISBN 972-40-1456-8
- CANOTILHO, J. J. Gomes e MOREIRA, Vital – **Constituição da República Portuguesa Anotada**. 4ª ed. rev. [S.L.]: Coimbra Editora, 2007. ISBN 978-972-32-1464-4. Vol. I.
- CORREIA, Eduardo – **Direito Criminal**. Coimbra: Almedina, 2007. ISBN 978-972-4001-23-4. Vol. I (reimpressão)
- COSTA, José Faria – **O Branqueamento de Capitais – Algumas reflexões à luz do direito penal e da política criminal**. Coimbra: Boletim da Faculdade de Direito. Vol. 68 (1992). ISSN 0303-9773, p. 58-96
- COSTA, José Faria – **O Perigo em Direito Penal**. Coimbra: Coimbra Editora, 2000. ISBN 972-32-0461-4
- CRESPO, Jorge – **O Espírito do Jogo**. Lisboa: Edições Colibri, 2012. ISBN 978-989-689-218-0
- CUSSON, Maurice – **Criminologia**. 3ª ed. Casa das Letras, 2011. ISBN 978-972-46-1620-9
- DEUS, José Pereira de e LÉ, António Jorge – **O Jogo em Portugal**. Coimbra: Edições Minerva, 2001. ISBN 972-798-009-0
- DIAS, Augusto Silva – **Os Crimes de Fraude Fiscal e de Abuso de Confiança Fiscal: Alguns Aspetos Dogmáticos e Político Criminais**. Ciência e Técnica Fiscal: Boletim da Direção Geral das Contribuições e Impostos. N.º 394 (1999). ISSN 0870-340X, p. 45-68
- DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Processual Penal**. 1ª ed. 1974 Reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 2004. ISBN 972-32-1250-1
- DIAS, Jorge de Figueiredo – **As “Associações Criminosas” no Código Penal Português de 1982**. Coimbra: Coimbra Editora, 1988. ISBN 978-972-3200-32-4
- DIAS, Jorge de Figueiredo – **Comentário Conimbricense do Código Penal – Parte Especial**. Coimbra: Coimbra Editora, 1999. ISBN 972-0032-008-553. Tomo II
- DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal – Parte Geral**. 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2007. ISBN 978-972-32-1523-6. Tomo I

- DIAS, Jorge de Figueiredo – **O Problema do Direito Penal no Dealbar do Terceiro Milénio** in **Direito Penal – Fundamentos Dogmáticos e Político-Criminais** – [coord. de]: ANDRADE, Manuel da Costa, COSTA, José Faria e RODRIGUES, Anabela Miranda. Coimbra: Coimbra Editora, 2013. ISBN 978-972-32-2124-4
- DIAS, Jorge de Figueiredo e ANDRADE, Manuel da Costa – **Criminologia - O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena**. 3ª reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 2011. ISBN 978-972-32-2016-2
- DIAS, Maria do Carmo Saraiva de Menezes da Silva – **Particularidades da Prova em Processo Penal. Algumas Questões Ligadas à Prova Pericial**. Revista do CEJ. N.º 3, 2º Semestre 2005. ISSN 1645-829X, p. 169-225
- DUARTE, Rui Pinto – **O Jogo e o Direito**. Separata THEMIS – Revista da Faculdade de Direito da UNL, Ano II, n.º 3, 2001. ISSN 1645-2844
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor – **O Jogador**. 7ª ed. Editorial Presença, 2001. ISBN 978-972-23-2744-2
- DWORKIN, Ronald – **Sovereign Virtue – The Theory and Practice of Equality**. Harvard, 2002. ISBN 0-674-00810-3
- FERNANDES, Conde – **Decreto-Lei n.º 422/89 de 2 de Dezembro** in **Comentário das Leis Penais Extravagantes** – [coord. de]: ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de e BRANCO, José. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2011. ISBN 978-972-54-0290-0. Vol. II.
- Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça (GPLP) - **O Código Penal de 1852 nos 150 Anos do Primeiro Código Penal Português**. Ministério da Justiça, 2002. ISBN 972-8030-14-2
- GODINHO, Jorge Alexandre Fernandes - **Do Crime de “Branqueamento” de Capitais – Introdução e Tipicidade**. Coimbra: Almedina, 2001. ISBN 978-972-4014-54-8
- GODINHO, Jorge Alexandre Fernandes - **Sobre a punibilidade do autor de um crime pelo branqueamento das vantagens dele resultantes** in **Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias** – [coord. de]: ANDRADE, Manuel da Costa, SOUSA, Susana Aires de e ANTUNES, Maria João. Stvdia Ivridica 99 Ad Honorem – 5; Boletim da

Faculdade de Direito – Universidade de Coimbra; Coimbra Editora, 2009.  
ISBN 978-972-32-1778-0, Vol. II

- GONÇALVES, Laureano – **O Crime de Fraude Fiscal como Crime Precedente do Crime de Branqueamento de Capitais. O “Tempus Delicti” do Crime de Fraude Fiscal.** Revista da Ordem dos Advogados. A.74.1 (Jan/Mar 2014). ISSN 0870-8118, p. 205-214
- GONÇALVES, Rui Miguel Marques – **Fraude Fiscal e Branqueamento de Capitais.** Porto: Almeida & Leitão, Lda, 2008 – ISBN 978-972-749-157-5
- GUNTER, Whitney D. e BAKKEN, Nicholas W. – **The Many Measurements of Self-control: How re-operationalized self-control compares.** European Journal of Criminology, 2012, Vol. 9. ISSN 1741-2609, 309-322
- Jornal de Jurisprudência, Vol. I, Primeiro Ano – Tomo I, Redator Principal José Dias Ferreira, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1865
- LEITÃO, Luís Manuel Teles de Meneses – **Direito das obrigações: Contratos em Especial.** 7ª ed. Coimbra: Almedina, 2010. ISBN 978-972-40-4389-0. Vol. III.
- MIRANDA, Jorge e MEDEIROS, Rui – **Constituição Portuguesa Anotada.** [S.L.]: Coimbra Editora, 2005. ISBN 972-32-1308-7, Tomo I.
- MEYER, Gerard, HAYER, Tobias e GRIFFITHS, Mark – **Problem Gambling in Europe - Challenges, Prevention, and Interventions.** Springer, 2009. ISBN: 978-0-387-09485-4
- MORAIS, Luís Silva – **O Regime do Jogo e o Direito Económico Comunitário in Estudos em Honra do Professor Doutor José de Oliveira Ascensão** – [coord. de]: CORDEIRO, António Menezes, VASCONCELOS, Pedro Pais de e SILVA, Paula Costa e. Coimbra: Almedina, 2008. ISBN 978-972-40-3568-0. Vol. I.
- MOREIRA, Sara Leitão – **O juiz e os limites à valoração da prova penal – Breves considerações in As Novas Fronteiras no Dealbar do Século XXI. Estudos em Homenagem aos Professores D.res A. Pires de Carvalho e Manuel Fernandes** – [coord. de Benjamim Silva Rodrigues], Rei dos Livros, 2012, pp. 363-384. ISBN: 978-989-8305-35-0

- NABAIS, José Casalta – **Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa**. Separata do Boletim do Ministério da Justiça. N.º 400. Lisboa, 1990
- NABAIS, José Casalta – **Por uma Liberdade com Responsabilidade**. Coimbra: Coimbra Editora, 2007. ISBN 978-972-32-1467-3
- NETO, Abílio – **Código Civil Anotado** – 8ª Edição Refundida e Atualizada –Lisboa: Ediforum, 1993. ISBN 972-8035-04-7
- NOVAIS, Jorge Reis – **As Restrições aos Direitos Fundamentais não Expressamente Autorizadas pela Constituição**. Coimbra: Coimbra Editora, 2003. ISBN 972-32-1177-7
- NOVAIS, Jorge Reis – **Os Princípios Constitucionais Estruturantes da República Portuguesa**. Coimbra: Coimbra Editora, 2004. ISBN 972-32-1254-4
- PAIVA, Carlos – **Das Infrações Fiscais à sua Perseguição Processual**. Coimbra: Almedina, 2012. ISBN 978-972-40-4859-8
- PALMA, Clodilte Celorico – **A Tributação do Jogo em Sede de IVA**. Ciência e Técnica Fiscal: Boletim da Direção Geral das Contribuições e Impostos. N.º 414 (2004). ISSN 0870-340X, p. 133-146
- PINHEIRO, Januário – **Lei do Jogo**. Coimbra: Almedina, 2006. ISBN 972-40-2772-4
- PINTO, Carlos Alberto da Mota; MONTEIRO, António Pinto e SILVA, João Calvão da – **O Jogo e a Aposta – Subsídios de Fundamentação Ética e Histórico-Jurídica**. Coimbra: Santa Casa da Misericórdia, 1982.
- PHILLIPS, James G. [et al.] – **Gambling Involvement and Increased Risk of Gambling Problems**. Journal of Gambling Studies. ISSN 1573-3602. Vol. 29 (2013), p. 601-611.
- ROQUE, Vasco António Vilares – **A Lei do Jogo e seus Regulamentos – Anotada e Comentada**. Coimbra: Almedina, 2011. ISBN 978-972-32-1970-8
- SANTIAGO, Rodrigo – **O “Branqueamento” de Capitais e outros Produtos do Crime**. Revista Portuguesa de Ciência Criminal. Ano 4, Fasc. 4 (1994). ISSN 0871-8563, p. 497-560
- SANTOS, António Carlos dos e PALMA, Clotilde Celorico – **A tributação do jogo em Portugal: o caso específico da (não) tributação**

do jogo *online*, in **Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Alberto Xavier**, [coord. de]: PALMA, Clotilde Celorico, FERREIRA, Eduardo Paz e TORRES, Heleno Taveira. Coimbra: Almedina, 2013. ISBN 978-972-40-4901-4. Vol. I

- SANTOS, Manuel Simas; LEAL-MENRIQUES, Manuel e SANTOS, João Simas – **Noções de Processo Penal**. Rei dos Livros, 2010. ISBN 978-989-8305-10-7
- SILVA, Germano Marques da – **Produção e Valoração da Prova em Processo Penal**. Revista do CEJ, N.º 4 especial, 1º Semestre 2006. ISSN 1645-829X, p. 37-53
- SILVA, Germano Marques da – **Direito Penal Tributário – Sobre as Responsabilidades das Sociedades e dos seus Administradores Conexas com o Crime Tributário**. Universidade Católica Editora, 2009. ISBN 978-972-54-0253-5
- SILVA, Germano Marques da - **Curso de Processo Penal I – Noções Gerais, Elementos do Processo Penal**. 6ª ed. Verbo, 2010. ISBN 978-972-22-3011-7. Vol. I
- SILVA, Germano Marques da - **Curso de Processo Penal**. 5ª ed. Verbo, 2010. ISBN 978-972-22-3043-8. Vol. II
- SILVA, Germano Marques da - **Direito Penal Português – Teoria do Crime**. Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2012. ISBN 978-972-54-0364-8
- SILVA, Isabel Marques da – **Regime Geral das Infrações Tributárias**. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 2010. ISBN 978-972-40-4262-6
- SILVA, Sandra Oliveira e – **Legalidade da Prova e Provas Proibidas**. Revista Portuguesa de Ciência Criminal. Ano 21, n.º 4 (Out/Dez 2011). ISSN 0871-8563, p. 545-591
- SOUSA, Jorge Lopes de e SANTOS, Manuel Simas – **Regime Geral das Infrações Tributárias Anotado**. 4ª ed. Lisboa: Áreas Editora, 2010. ISBN 978-989-8058-55-3
- SOUSA, Susana Aires de – **Os Crimes Fiscais – Análise Dogmática e Reflexão sobre a Legitimidade do Discurso Criminalizador**. Coimbra: Coimbra Editora, 2006. ISBN 978-972-32-1432-6

- SUONI, Aimo - [et al.] – Problem gambling and family violence: family member reports of prevalence, family impacts and family coping. **Asian Journal of Gambling Issues and Public Health**. Springer, 2013. ISSN 2195-3007
- TEIXEIRA, Carlos e GASPAR, Sofia – **Fraude Fiscal** in **Comentário das Leis Penais Extravagantes** [coord. de]: ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de e BRANCO, José. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2011. ISBN 978-972-54-0290-0. Vol. II.
- VALENTE, Manuel Monteiro Guedes – **Processo Penal**. 3ª Edição - Coimbra: Almedina. 2010. ISBN 978-972-40-4207-7. Tomo I.
- VARELA, Antunes – **Das Obrigações em Geral**. 10ª Edição, Revista e Atualizada - Coimbra: Almedina. 2000. ISBN 972-40-1389-8. Vol. I.
- WARNICK, E. Tanner – **The Video Gaming Act: Gambling with Illinois' future**. University of Illinois Law Review. 2011. ISSN 0276-9948, p. 775-804
- WENZEL, Hanne Gro, OREN, Anita e BAKKEN, Inger Johanne – **Gambling problems in the family – A stratified probability sample study of prevalence and reported consequences**. BMC Public Health. 2008. ISSN 1471-2458

## JURISPRUDÊNCIA:

- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 01-04-2014, Processo nº 169/10.6TBCSC-B.C2, com relator Sílvia Pires [Consult. 20 Nov. 2014]. Disponível na internet: <http://www.trc.pt/index.php/jurisprudencia-do-trc/direito-civil/6198-aposta-contrato-jogo-validade-obrigacao-obrigacao-natural>
- Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 12-03-2013, Processo nº 289/11.0EARVR.E1, com relator GILBERTO CUNHA [Consult. 28 Jan. 2015]. Disponível na internet: [http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/c3372307c544f77280257de10056fcbe?OpenDocument&Highlight=0,\\*289%2F11\\*](http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/c3372307c544f77280257de10056fcbe?OpenDocument&Highlight=0,*289%2F11*)
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 02-01-2006, Processo n.º 2324/05, com relator ELISA SALES. [Consult. 28 Jan. 2015]. Disponível

na

internet:

[http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/2be7775aab7897de8025713000541a01?OpenDocument&Highlight=0,\\*2324%2F05\\*](http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/2be7775aab7897de8025713000541a01?OpenDocument&Highlight=0,*2324%2F05*)

- Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 12-03-2013, Processo n.º 141/10.6EASTR.E1, com relator MARIA ISABEL DUARTE. [Consult. 28 Jan. 2015]. Disponível na internet: [http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/2ecf18112b3120b280257de10056fcd5?OpenDocument&Highlight=0,\\*141%2F10\\*](http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/2ecf18112b3120b280257de10056fcd5?OpenDocument&Highlight=0,*141%2F10*)
- Acórdão do Tribunal Constitucional, de 13-03-2001, Processo n.º 318/00, com relator conselheiro TAVARES DA COSTA. [Consult. 06 Nov. 2014]. Disponível na internet: [http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20010093.html?impressa\\_o=1](http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20010093.html?impressa_o=1)
- Acórdão do Tribunal Constitucional, de 27-02-2002, Processo n.º 482/01, com relator conselheiro LUÍS NUNES DE ALMEIDA. [Consult. 06 Nov. 2014]. Disponível na internet: <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20020099.html>
- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 04-02-2010, Processo n.º 2485/08. [Consult. 06 Fev. 2015]. Disponível na internet: <http://www.trc.pt/index.php/jurisprudencia-fixada-stj/438-jurisprudenciafixada-stj-2010>
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 11-12-2013, Processo n.º 626/11.7GDGDM.P1, com relator EDUARDA LOBO. [Consult. 10 Abr. 2015]. Disponível na internet: <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/e14d6fff22b74c9880257c5b0037b9cf?OpenDocument&Highlight=0,626%2F11.7GDGDM.P1%20>
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 09-07-2014, Processo n.º 514/13.2EAPRT.P1, com relator ALVES DUARTE. [Consult. 10 Abr. 2015]. Disponível na internet: <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/24f25abc8f94a95380257d19002c4fab?OpenDocument&Highlight=0,626%2F11.7GDGDM.P1%20>



- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 27-10-2010, Processo n.º 2/07-6FHALM.L1-A.S1, com relator PIRES DA GRAÇA. [Consult. 10 Abr. 2015]. Disponível na internet: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/c493bb333fa09f258025788b002ff583?OpenDocument&Highlight=0,jogo>
- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, 25-11-2010, Processo n.º 137/08.8ECLSB.S1, com relator MANUEL BRAZ. [Consult. 28 Mar. 2015]. Disponível na internet: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/d0ab72b629b146bb802577f900594034?OpenDocument&Highlight=0,137%2F08.8ECLSB.S1>
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, 19-10-2011, Processo n.º 324/10.9GEGDM.P1, com relator PEDRO VAZ PATO. [Consult. 28 Mar. 2015]. Disponível na internet: <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/00eb41151c83211b802579560055ab1f?OpenDocument&Highlight=0,medidas,coac%C3%A7%C3%A3o>
- Acórdão do Tribunal da Relação Porto, 07-05-2014, Processo n.º 970/10.0GALSD.P1, com relator PEDRO VAZ PATO. [Consult. 28 Mar. 2015]. Disponível na internet: <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/622f4cde1557e81c80257ce4005153de?OpenDocument&Highlight=0,jogo>
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, 08-10-2014, Processo n.º 1301/12.0PBMTS.P1, com relator AUGUSTO LOURENÇO. [Consult. 09 Abr. 2015]. Disponível na internet: <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/ae2807acc40e178e80257d7a003b1ce3?OpenDocument&Highlight=0,626%2F11.7GDGDM.P1%20>
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, 08-01-2013, Processo n.º 56/11.0PAAMD.L1-5, com relator NETO MOURA. [Consult. 28 Mar. 2015]. Disponível na internet: <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/652765a69557706e80257b6d005341c9?OpenDocument&Highlight=0,56%2F11.0PAAMD.L1-5>

- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, 04-03-2015, Processo n.º 4/13.3TBSAT.C1, com relator FERNANDO CHAVES. [Consult. 25 Mai. 2015]. Disponível na internet: <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/b21b50009ad2a80380257e0600422332?OpenDocument>
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, 24-04-2013, Processo n.º 33/11.1PFVNG.P1, com relator JOAQUIM GOMES. [Consult. 28 Mar. 2015]. Disponível na internet: <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/e6b7c5b47ddc041880257b6c004eeaa3?OpenDocument&Highlight=0,jogo>
- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, 22-03-2007, Processo n.º 05P220, com relator SOUSA FONTE. [Consult. 15 Jun. 2015]. Disponível na internet: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/b3054e9c1b1eb8b9802573b7003ad380?OpenDocument&Highlight=0,05P220>
- Acórdão do Tribunal Constitucional, 22-09-2004, Processo n.º 675/04, com relator conselheiro ARTUR MAURÍCIO. [Consult. 15 Jun. 2015]. Disponível na internet: [http://www.pgdlisboa.pt/jurel/cst\\_busca\\_palavras.php?buscajur=ac%F3rd%E3o&ficha=5454&pagina=218&exacta=&nid=3759](http://www.pgdlisboa.pt/jurel/cst_busca_palavras.php?buscajur=ac%F3rd%E3o&ficha=5454&pagina=218&exacta=&nid=3759)
- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, 29-03-2012, Processo n.º 1840/05.0TBESP.P1.S1, com relator TAVARES DE PAIVA. [Consult. 08 Dez. 2014]. Disponível na internet: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/db25e00f58a7dc77802579e3002fa208?OpenDocument>
- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, 25-06-2013, Processo n.º 948/09.7TVPR.T.P1.S1, com relator MARIA DOS PRAZERES PIZARRO BELEZA. [Consult. 08 Dez. 2014]. Disponível na internet: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/ccfdeb7c5db39f8180257ba50032715d>
- Acórdão n.º C-67/98 do Tribunal de Justiça [Consult. 23 Jun. 2015]. Disponível na internet: [http://curia.europa.eu/juris/document/document\\_print.jsf?jsessionid=9ea7d0f130deb7a9e2e64d0e43cf944fd0c19efe0522.e34KaxiLc3eQc40LaxqMb](http://curia.europa.eu/juris/document/document_print.jsf?jsessionid=9ea7d0f130deb7a9e2e64d0e43cf944fd0c19efe0522.e34KaxiLc3eQc40LaxqMb)

## WEBGRAFIA:

- **As Recomendações do GAFI – Padrões Internacionais de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação** [Consult. 5 Set. 2015]. Disponível na internet: <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Supervisao/SupervisaoPrudencial/BranqueamentoCapitaisFinanciamentoTerrorismo/Documents/recomendacoes.pdf>
- <http://www.psychiatry.org/practice/dsm/dsm-history-of-the-manual> consultado em 30-05-2015
- **Crimes Tributários - Portugal**. [Consult. 01 Mai. 2015]. Disponível na internet: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?tabela=leis&artigo\\_id=&nid=259&ficha=101&pagina=&nversao=&so\\_miolo](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?tabela=leis&artigo_id=&nid=259&ficha=101&pagina=&nversao=&so_miolo)
- **Epidemiologia de Dependência de Jogo a Dinheiro em Portugal** [Consult. 08 Dez. 2014]. Disponível na internet: [http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&cad=rja&uact=8&ved=0CDUQFjAE&url=http%3A%2F%2Fwww.jogoremoto.pt%2Fdocs%2Fextra%2FqSE2sB.pdf&ei=mOFqVYX6L9DHsQSmrIDgDg&usg=AFQjCNFSCRnnwbKPD\\_6LYcBWyg3c0meiJA](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&cad=rja&uact=8&ved=0CDUQFjAE&url=http%3A%2F%2Fwww.jogoremoto.pt%2Fdocs%2Fextra%2FqSE2sB.pdf&ei=mOFqVYX6L9DHsQSmrIDgDg&usg=AFQjCNFSCRnnwbKPD_6LYcBWyg3c0meiJA)
- **Exposição de Motivos da Proposta de Lei n.º 73/IX**, [Consult. 13 Jun. 2015]. Disponível na internet: <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=19717>
- **Highlights of Changes from DSM-IV-TR to DSM-5** [Consult. 30 Mai. 2015]. Disponível na internet: <http://www.psychiatry.org/practice/dsm/dsm5>
- LIPPERT-RASMUSSEN, Kasper – **Justice and Bad Luck**. The Stanford Encyclopedia of Philosophy [Consult. 22 Set. 2014]. Disponível na internet: <http://plato.stanford.edu/entries/justicw-bad-luck>

- **Livro verde da Comissão Europeia sobre o jogo em linha no mercado interno** [Consult. 22 Jun. 2015]. Disponível na internet: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52011DC0128>
- **O que é o GAFI?** [Consult. 14 Jun. 2015]. Disponível na internet: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/anexosorgint2/o-que-e-o-gafi/>
- **Ordenações Afonsinas**, Livro V, Título 82º. [Consult. 15 Out. 2014]. Disponível na internet: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>
- **Parecer do Comité Económico e Social Europeu** [Consult. 22 Jun. 2015]. Disponível na internet: [https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=https%3A%2F%2Fwebapi.eesc.europa.eu%2Fdocumentsanonymous%2Fces2514-2012\\_00\\_00\\_tra\\_ac\\_pt.doc&ei=6pOIVZ\\_iE8L6UtzWgKgD&usg=AFQjCNEWBU72NskrkQoxl32eqUdeMYdGbQ](https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=https%3A%2F%2Fwebapi.eesc.europa.eu%2Fdocumentsanonymous%2Fces2514-2012_00_00_tra_ac_pt.doc&ei=6pOIVZ_iE8L6UtzWgKgD&usg=AFQjCNEWBU72NskrkQoxl32eqUdeMYdGbQ)
- **Recomendação n.º 10/A--8/B/2012 do Provedor de Justiça** [Consult. 8 Dez 2014]. Disponível na internet: [http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.provedor-jus.pt%2Farchive%2Fdoc%2FRec\\_10AB2012.pdf&ei=jNFqVcieNoaSU8fagMgD&usg=AFQjCNEBogD4CCDG92QyGHlr7WVSbaMqJg&bvm=bv.94455598,d.ZGU](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.provedor-jus.pt%2Farchive%2Fdoc%2FRec_10AB2012.pdf&ei=jNFqVcieNoaSU8fagMgD&usg=AFQjCNEBogD4CCDG92QyGHlr7WVSbaMqJg&bvm=bv.94455598,d.ZGU)
- **Sinopse Estatística Portugal 2013** do SICAD [Consult. 8 Dez. 2014]. Disponível na internet: <http://www.sicad.pt/PT/EstatisticaInvestigacao/Paginas/default.aspx>
- **The ICD-10 Classification of Mental and Behavioural Disorders** [Consult. 29 Mai. 2015]. Disponível na internet: [www.who.int/classifications/icd/en/bluebook.pdf](http://www.who.int/classifications/icd/en/bluebook.pdf)
- **Tratado de funcionamento da União Europeia**. [Consult. 23 Jun. 2015]. Disponível na internet: <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/Lisboa/tratados-TUE-TFUE-V-Lisboa.html>
- **Recomendação da Comissão Europeia** [Consult. 24 Jun. 2015]. Disponível na internet:

[http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fec.europa.eu%2Finternal\\_market%2Fgambling%2Fdocs%2Finitiatives%2F140714-commission-recommendation-on-online-gambling\\_pt.pdf&ei=mDuMVYXEE9GM7Abv1Ya4BQ&usg=AFQjCNG-AoHDOOtyBS5nAjz8tWXGGo9pA&bvm=bv.96782255,d.ZGU](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fec.europa.eu%2Finternal_market%2Fgambling%2Fdocs%2Finitiatives%2F140714-commission-recommendation-on-online-gambling_pt.pdf&ei=mDuMVYXEE9GM7Abv1Ya4BQ&usg=AFQjCNG-AoHDOOtyBS5nAjz8tWXGGo9pA&bvm=bv.96782255,d.ZGU)

- **Informações sobre crescimento do jogo online no âmbito da União Europeia** [Consult. 26 Jun. 2015]. Disponível na internet: [http://ec.europa.eu/growth/sectors/gambling/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/growth/sectors/gambling/index_en.htm)
- [Consult. 27 Jun. 2015]. Disponível na internet: <http://www.gamblingonline.com/laws/illinois/>
- **Leis de jogo do Illinois** [Consult. 27 Jun. 2015]. Disponível na internet: <http://www.gamblingonline.com/laws/illinois/>
- **Comissão de Jogos do Illinois** [Consult. 27 Jun. 2015]. Disponível na internet: <http://www.igb.illinois.gov/VideoFAQ.aspx>
- **Video Gaming Act** [Consult. 27 Jun. 2015]. Disponível na internet: <http://ilga.gov/legislation/ilcs/ilcs4.asp?DocName=023000400HArt%2E+5&ActID=3095&ChapterID=25&SeqStart=100000&SeqEnd=1950000>
- **Class 4 felony** [Consult. 27 Jun. 2015]. Disponível na internet: <http://www.ask.com/government-politics/illinois-class-4-felony-f5e27b4b327aa370>